

MANHOODBRASIL EDIÇÕES

A
EXCEPCIONALIDADE
BRASILEIRA

Organizado por Alessandro Loiola

A EXCEPCIONALIDADE BRASILEIRA

Organizado por
Alessandro Loiola

ManhoodBrasil Edições
www.manhoodbrasil.com.br

MAN
HOOD
BRASIL
Edições

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO

2. UM POUCO DE HISTÓRIA E POLÍTICA

2.1. A Colonização

2.2. Da Independência à virada do século XX

2.3. A Primeira Guerra Mundial

2.4. A Segunda Guerra Mundial

2.5. As Instabilidades após a II Guerra

2.6. Os Anos 2000

3. GEOGRAFIA E RECURSOS NATURAIS

3.1. O Continente Brasil

3.2. Águas

3.3. Florestas e Biodiversidade

3.4. Os Minerais

3.5. O Petróleo

3.6. As Terras Raras

3.7. Os Conflitos de terra na atualidade

4. A ECONOMIA

4.1. Uma breve história do desenvolvimento econômico brasileiro

4.2. O Setor Primário: os ciclos do Açúcar, do Algodão, do Café, da Borracha e da Pecuária

4.3. A Atualidade do Setor Primário no Brasil: agricultura, pecuária, pesca,

4.4. O Setor Secundário: Ferrovias, Rodovias, Portos, Aeroportos, Energia, Indústria Automotiva, Suco de Laranja, Cerveja, Telecomunicações, Tecnologia de ponta,

4.5. A Atualidade do Setor Secundário no Brasil

4.6. O Setor Terciário: professores, advogados, engenheiros, turismo, informática, exportação

5. O POVO

5.1. A Formação do Povo Brasileiro

5.2. Peculiaridades demográficas: filhos, idades e casamentos.

5.3. Escolarização

5.5. As Dissonâncias Cognitivas: Um povo que trabalha?; O Fardo da Violência; O Discurso do Femicídio; O Discurso da Dívida Histórica; O Discurso do Patriarcado Opressor Machista

5.6. Vantagens

6. UM SUMÁRIO DIDÁTICO DOS PROBLEMAS

6.1. A falta de maturação da matriz industrial

6.2. O Custo do Estatismo

6.3. O Custo do Protecionismo

6.4. O Custo da Burocracia

7. CONCLUSÃO

1. INTRODUÇÃO

Deveria ser óbvio – especialmente para os brasileiros – o quanto nosso país é excepcional em vários aspectos. Sim, temos problemas sociais e econômicos, mas temos também uma história e uma geografia extraordinários.

Pessoas incríveis trabalharam de várias maneiras diferentes para constituir o país que desfrutamos agora, mas muitas foram esquecidas ao longo do tempo. Uma das missões desta coletânea de ensaios é honrá-las, resgatando seus esforços do limbo do esquecimento.

Outra missão será rerepresentar o Brasil para você, tanto as coisas boas que talvez você não soubesse quanto as coisas nem tão boas assim que você provavelmente não fazia muita questão de saber. Para isso, foram coletados dados, estatísticas e textos das fontes mais diversas possíveis – todas elas encontradas fácil e gratuitamente na World Wide Web. Recomendo que, em caso de dúvida, você realize sua própria busca e construa seu conhecimento a partir das informações que você mesmo levantou. O verdadeiro aprendizado, assim como a construção de um caráter bom e honesto, é uma tarefa essencialmente individual.

É evidente que esta coletânea de números e reflexões sequer se aproxima de toda a complexidade dos obstáculos que o Brasil deve vencer no caminho para se tornar uma nação Desenvolvida, mas acredito que a partir desses dados você terá uma visão mais lúcida dos desafios pela frente. Não obstante, nunca foi a intenção fornecer uma receita de bolo capaz de resolver o país inteiro em uma semana – ainda que o último capítulo indique alguns caminhos gerais que poderiam ser tomados.

Ao final, comente com seus amigos sobre o que aprendeu, compartilhe este conteúdo, e assim mais e mais boas pessoas poderão se envolver de verdade na missão de tornar esse belíssimo país o gigante próspero que ele nasceu para ser.

Conhecimento vira ideia.

Ideia vira convicção.

Convicção vira plano.

Plano vira resultado.

E Resultado vira Progresso – que produz mais conhecimento, reiniciando o todo o ciclo virtuoso.

Desejo que esta seja uma boa leitura.

2. UM POUCO DE HISTÓRIA E POLÍTICA

2.1. A Colonização

2.2. Da Independência à virada do século XX

2.3. A Primeira Guerra Mundial

2.4. A Segunda Guerra Mundial

2.5. As Instabilidades após a II Guerra

2.6. Os Anos 2000

Diferente do que lhe contaram, nosso país não foi “descoberto” em 1500.

Existem relatos históricos de visitas de Espanhóis e Portugueses por aqui um pouco antes disso. O que ocorreu em 1500 foi simplesmente a oficialização da posse dessas terras pelo Reino de Portugal.

Por exemplo: o navegador português Duarte Pacheco Pereira possivelmente chegou ao território brasileiro em 1498, a serviço do rei D. Manuel I. O italiano Américo Vespúcio em finais de 1499 e os espanhóis Vicente Yáñez Pinzón e Diego de Lepe teriam navegado na costa brasileira meses antes de Cabral, em 1500. Vicente Yáñez Pinzón, inclusive, teria desembarcado na região do atual Recife em 26 de janeiro de 1500.

Uma das boas provas do quanto a viagem de Cabral foi uma viagem de Posse e não de Descoberta está na observação de que nenhum trecho do relato da viagem de Cabral, nem mesmo a Carta de Descobrimiento do Brasil escrita por Pero Vaz de Caminha, faz qualquer menção a uma “surpresa” por encontrar essas terras por aqui.

A controvérsia sobre a intencionalidade da descoberta do Brasil teve início em 1849, quando o Imperador Dom Pedro II propôs ao Instituto Histórico

Brasileiro que pesquisasse isso. Joaquim Norberto de Souza Silva respondeu ao questionamento do Imperador com um artigo onde defendia que a "descoberta" havia sido inteiramente intencional, ocasionada por informações que a Coroa Portuguesa já possuía.

Pela viagem, Pedro Álvares Cabral recebeu um pagamento equivalente a 35 quilos de ouro, além de algumas excelentes vantagens comerciais.

2.1. A COLONIZAÇÃO

Quando a expedição de Cabral partiu do Brasil, em 2 de maio de 1500, dois grumetes desertores e dois degredados foram deixados no território com os nativos. Porém, somente a partir da década de 1530, com o declínio do comércio de especiarias e as invasões francesas, é que os portugueses iniciaram realmente uma política de colonização. Dom João III enviou a primeira leva de imigrantes, algumas feitorias foram implantadas no litoral brasileiro e teve início o extrativismo mais intenso de pau-brasil.

Nos 200 anos seguintes, a Coroa Portuguesa lutou com outras potências estrangeiras que desejavam ter acesso aos recursos brasileiros. Inglaterra, França e Holanda não reconheciam a legitimidade do Tratado de Tordesilhas. Além disso, os conflitos internos decorrentes do sistema de capitanias não ajudava muito. Por volta de 1549, a maioria das capitanias estava entrando em falência, e Portugal designou um Governador Geral para estabelecer uma capital em Salvador.

Quando o príncipe espanhol Filipe II herdou a coroa de Portugal, o Brasil passou para o domínio da Espanha, uma situação que se prolongou de 1580 a 1640. Neste período, os holandeses – inimigos tradicionais da Espanha – assediaram o Brasil, atacando a “colônia” em

1630 e estabelecendo uma ocupação por aqui que durou até 1661. A Companhia das Índias Ocidentais foi a responsável pela administração das possessões holandesas, que prosperaram por vários anos. Em 1640, quando Portugal recuperou sua independência dos espanhóis, o Brasil trocou novamente de mãos, retornando para seus antigos senhores.

Em 1693, tivemos uma Corrida do Ouro. Isso trouxe dezenas de milhares de portugueses. Apenas a região de Minas Gerais exportava 15 toneladas de ouro por ano para Portugal. Caçadores de fortuna chegaram de cada canto do globo, acompanhados de carpinteiros, ferreiros, escultores e pintores que começaram a construir cidades no ambiente selvagem.

O crescimento econômico teria um novo impulso com a descoberta de diamantes em 1721, e com a expansão das indústrias de café e açúcar.

Em 1763, o Brasil já havia se livrado de boa parte das ameaças de invasão por nações estrangeiras, e a capital foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro. Nosso território geográfico estava mais ou menos com o formato atual. A lista de exportações se ampliou, passando a incluir tabaco e açúcar além dos minérios valiosos. Com a conquista dos territórios do interior, a pecuária se expandiu.

Apesar disso tudo, durante 300 anos fomos nada muito além de um grande bosque ou uma grande fazenda de onde os Portugueses retiravam recursos para bancar as contas. A política de Portugal para o Brasil seguia essencialmente extrativista, impedindo o desenvolvimento de uma economia local.

Em 1808, devido à ameaça do exército de Napoleão, o príncipe regente Dom João VI decidiu fugir para o Brasil trazendo sua corte. Ele nomeou o Rio de Janeiro o centro governamental de Portugal, tornando o

Brasil a única colônia do Novo Mundo a servir de sede para um monarca europeu.

2.2. DA INDEPENDÊNCIA À VIRADA DO SÉCULO XX

Quando ascendeu ao posto de Rei, em 1816, João VI já era considerado ineficiente e impopular pelos brasileiros. Ele abdicou em nome de seu filho, Dom Pedro I, e retornou para Portugal. Pedro I caiu no gosto do povo.

Quando nossos vizinhos começaram a conquistar suas independências, os brasileiros acharam que havia chegado o momento de fazer o mesmo, mas Portugal não fez concessões para os movimentos nacionalistas, e ordenou que Pedro I retornasse para a Europa.

Em 1822, Pedro I anunciou que se recusava a cumprir as ordens de Portugal e proclamou a independência do Brasil. Curiosamente, ao invés de enviar tropas para combater a insurgência de seu filho, o Rei de Portugal fez absolutamente nada, permitindo que Pedro I assumisse o posto de Primeiro Imperador do Brasil independente.

Uma vez no trono, Pedro I mostrou um perfil autoritário e, com a mesma rapidez, perdeu o apoio popular. A assembleia constituinte, organizada para elaborar a primeira Constituição Brasileira, foi dissolvida, e a primeira Carta Magna do Brasil Independente foi redigida por um grupo de notáveis escolhidos a dedo por Pedro I.

Em 1827, o Brasil perdeu a guerra para a Argentina pela posse do território do Uruguai, acentuando as crises internas.

Em 1831, Pedro I abdicou e retornou para Portugal, deixando o “pepino do Brasil” para seu filho de 5 anos de idade, Pedro II.

A década seguinte foi repleta de turbulência, com uma província depois da outra se levantando contra os regentes. Em julho de 1840, o Parlamento brasileiro resolveu dar um basta nisto e declarou que Pedro II já possuía idade suficiente para assumir o comando. Dom Pedro II tinha apenas 14 anos de idade.

Pedro II foi um dos monarcas mais hábeis de seu tempo. E também um dos mais duradouros: na história conhecida, ele é um dos 5 monarcas que mais tempo permaneceu no trono (foram 58 anos, 8 meses e 10 dias de reinado), e o monarca mais longo de todas as Américas.

Sob o comando de Pedro II, a população aumentou e a economia floresceu em um ritmo sem precedentes. O PIB brasileiro cresceu mais de 900%. Uma extensa malha ferroviária foi construída. No final da década de 1860, o Brasil ajudou a Argentina e o Paraguai a se livrarem de regimes ditatoriais.

Em 1888, a escravidão foi abolida. Obviamente, o evento não foi bem recebido por alguns poderosos proprietários de terra que dependiam da mão de obra escrava para tocar seus negócios. Além disso, a Igreja Católica não via com bons olhos as políticas liberais de Pedro II, e o povo desejava ardentemente uma forma de governo Republicana. Assim, em novembro de 1889, oficiais do exército, comandados por Deodoro da Fonseca, depuseram Pedro II em um golpe de Estado, proclamando a República tendo Fonseca como chefe do governo provisório.

Uma Constituição Federal foi elaborada em junho de 1890 e adotada em fevereiro de 1891. Apesar de inspirada na Carta dos EUA, da Argentina e da Suíça, a

Constituição de 1891 deixou de fora os princípios liberais democráticos da constituição norte-americana, sendo nada mais que uma coletânea de descrições da configuração e das atribuições do Estado. Menos de 5% da Constituição de 1891 comunica aos cidadãos seus direitos e ferramentas para combater excessos do Estado. Fonseca terminou sendo eleito Presidente, mas isso não resolveu as turbulências, e o Brasil passou por uma sucessão de golpes militares nos primeiros anos como República.

2.3. A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

No começo do século XX, a economia dependia das exportações de café, açúcar e borracha, e a queda dos preços destes commodities aumentou o desconforto político.

Durante a I Guerra Mundial, a demanda dos mercados estrangeiros representou um alívio para a economia brasileira. Inicialmente, o Brasil se manteve neutro, respaldado pela Convenção de Haia. Na época, a Alemanha era nosso principal parceiro comercial.

Em 1916, os alemães afundaram o navio brasileiro Rio Branco. A Inglaterra tentou usar isso para puxar o Brasil para o lado dos Aliados, mas as investigações mostraram que o navio havia sido vendido para a Noruega e arrendado por armadores ingleses. Apesar da maioria da tripulação ser composta por noruegueses, o navio navegava de maneira indevida usando a bandeira brasileira. Porém, em 5 de abril de 1917, um submarino alemão afundou o navio Paraná no litoral da França. O Paraná era um dos maiores navios de nossa marinha mercante e navegava cumprindo todas as exigências feitas aos países neutros. Três brasileiros foram mortos no episódio.

Ao longo de 1917, outros navios brasileiros seriam atacados pelos alemães. Em 26 de outubro de 1917, o presidente Wenceslau Brás declarou guerra aos países liderados pelo bloco da Alemanha.

Nossa contribuição para o esforço de guerra foi substancial. Os brasileiros foram responsáveis pelo patrulhamento do Atlântico Sul e enviaram missões médicas para atuar nos fronts na Europa. Infantarias foram enviadas para auxiliar o exército francês, e pilotos foram enviados para atuar junto à Força Aérea da Inglaterra.

O Brasil foi o único país da América do Sul a participar do conflito, e 30% dos oficiais brasileiros enviados para combate foram promovidos por atos de bravura em ação.

Com o fim da I Guerra, veio a crise econômica. A crise de 1922 marcou o início de duas décadas de revoltas civis e prisões de dissidentes políticos. A lei Marcial não foi suficiente para estabilizar a economia brasileira. Novamente, a deflagração de um conflito mundial viria nos salvar: a II Guerra estimulou a expansão industrial, revigorando a economia brasileira.

2.4. A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Como ocorreu na I Guerra, o Brasil inicialmente procurou manter uma posição de neutralidade. Mas a América Latina era importante para os EUA devido aos recursos que oferecia:

Em 1940, 90% do café, 83% do açúcar, 78% da bauxita e 70% do tungstênio produzidos eram exportados para os EUA, além de quantidades significativas de madeira, cobre e petróleo.

Os EUA preocupavam-se com o fato de o Brasil ser governado por um Ditador simpático a Hitler e

Mussolini. Os alemães aproveitaram-se da “boa vontade” de Getúlio Vargas, produzindo todo tipo de propaganda para doutrinar o Brasil no sentido de ser “simpático” à causa Alemã.

Por exemplo: em 1940, Vargas informou ao embaixador Alemão no Brasil que o país tinha intenção de permanecer completamente fora do conflito, a despeito de Getúlio desprezar o sistema democrático e ter uma personalidade profundamente fã de estados totalitários.

Para conquistar o apoio do Brasil, o Presidente Franklin Roosevelt estabeleceu o Comitê Interamericano de Finanças e Economia, sediado no Panamá. A intenção era resolver as diferenças entre os países das Américas, permitindo um esforço conjunto contra as potências do Eixo. Os EUA ofereceram empréstimos, aumentaram as importações de nossos produtos e enviaram técnicos para modernizar nossa economia.

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), criada em 9 de abril de 1941, foi uma das consequências desta parceria.

Enquanto Vargas se aproximava dos EUA, os submarinos alemães passaram a atacar nossa costa. Entre 1941 e 1944, os U-boats afundariam 32 navios brasileiros, matando mais de mil pessoas, incluindo mulheres e crianças.

Após meses de torpedeamento de navios mercantes por submarinos alemães, e após o ataque japonês à base americana em Pearl Harbor em 7 de dezembro de 1941, o Brasil rompeu relações diplomáticas com a Alemanha, o Japão e a Itália em janeiro de 1942. Em 31 de agosto de 1942, declaramos formalmente guerra às potências do Eixo.

O primeiro passo concreto do Brasil na II Guerra foi uma conferência entre Roosevelt e Vargas na cidade

de Natal, no Rio Grande do Norte, em 28 de janeiro de 1943. Os dois líderes debateram como se daria a participação no conflito.

Haviam vários problemas dificultando a entrada do Brasil na II Guerra: precisávamos organizar, treinar e equipar nossas forças. Equipamentos foram comprados, manuais foram adaptados e traduzidos. Mas, muito mais que isto, precisávamos incutir no povo um sentimento patriótico que justificasse o esforço nacional para participar de um conflito que estava se desenrolando tão longe daqui.

Vargas iniciou então uma campanha de propaganda pró-Guerra e, em 1943, a Força Expedicionária Brasileira foi constituída.

A FEB consistiria em uma única divisão de infantaria baseada no modelo americano. Para organizar isso, 3 regimentos de infantaria foram convocados inicialmente: o 1º Regimento de Infantaria, ou Regimento Sampaio, no Rio de Janeiro; o 6º Regimento de Infantaria, ou Regimento do Ipiranga, em São Paulo; e o 11º Regimento de Infantaria, ou Regimento Tiradentes, de Minas Gerais.

Em outubro de 1943, o Marechal João Batista Mascarenhas de Moraes foi designado para organizar a FEB. Mascarenhas viajou para os EUA para se familiarizar com as novas técnicas militares e os novos equipamentos que seriam necessários. Em dezembro de 1943, Mascarenhas viajou para a Itália com um grupo de observadores. No dia 28 do mesmo mês, foi oficialmente nomeado Comandante da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária.

O Brigadeiro Eurico Gaspar Dutra ocupava a posição de Ministro da Guerra.

Bases navais e aeroportos construídos em pontos estratégicos de nossa costa forma importantes para a

guerra anti-submarino dos Aliados, com a Marinha Brasileira assumindo novamente o controle das atividades de patrulha no Atlântico Sul, como na I Guerra.

Em abril de 1944, a FEB estava finalmente pronta para o combate. Em maio de 1944, os praças começaram a ser enviados secretamente para a Europa. Eles cruzavam o Atlântico com grande coragem sem saber exatamente para onde estavam indo. Sabiam apenas que estavam indo para a Guerra.

Em meados de junho de 1944, a FEB entrou em ação no teatro de guerra em Nápoles, na Itália. O primeiro grupo, comandado pessoalmente por Mascarenhas, foi recebido pelo General Jacob L. Denvers, comandante das tropas norte-americanas na Itália.

Os brasileiros foram recebidos com grande euforia, certamente mais do que poderiam esperar. Há quase 1 ano, a Itália era a única área de operação dos Aliados na Europa. Após uma série de campanhas difíceis, Roma havia sido recuperada apenas em 4 de junho de 1944. Dois dias depois, as tropas aliadas desembarcariam na Normandia, no que ficou conhecido como O Dia D.

Os comandantes aliados na Itália lutavam desesperadamente para manter suas posições, enquanto forças e recursos eram deslocados para o noroeste da Europa. A chegada dos 25.334 soldados das tropas da FEB foi um alívio, mas os brasileiros imediatamente começaram a enfrentar dificuldades.

O estado geral de saúde de nossas tropas não era dos melhores e os uniformes eram pouco adequados para o clima da Itália naquele período do ano. Mesmo assim, os brasileiros não se queixavam. Quando foi informado desta situação pelos inspetores americanos, o General Mark W. Clark, comandante da 5ª Divisão do Exército Americano, ordenou que os brasileiros recebessem todo

equipamento e toda assistência que fossem necessárias para entrar em combate.

As relações entre a FEB e o General Clark foram ótimas desde o princípio. O General Mascarenhas registrou: “a cordialidade espontânea e unânime com que os oficiais dos EUA no quartel-general em Cecina trataram os brasileiros era evidente”.

Mas os brasileiros não estavam lá para fazer amigos: estavam lá para lutar. Clark havia sido desfalcado de 7 de suas divisões mais experientes – deslocadas para a invasão do sul da França na Operação Dragão -, e rapidamente enviou a FEB para o front no Rio Arno, no norte da Itália. As tropas brasileiras colocaram efetivamente os pés no conflito em 6 de setembro de 1944, sob o comando do Capitão Floriano Moller. No dia 16 de setembro, trocamos os primeiros tiros com as tropas alemãs.

Em 18 de setembro de 1944, na ocupação da área de Camaiore, na região da Toscana, os tanques de apoio não conseguiram avançar devido a uma ponte que havia sido destruída pelas tropas inimigas. A infantaria brasileira deixou os tanques para trás e, sob uma artilharia intensa e tiros de morteiro, conseguiu conquistar Camaiore.

O Primeiro Tenente Paulo Nunes Leal foi o primeiro soldado Aliado na cidade e, liderando sua tropa, limpou das minas terrestres deixadas pelos alemães, permitindo que o Capitão Álvaro Feliz, da 7ª Companhia, avançasse com jipes e caminhões.

Na missão seguinte, os brasileiros conseguiram conquistar Monte Prano. Ao custo de 5 pracinhas mortos e 17 feridos. Várias outras cidades foram sendo conquistadas pela FEB: Fornace, Barga, Gallicano, Monte Rosa.

Em outubro de 1944, o Ministro da Guerra, General Eurico Dutra, visitou as tropas brasileiras na Itália e observou que as tropas americanas e britânicas vestiam um emblema que as diferenciava umas das outras. Dutra então solicitou ao General Mascarenhas que um emblema fosse criado para as tropas brasileiras. A tarefa foi passada para o Coronel Aguinaldo José Senna Campos.

Muitos pessimistas e críticos da FEB diziam que era “mais fácil uma cobra fumar que o Brasil entrar na Guerra”. Com base nesta provocação, Coronel Campos criou o famoso emblema. A Cobra Vai Fumar se tornou o lema da intrepidez das tropas brasileiras.

Em 24 de novembro de 1944, os brasileiros enfrentariam sua batalha mais encarniçada: a Conquista de Monte Castelo. Durante 100 dias, a despeito das péssimas condições do tempo e dos contra-ataques pesados dos alemães, a FEB defendeu suas posições. Em 21 de fevereiro de 1945, a Linha Gótica, a principal linha de defesa dos alemães no norte da Itália, foi finalmente rompida.

A FEB cumpriu as principais missões que lhe foram atribuídas pelo comando Aliado, e nossos soldados se tornaram famosos por se render apenas quando estavam completamente sem munição.

A FEB capturou mais de 20 mil soldados inimigos e matou milhares de outros. No total, 88 praças foram mortos e 486 foram feridos em combate; 10 foram dados como perdidos.

Ao todo, a campanha da FEB custou a vida de 465 soldados brasileiros. A Marinha brasileira escoltou 2.981 navios mercantes em 251 comboios transportando um total de 14 milhões de toneladas de suprimentos para as forças Aliadas. Nenhum navio escoltado por nossa marinha foi perdido para os inimigos durante da Guerra.

Apesar de a Força Aérea brasileira ter sido responsável por apenas 5% das missões aéreas da II Guerra, ela foi capaz de destruir 85% dos depósitos de armamentos, 36% dos depósitos de combustível e 28% das infraestruturas de transporte do Eixo.

Quando a II Guerra terminou, o General João Baptista Mascarenhas de Moraes foi promovido a Marechal de Campo. Ele morreria em 1968, no Rio de Janeiro, aos 84 anos de idade.

Em julho de 1945, a FEB concluiu sua missão na II Guerra. As tropas fizeram uma única parada, em Livorno, para buscar as esposas dos soldados brasileiros que haviam se casado enquanto estavam na Itália.

2.5. AS INSTABILIDADES APÓS A II GUERRA

Fomos o único país da América do Sul a contribuir com tropas para o esforço da guerra. Nossa contribuição na II Guerra foi extraordinária e, criminosamente, esquecida pelos anos de hegemonia socialista em nosso sistema educacional. Com o fim do conflito, a Democracia foi restaurada, mas com grandes fragilidades.

Em 1947, Petrópolis foi sede da Conferência Internacional para Manutenção da Paz. O Tratado de Assistência Mútua, conhecido como Tratado do Rio, foi redigido e assinado pelo Brasil em setembro de 1947, estabelecendo que todos os signatários comprometiam-se em agir de maneira unida contra qualquer agressão armada direcionada para as nações do Ocidente.

Após ser eleito Presidente da República em 1956, Juscelino Kubitschek começou a construir estradas e usinas hidrelétricas. Como cereja do bolo, construiu Brasília. A intenção era “estimular o desenvolvimento do interior do país”. Em 1960, a Capital Federal foi transferida do Rio de Janeiro para o planalto central.

No mesmo ano, Jânio Quadros foi eleito Presidente e João “Jango” Goulart, um comunista, para vice (na época, Presidente e Vice recebiam votos separadamente). Após apenas 7 meses de governo, Jânio renunciou, deixando Jango como chefe do Poder Executivo. A crise foi inevitável.

Em plena era da Guerra Fria e com o caldo da revolução Cubana ainda quente, as Forças Armadas viram Jango como uma ameaça. Para piorar, seu governo foi caracterizado por inflação galopante, estagnação econômica e uma influência política cada vez maior da esquerda radical. Em 31 de março de 1964, os militares deram um basta e Jango foi afastado do governo.

O regime militar procurou controlar a inflação e retomar o crescimento econômico, porém fizeram isso apostando fortemente em empréstimos estrangeiros. Isso funcionou bem entre 1964 e 1974 – em 1973, o PIB chegou a crescer 14%.

Em 1974, no último ano do governo do general Emílio Garrastazu Médici, o Brasil estabeleceu plenas relações internacionais com a China, despejando (sem qualquer cerimônia) a delegação de Taiwan do prédio da embaixada chinesa em Brasília.

Desde então, Brasil e China cultivaram uma profunda cooperação econômica, política e militar, incluindo uma força-tarefa conjunta para produção e lançamento de satélites. Alguns dizem que esta “aliança” com a China é uma forma de “contrapeso” para colocar um pouco de pressão econômica sobre os EUA.

Em 1979, o regime militar começou a restaurar os direitos políticos e boa parte dos socialistas exilados retornou. O clamor público pela redemocratização plena resultou nas eleições diretas para governadores em 1982 e nas eleições indiretas para Presidente da República em 1985.

Após 21 anos de regime militar e 5 presidentes de farda, o civil Tancredo Neves foi eleito, mas morreu antes mesmo de assumir, sendo substituído por seu vice, José Sarney, que deu seguimento à abertura “democrática”. Paradoxalmente, em 1986, Sarney restabeleceu as relações diplomáticas do Brasil com a Ditadura cubana de Fidel Castro.

Em 1989, Fernando Collor de Mello venceu Luiz Inácio “Lula” da Silva com 53% dos votos válidos na primeira eleição presidencial por voto popular direto após 29 anos de intervalo.

Em 1990, em um seminário internacional promovido pelo Partido dos Trabalhadores que contou com a participação do ditador cubano Fidel Castro, o “vencido” Lula fundou o Foro de São Paulo, um grande guarda-chuva para abrigar os vários grupos marxistas e partidos socialistas espalhados pela América Latina.

Desde sua criação, os participantes do Foro vêm se reunindo a cada 2 anos. Em julho de 2019, após uma reunião na cidade de Puebla, no México, foi criado o Grupo de Puebla, que nada mais é que o Foro de São Paulo com um nome novo.

Enquanto isso acontecia, Collor foi acusado de corrupção e sofreu um impeachment em 1992 – no mesmo ano em que o Rio de Janeiro sediou o primeiro encontro global para debater assuntos climáticos.

Entre 1992 e 1994, a Presidência da República foi exercida pelo vice de Collor, Itamar Franco.

Em janeiro de 1995, o antigo ministro da economia de Itamar, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, venceu as eleições e assumiu o posto de Presidente da República, dando continuidade aos planos de Collor para estabilização da economia.

FHC vendeu estatais ineficientes e quebrou monopólios nas áreas de telecomunicações, de

mineração, portuária, ferroviária e bancária. Mesmo assim, ele criou muito mais estatais que todos os governos de antes e de após de seu mandato. FHC também deu um novo impulso ao programa nuclear brasileiro, que estava parado desde 1965. Em 1998, foi reeleito.

2.6. OS ANOS 2000

No começo dos anos 2000, a economia dava sinais de recuperação e conseguimos passar até razoavelmente bem pela crise econômica precipitada pela Argentina. Contudo, nenhum ganho significativo em termos de educação e reforma agrária ocorreu.

Em 2002, o esquerdista Lula foi eleito graças aos seus discursos de campanha onde prometia reformas sociais benéficas para os pobres e a classe trabalhadora. Lula afirmou que criaria empregos e aumentaria salários, mas, uma vez no cargo, ele fez nada disso.

Alinhado aos objetivos do Foro de São Paulo de fundar uma grande União das Repúblicas Socialistas da América Latina, Lula expressou por várias vezes sua admiração e seu apoio à Revolução Bolivariana desencadeada por Hugo Chavez em 1999. A Venezuela, até então um dos países mais prósperos da região, viu a Revolução Chavista jogá-la em uma espiral descendente de violência, miséria e fome que dura até hoje.

Entre 2003 e 2010, o lulismo soube aproveitar os altos índices de crescimento da Índia e da China. Isso serviu, por exemplo, para blindar o Brasil na crise econômica de 2008 e para expandir diversos programas assistencialistas patrocinados pelo governo, como o Bolsa Família e a criação de 14 universidades federais.

Uma parte significativa do financiamento desta “blindagem” veio do aumento do endividamento interno:

entre 2002 e 2006, a dívida interna cresceu 50%, indo de R\$ 731 bilhões em 2002 para R\$ 1,1 trilhão em dezembro de 2006.

Com o dinheiro desse “auto-empréstimo”, o Brasil conseguiu ter aprovada sua candidatura para realizar a Copa do Mundo (2010), os Jogos Militares (2011), os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas (2015), e as Olimpíadas e Paraolimpíadas (2016). A construção de estádios e infraestruturas necessárias para abrigar estes eventos impactaram na economia local e contribuíram para projetar a imagem de um Brasil próspero e estável no exterior – mas os custos dessas medidas populistas não tardaram a chegar.

A amizade de Lula com diversos líderes de regimes socialistas e ditatoriais foi patrocinada pelo perdão de dívidas bilionárias aliadas ao favorecimento de empréstimos igualmente bilionários. Estas e outras medidas eram aprovadas pelo Congresso por meio de um “diálogo” que ficou conhecido como o Escândalo do Mensalão.

Após o término do seu segundo mandato, Lula manteve-se discretamente nos bastidores do governo Dilma e dedicou-se a dar palestras no exterior. Em 2017, levantamentos mostraram que sua empresa, a Lils Palestras, Eventos e Publicações, havia recebido repasses no valor de R\$ 27 milhões ao longo de quatro anos pela realização das tais palestras – das quais nunca vimos quaisquer posters, áudios, vídeos ou notícias.

Dilma, a sucessora ungida pelo populista Lula, governaria como Presidente de 2011 até ser afastada em 2016.

Ao todo, da posse de Lula em janeiro de 2003 ao afastamento de Dilma em maio de 2016, a conta da Era Petista custou ao Brasil 4.800 dias de escândalos e corrupção. Por meio do BNDES, Lula e Dilma

distribuíram benesses generosas para amigos como a empresa Marfrig (R\$ 3,5 bilhões), o governo de Cuba (R\$ 3,5 bilhões), o governo da Nicarágua (R\$ 4 bilhões), o governo da Argentina (R\$4 bilhões), Eike Batista (R\$ 10 bilhões), o governo de Angola (R\$ 10 bilhões) e o governo da Venezuela (R\$ 11,5 bilhões).

De acordo com os desvios investigados em 320 operações realizadas pela Polícia Federal entre 2014 e 2017, o PT de Lula e Dilma roubou mais de R\$ 48 bilhões dos cofres públicos – uma média de R\$ 33 milhões embolsados a cada dia. Mas é provável que os valores sejam bem maiores que estes.

Segundo relatório disponível no site da Polícia Federal, os valores analisados em operações financeiras investigadas na Lava Jato até o agosto de 2017 somavam R\$ 12,5 trilhões – um valor quase duas vezes superior ao PIB brasileiro de 2019 (R\$ 7,3 trilhões).

Investigado e condenado por corrupção, Lula ingressou na prisão em 7 de abril de 2018 para cumprir uma pena de 4.410 dias, mas seria solto em 8 de novembro de 2019 após cumprir 580 dias de cadeia – ou, ironicamente, 13% da sentença.

No final de 2018, Jair Messias Bolsonaro venceu Fernando Haddad na eleição para Presidente da República com 55% dos votos válidos (57,79 milhões de votos absolutos). A tarefa de Bolsonaro é quase do tamanho do Brasil: desaparecer a máquina pública infestada por centenas de milhares de ideólogos esquerdistas, lidar com leis e um esquema tripartite de poder fortemente enviesados para o socialismo, desfazer a mentalidade assistencialista de dezenas de milhões de brasileiros e libertar os setores produtivos da escravidão ao Estado.

Ele certamente precisará de grande foco e resiliência para alcançar cada um desses objetivos.

3. GEOGRAFIA E RECURSOS NATURAIS

3.1. O Continente Brasil

3.2. Águas

3.3. Florestas e Biodiversidade

3.4. Os Minerais

3.5. O Petróleo

3.6. As Terras Raras

3.7. Os Conflitos de terra na atualidade

O Brasil foi inserido no mapa do mundo durante as grandes explorações marítimas europeias no começo do século XVI. Mas nossa geografia, nossos recursos naturais e nossas fronteiras levariam séculos para serem conhecidos.

Para início de conversa, o tratado de Tordesilhas – que determinava o limite Oeste do Brasil – nunca foi respeitado. Em 1700, os portugueses já haviam ultrapassado em muito esta linha imaginária.

O grande momento que assegurou a atual configuração do mapa brasileiro foi o Tratado de Madrid, assinado em 13 de Janeiro de 1750 entre João V de Portugal e Fernando VI da Espanha. O Tratado foi defendido por um diplomata português, porém nascido no Brasil, chamado Alexandre de Gusmão. Mais tarde, suas ideias influenciariam o Barão do Rio Branco, o "pai da diplomacia brasileira"; sendo Gusmão considerado o "avô dos diplomatas brasileiros".

Quando a Independência foi proclamada em 7 de setembro de 1822, nosso território já possuía praticamente a mesma configuração atual.

A fronteira entre Rio Grande do Sul e Uruguai foi resolvida com a Guerra da Cisplatina, ocorrida entre 1825 e 1828.

Em 1850, surgiu um plano de ocupação da Amazônia por latifundiários americanos. A diplomacia brasileira agiu com energia, fortificando a foz do rio Amazonas, estabelecendo um plano de colonização e impedindo a chegada de estrangeiros.

Entre 1864 e 1870, a Guerra da Tríplice Aliança determinou as linhas de fronteira com o Paraguai. Contudo, após a Proclamação da República em 1889, os governantes defrontaram-se com o fato de que os limites territoriais do Brasil, embora definidos pela Constituição brasileira de 1891, não se estavam precisamente delimitados.

Assim, entre 1890 e 1909, ainda ocorreram disputas territoriais com Argentina (pelo oeste de Santa Catarina e do Paraná), com a França (pelos limites do Amapá), com a Inglaterra (pela posse da Ilha de Trindade e pelas fronteiras de Roraima), com a Holanda (pelas fronteiras com o Suriname), e com relação às fronteiras com a Colômbia e o Peru. Todos estes foram resolvidos por arbitragens e tratados internacionais.

Na reta final de negociações, a última área extensa a ser anexada foi o estado do Acre, que pertencia à Bolívia.

Posseiros brasileiros haviam invadido a região e, após vários conflitos com os bolivianos, uma reação liderada pelo brasileiro José Plácido de Castro derrotou as forças da Bolívia em 1902. Tropas brasileiras foram movidas para Corumbá e um conflito armado internacional estava se desenhando. Coube a José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, iniciar as conversações com a Bolívia. No final, a questão foi resolvida com a compra do Acre por um valor de 2 milhões de libras esterlinas na época – o equivalente a 14,7 toneladas de ouro, ou cerca de 1,7 bilhão de reais em

valores atuais. Em 1904, a região passou oficialmente a fazer parte do país.

A Questão do Acre é interessante para se ter uma ideia da riqueza do Brasil na época: em 1867, os EUA compraram o Alasca da Rússia por US\$ 7,2 milhões (o equivalente a 10 toneladas de ouro ou 1,1 bilhão de reais em valores atuais).

O Alasca tem 1,7 milhão km² e foi comprado por 6,4 mil reais o km². O Acre tem 153 mil km² e foi comprado por 11 mil reais o Km² – ou seja: o valor investido para aquisição do Acre daria para comprar quase 2 Alascas.

Mesmo tendo negociado um preço bem elevado para resolver a Questão do Acre, o Barão do Rio Branco merece um pódio na história da geografia brasileira:

José Paranhos iniciou na carreira política como promotor público em Nova Friburgo, em 1868. No ano seguinte, foi eleito Deputado pelo Partido Conservador representando a província de Mato Grosso. Nas duas décadas seguintes, ocupou vários cargos diplomáticos na Inglaterra, na Rússia e na Alemanha.

Um pouco antes do final do Segundo Império, recebeu o título de Barão do Rio Branco. O uso de graus de nobreza era proibido pela Constituição de 1891, mas José – um monarquista convicto – continuou a utilizar o título até mesmo em sua assinatura.

Em 3 de dezembro de 1902, o Barão assumiu o comando do Ministério das Relações Exteriores – cargo que ocupou ao longo do mandato de 4 Presidentes da República (Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca), até sua morte em 1912.

Em 1908, morando no Rio de Janeiro, Paranhos convidou o engenheiro Augusto Ferreira Ramos para projetar um sistema teleférico que facilitasse o acesso ao cume do Morro da Urca. A primeira etapa do projeto foi

concluída em 27 de outubro de 1912 e o teleférico se tornaria mundialmente conhecido como o Bondinho do Pão de Açúcar. Infelizmente, o Barão morreria antes da conclusão da obra: em 10 de fevereiro de 1912, aos 66 anos de idade, ele sucumbiu a uma insuficiência renal.

Em 1909, seu nome foi sugerido para a sucessão presidencial do ano seguinte, mas ele preferiu não assumir qualquer candidatura que não fosse de unanimidade nacional. Entre 1907 e 1912, além de Ministro das Relações Exteriores, Paranhos também presidiu o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Ao todo, devemos ao Barão do Rio Branco mais de 900 mil km² de nosso território atual. O município de Paranhos, no Mato Grosso do Sul, localizado na fronteira com o Paraguai foi batizado em sua homenagem.

3.1. O CONTINENTE BRASIL

Graças a vários Bandeirantes, exploradores anônimos, guerras, tratados internacionais, muita diplomacia e muito dinheiro, conseguimos costurar um país continental: o Brasil tem 4.378 km de norte a sul e 4.326 km de leste a oeste, e é o 5º maior país do mundo em extensão territorial, com 8,5 milhões de km² de área, sendo 157 mil km² de superfície de água e 55 mil km² de ilhas.

Ocupamos 47% da área da América do Sul (pouca coisa menos que a área continental dos EUA), e somos vizinhos de 10 dos 12 países do continente (somente Chile e Equador não fazem fronteira conosco). Devido a esta vastidão, temos 16.885 km de fronteiras terrestres, o que nos coloca na 3ª posição entre as nações com as maiores fronteiras terrestres do mundo, atrás apenas da China e da Rússia.

Internamente, somos uma colcha de retalhos de 26 estados e 1 Distrito Federal. Mas os retalhos são imensos! Cada estado brasileiro equivale ao tamanho de um país inteiro:

O Amapá equivale à Grécia.

O Amazonas, à Mongólia.

O Ceará, ao Nepal.

O Goiás, à Finlândia.

O Mato Grosso, à Venezuela.

O Mato Grosso do Sul, à Alemanha.

Minas Gerais, à Madagascar.

A Paraíba, à Croácia.

Pernambuco, à Coreia do Sul.

O Rio de Janeiro, à Dinamarca.

O Rio Grande do Sul, à Itália.

Rondônia, à Romênia.

Santa Catarina, à Hungria.

São Paulo, ao Reino Unido.

Tocantins, à Nova Zelândia.

A Bahia é quase do tamanho do Quênia.

O Pará tem praticamente o mesmo tamanho de duas França.

E por aí vai.

Somos o maior país no hemisfério sul do planeta e, das 30 maiores cidades do mundo, duas estão no Brasil: Rio de Janeiro e São Paulo.

De acordo com o Traveler's Choice, temos duas das mais belas praias do mundo: Baía do Sancho, Fernando de Noronha (4º lugar); Praia de Lopes Mendes, em Ilha Grande, Rio de Janeiro (7º lugar).

3.2. ÁGUAS

Segundo o World Resources Institute, temos 33.379 km de linha costeira, o que nos coloca na 9ª posição mundial em termos de extensão litorânea.

Internamente, nossa massa de terra é irrigada por 3 bacias principais: do Amazonas, do São Francisco e do Paraná.

Apesar de termos 48 mil km de rios navegáveis (25 mil apenas na Amazônia), possuímos somente 16 hidrovias e 20 portos fluviais, e menos de 15% do transporte de cargas no país é feito utilizando hidrovias.

A Bacia Amazônica é 3 vezes maior que a Bacia do Mississippi e contém 20% de toda a água doce do mundo.

O rio Amazonas é o 2º mais longo do mundo, perdendo apenas para o Nilo. No ponto mais estreito, o rio tem 1,6 km de largura, chegando a 48 km de uma margem a outra durante a estação das chuvas.

A cada dia, o monumental rio Amazonas joga mais de 3 milhões de toneladas de sedimentos no Oceano Atlântico. Esse volume de sedimentos foi responsável pela formação da maior ilha criada por um rio no mundo, a Ilha de Marajó, que tem mais ou menos o mesmo tamanho da Suíça.

O volume e a força do Amazonas são tão imensos que mudam a salinidade e a cor da água do Oceano Atlântico, fornecendo água potável para marinheiros a mais de 160 km de distância da foz do rio.

O São Francisco é o maior rio inteiramente dentro das fronteiras brasileiras. Em seu curso de mais 1.600 km de extensão, 310 km rio acima a partir da foz são navegáveis por navios de grande porte. Praticamente todo o restante do rio é navegável por embarcações de pequeno e médio porte.

O rio Paraná é o principal formador da Bacia do Prata. Em sua extensão total até a foz do Estuário da

Prata, é considerado o 8º maior rio do mundo (4.880 km) e o maior da América do Sul depois do Amazonas.

Entre 1975 e 1982, a Usina Hidrelétrica de Itaipu foi construída no rio Paraná, na fronteira entre Brasil e Paraguai. Em tupi-guarani, Itaipu significa “pedra na qual a água faz barulho”. A usina entrou em operação em 5 de maio de 1984 e, até a construção da Hidrelétrica das Três Gargantas, na China (2003), era a maior barragem do mundo.

Das 5 maiores hidrelétricas do planeta, 3 estão no Brasil: Itaipu (2ª maior), Belo Monte (3ª, localizada no Rio Xingu, ainda em construção) e Tucuruí (5ª, localizada ao longo do Rio Tocantins).

3.3. FLORESTAS E BIODIVERSIDADE

Se não bastasse o tamanho descomunal e a riqueza em recursos hídricos, somos também uma sumidade em termos de biodiversidade: cobrimos 1,6% da superfície total da Terra, mas possuímos 14% das espécies de árvores e 22% da flora mundial (sendo que 46% de nossas plantas só são encontradas aqui e em mais nenhuma outra parte).

Abrigamos 600 espécies de mamíferos, 1.500 espécies de peixes, 1.600 espécies de pássaros, 4.222 espécies de algas, 6.903 espécies de fungos, 8.715 espécies de árvores, e mais de 100 mil espécies diferentes de insetos. Apenas a Amazônia tem cerca de 390 bilhões de árvores, o que representa 50% do total das florestas tropicais remanescentes do planeta.

Com tantas matas, somos uma potência na indústria madeireira, respondendo por 3% dos painéis, 6% da madeira combustível, 8% das toras e 11% da polpa para papel comercializados no mundo.

Mesmo sendo acusados de “devastar nossas matas”, somos o 2º país em termos de área total de florestas: temos 5,44 milhões de km² de matas – uma área equivalente a duas vezes o tamanho da Argentina.

A Rússia, primeira colocada em área total de florestas, tem 8,5 milhões de km² de matas. O Canadá, terceiro colocado, tem 2,45 milhões de km² de florestas. Porém, em termos percentuais, o Brasil ganha da Rússia: 63% de nosso território é coberto com florestas, contra 49% dos russos. Para efeito de comparação, este percentual é de 69% na Suécia, 69% no Japão, 57% no Congo, 54% na Indonésia, 55% em Angola, 50% no Peru, 32% na Alemanha, 24% no Canadá, 23% nos EUA, 22% na China e 20% na Austrália.

O campeão mundial em área territorial coberta por matas é o Suriname: 90% do país tem cobertura vegetal.

Ainda que alguns países na Europa Ocidental tenham boas coberturas vegetais, o continente que tanto enche nossa paciência com discursos preservacionistas já perdeu 99,7% de sua cobertura florestal original.

3.4. OS MINERAIS

A corrida pelas riquezas minerais no Brasil se iniciou no século XVII, mas está longe de terminar: em um ranking organizado pelo site *Investopedia* em 2019, somos o 6º país do mundo mais rico em recursos naturais.

A soma total de nossos recursos naturais ultrapassa a marca de US\$ 21 trilhões (*World Atlas*, 2018). Segundo a *Business Insider*, apenas nossas reservas minerais estão estimadas em US\$ 736 bilhões, sendo 70% em minério de ferro, 8% em bauxita (de onde se faz alumínio), 8% em níquel, 7% em ouro e 7% potassa.

Contudo, uma projeção realizada pelo Engenheiro de Minas do Departamento Nacional de Produção Mineral, Mathias Hieder, e publicada na revista *In the Mine* em dezembro 2014, calculou que o valor do total da produção mineral a partir das reservas minerais existentes atinja US\$ 2,7 trilhões.

De acordo com dados do Ministério de Minas e Energia do Brasil, do U.S. Geological Survey (USGS), do U.S. Energy Information Administration e do World Nuclear Association, nossos principais recursos minerais são os seguintes (em ordem alfabética):

Bauxita: 2ª maior reserva e 2º maior produtor do mundo. Temos 10% da bauxita que existe no planeta e somos responsáveis por 12% da bauxita comercializada no mundo.

Chumbo: 1ª maior reserva mundial (temos 27% do chumbo que existe no planeta). Curiosamente, exploramos mal este minério: somos o 11º maior produtor, respondendo por menos de 1% do chumbo comercializado no mundo.

Diamante: 6ª maior reserva e 9º maior produtor do mundo. Temos 2% das reservas de diamante que existem no planeta, mas somos responsáveis por apenas 0,1% dos diamantes comercializados no mundo. Os primeiros diamantes foram achados no Brasil por volta de 1729. Em 1735, o Arraial do Tijuco (atualmente Diamantina) se tornou nosso maior centro produtor.

Estanho: 3ª maior reserva e 5º maior produtor do mundo. Temos 13% do estanho que existe no planeta e somos responsáveis por quase 3% do estanho comercializado no mundo.

Ferro: 5ª maior reserva e 2º maior produtor do mundo. Temos 7% do ferro que existe no planeta e somos responsáveis por 19% do ferro comercializado no mundo. O minério de ferro representa 93% das exportações do

setor de mineração do país, sendo que 75% do nosso ferro é exportado para Japão, Alemanha, China e Coreia do Sul. Cerca de 60% de toda a produção nacional de ferro sai do Quadrilátero Ferrífero, uma região localizada no centro-sul do estado de Minas Gerais.

Manganês: 2ª maior reserva e 1º maior produtor do mundo. Temos 10% do manganês que existe no planeta e somos responsáveis por quase 25% do manganês comercializado no mundo.

Nióbio: 1ª maior reserva e 1º maior produtor do mundo. Temos 96% do nióbio que existe no planeta e somos responsáveis por 96% do nióbio comercializado no mundo.

Níquel: 7ª maior reserva e 7º maior produtor do mundo. Temos 6,7% do níquel que existe no planeta e somos responsáveis por 5% do níquel comercializado no mundo.

Ouro: 10ª maior reserva e 14º maior produtor do mundo. Temos 2% do ouro que existe no planeta e somos responsáveis por 1,6% do ouro comercializado no mundo.

Prata: temos a 9ª maior reserva conhecida, porém somos apenas o 36º maior produtor do mundo. Temos 2% das reservas de prata que existem no planeta, mas somos responsáveis por apenas 0,1% da prata comercializada no mundo.

Urânio: 6ª maior reserva e 14º maior produtor do mundo. Temos 8% do urânio que existe no planeta, mas somos responsáveis por menos de 1% do urânio comercializado no mundo.

Zinco: 10ª maior reserva e 13º maior produtor do mundo. Temos 1,4% do zinco que existe no planeta e somos responsáveis por 1,8% do zinco comercializado no mundo.

Zircônio: 7ª maior reserva e 4º maior produtor do mundo. Temos 5% do zircônio que existe no planeta e

somos responsáveis por 3% do zircônio comercializado no mundo.

Um dado adicional: somos responsáveis por quase a totalidade mundial de produção e extração de quartzo em estado natural.

3.5. O PETRÓLEO

O Brasil é a 15^a maior reserva e o 10^o maior produtor de petróleo do mundo. Produzimos 2,3 milhões de barris por dia – o que supera o consumo interno, que é de 2,2 milhões de barris / dia. Esta autossuficiência foi alcançada em 2007, mas o ciclo do petróleo teve início no Brasil ainda no século XIX, quando os primeiros vestígios foram encontrados no estado de São Paulo.

A primeira jazida economicamente viável foi descoberta em 1939, no município de Lobato, mediações do Recôncavo Baiano. Contudo, bem antes da descoberta das reservas na Bahia, já havia uma discussão acalorada sobre como o petróleo seria explorado no Brasil.

Desde a Guerra Civil nos EUA, os investidores ingleses procuravam novas áreas para extrair petróleo. Eles desembarcaram aqui em 1864 e chegaram a instalar uma torre em Alagoas, mas abandonaram o empreendimento. Mesmo assim, as concessões continuaram e, em 1926, a Standard Oil veio explorar petróleo na Amazônia. A permissão foi cancelada com a Revolução de 1930.

Em 1932, por iniciativa de Monteiro Lobato, foi criada a Companhia Petróleos do Brasil. Em 1936, Lobato publicou o livro "O Escândalo do Petróleo e Ferro", onde denunciava ações de empresas estrangeiras – principalmente a Standard Oil – no sentido de "não explorar e não deixar que explorem".

A descoberta dos campos petrolíferos no Recôncavo Baiano em 21 de janeiro de 1939 colocou mais brasa nessa fogueira. Entre os militares brasileiros, o general Júlio Caetano Horta Barbosa defendia que os estrangeiros deviam ser totalmente excluídos da exploração do petróleo, ao passo que o general Juarez Távora era favorável à participação do capital estrangeiro. Como chefe do Conselho Nacional do Petróleo, general Barbosa levou a melhor.

Na II Guerra Mundial, as companhias norte-americanas voltaram a se interessar pela exploração de petróleo no Brasil. Em 1941, a Standard Oil fez nova proposta. Barbosa recusou. Quando a II Guerra terminou, as forças nacionalistas brasileiras mobilizaram a opinião pública em torno da campanha “O Petróleo é nosso!”. A bandeira era a defesa do monopólio estatal. Intelectuais como Roberto Campos e Eugênio Gudin acusaram o movimento de ser um “fetiche de país subdesenvolvido”.

Aproveitando a onda, Getúlio Vargas apresentou o projeto de criação da Petrobrás em 6 de dezembro de 1951. Em 3 de outubro de 1953, foi aprovada a Lei 2004, que criava a Petróleo Brasileiro S.A. e instituía o monopólio estatal para exploração, refino e transporte de petróleo.

Apesar da grande expectativa, a Petrobrás patinou durante duas décadas até que fossem desenvolvidas técnicas para extrair petróleo da plataforma continental – primeiro em Sergipe, em 1968, e então na Bacia de Campos, em 1974. Em 1997, o monopólio estatal foi finalmente quebrado com a publicação da Lei do Petróleo (lei nº 9.478) e a criação da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Em 2005, foram descobertas novas jazidas de petróleo na camada do Pré-Sal, localizada abaixo do mar

da Bacia de Santos, há cerca de 800 km do litoral. A exploração foi iniciada em 2012, sendo majoritariamente por empresas privadas a partir de leilões.

Atualmente, a Bacia de Campos é a maior e principal bacia petrolífera brasileira, respondendo por 80% da produção de petróleo no Brasil. A Bacia do Recôncavo Baiano é nossa segunda bacia petrolífera em volume de produção. E a Bacia do Espírito Santo destaca-se menos pela produção de petróleo e mais pela extração de gás natural e óleo.

3.6. AS TERRAS RARAS

As terras raras são 17 elementos agrupados em uma família na tabela periódica devido à sua semelhança química. Eles têm nomes complicados, como lantânio, neodímio, cério, gadolínio, escândio, etc.

Apesar da alcunha “terras raras”, esses metais não são exatamente raros. Com os avanços tecnológicos, começaram a ser bastante procurados devido ao seu emprego para fabricação de telas de *tablets*, computadores e celulares; lâmpadas de LED; painéis solares e polimento de lentes.

O neodímio, por exemplo, o elemento químico mais usado dentro desse grupo, está presente nos superímãs, cada vez mais usados em motores que precisam ter dimensões pequenas como os que regulam bancos e espelhos em automóveis mais luxuosos. Estes superímãs também são utilizados nos geradores de energia eólica.

O lantânio é essencial para fabricar gasolina. Numa das etapas de produção do combustível na refinaria, os gases passam por um catalisador de óxido de lantânio, que promove a junção das moléculas que formam a gasolina. O Brasil consome 1.000 toneladas de

lantânio por ano. Não é um mercado volumoso, mas se não tivermos lantânio, não fabricamos gasolina.

O mercado de Terras Raras é dominado pela China: os chineses possuem 36% das reservas e são responsáveis por 95% da produção mundial de Terras Raras. Até poucos anos atrás, não compensava para o Brasil entrar nesta briga. Porém, as pressões do governo chinês para obediência às novas políticas ambientais resultaram no fechamento de muitas minas e pequenas empresas envolvidas no setor na China. A oferta diminuiu, mas o consumo não – e os preços desses metais aumentaram.

O mundo hoje consome 150 mil toneladas de Terras Raras por ano e os EUA elegeram as Terras Raras como recursos críticos para sua economia, igualmente baseada na produção e venda de produtos de alto conteúdo tecnológico. Estimativas da USGS apontam que as reservas brasileiras de Terras Raras podem chegar a 3,5 bilhões de toneladas, mas o Brasil praticamente não explora esses recursos – o pouco que utilizamos é importado.

Segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral, o Brasil possui cerca de 40 mil toneladas em reservas medidas (cerca de 0,3% do total mundial), concentradas principalmente nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Estas reservas estão sob regime de exploração pela Vale e pela estatal Indústrias Nucleares do Brasil (INB), vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Com o planejamento e o investimento correto, o Brasil tem tudo para se tornar um dos líderes na produção e exportação de Terras Raras.

3.7. OS CONFLITOS DE TERRA NA ATUALIDADE

Mesmo com uma área geográfica tão extensa e tão rica, os conflitos com relação à posse e uso da terra infelizmente são comuns no Brasil. Apenas as áreas em disputas judiciais somam mais de 20 milhões de hectares (ou 210 mil km², uma área do tamanho do Senegal).

Segundo o World Economic Forum, em termos de garantia da propriedade privada, o Brasil ocupa o 80º lugar entre as nações do mundo. Isso tem consequências profundas no uso dos recursos que nossa terra riquíssima e fértil oferece: a incerteza do direito à propriedade privada e as burocracias da legislação desestimulam que os proprietários trabalhem com contratos de arrendamento, mesmo quando esses contratos são lucrativos do ponto de vista econômico.

O risco de expropriação torna as taxas de contratos de arrendamento de terra muito baixa: 3,3% no Brasil, contra 33% na Europa e 38% nos EUA.

As instabilidades no direito à propriedade privada distorcem o uso da terra e deixam os proprietários receosos de modificar suas culturas agrícolas, ou de fazer investimentos em tecnologia, ou realizar beneficiamentos devido ao risco de que, em algum momento, seu direito à propriedade seja anulado por algum motivo ou outro. Por exemplo: uma terra mantida como pasto natural pode ser vista como “improdutiva”, colocando-a na mira de desapropriação para servir a programas de reforma agrária.

A insegurança do Direito à Propriedade decorre do fato de que todo o sistema estatal que trata das leis com relação à terra é desnecessariamente complexo. Dezenas e dezenas de instituições governamentais nos níveis federal, estadual e municipal dividem responsabilidades no gerenciamento da terra. Apenas no nível do governo federal, 11 instituições compartilham diferentes aspectos

legais e de gerenciamento da propriedade. A confusão institucional, associada a uma legislação intrincada e ineficaz, resulta em uma burocracia que consome tempo, recursos e produtividade.

A ausência de um sistema de cadastro e registro único oficial é outro problema central no manejo dos recursos da terra: um levantamento das terras no Pará revelou que é impossível saber quem é o dono legal efetivo de 38% da área total daquele estado. A pressão de grupos nacionais e internacionais para que o Brasil preserve suas áreas naturais completa o imbróglio.

Todos esses obstáculos que complicam o direito à propriedade tiveram início com a política de concessão de sesmarias em 1531, passando pela reforma de 1850 (Lei de Terras), pelo Estatuto da Terra de 1964, e então desaguando nos relativismos e incongruências da Constituição Federal de 1988.

A Primeira República (1889-1930) caracterizou-se pela ausência de políticas realmente eficazes com relação à terra e à propriedade. Ocorreram algumas poucas tentativas de colonização e assentamentos de pequenos fazendeiros, e a prática de grilagem (apropriação ilegal de terras públicas por indivíduos privados) foi intensa.

A Revolução de 1930 marcou a substituição das oligarquias privadas por um Estado ditatorial centralizador que promoveu a industrialização do país. Ao mesmo tempo, a Constituição de 1934 afirmava que as prerrogativas da propriedade não poderiam ser exercidas contra o “interesse social”. Esta foi a primeira vez que uma Constituição brasileira afirmava que o direito à propriedade não era um direito absoluto.

Após 1937, o governo procurou integrar os grandes espaços vazios do Norte e do Centro-Oeste por meio de ocupações organizadas. O problema é que muitas dessas

áreas já eram ocupadas por grupos indígenas, garimpeiros, seringueiros, pecuaristas e outros.

Com o fim da Ditadura Vargas em 1945, a democracia foi restabelecida e uma nova Constituição foi outorgada em 1946, reforçando os dois tipos de expropriação que poderiam ser empregados pelo Estado: interesse público e função social.

Entre 1950 e 1960, movimentos sociais intensificaram o debate sobre a reforma agrária. Com o início do Regime Militar em 1964, os fardados decidiram realizar a reforma de maneira “legal e organizada”, mas a Lei de Terras estabelecia uma série de pré-requisitos condicionando a propriedade privada e reforçava a necessidade de uma função social da propriedade. Isso permitiu que as desapropriações fossem feitas de maneira rápida, bastando declarar um trecho como “improdutivo” e pronto. Novamente às favas com a integridade do direito à propriedade.

Na década de 1970, a política expansionista do governo militar encorajou a ocupação da Amazônia. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (o INCRA) foi criado para assentar milhares de famílias sem terra em todo o país, mas isso não resolveu os conflitos de propriedade. Pelo contrário: esses conflitos se intensificaram.

Além da anistia para revolucionários socialistas e do retorno do voto direto para Presidência da República, o fim do Regime Militar trouxe uma nova Constituição Federal (CF). A CF de 1988 foi a primeira a abordar especificamente regras para preservação do meio ambiente, mas o direito à propriedade privada continuou sendo relativizado: da mesma maneira que defendido pelas Constituições de 1934 e 1946, o direito à propriedade era garantido desde que a propriedade cumprisse sua “função social”.

Com isso, temos hoje que:

- 37% do território nacional está nas mãos de proprietários privados para uso na agricultura.
- 18% são áreas protegidas.
- 14% são áreas indígenas e quilombolas.
- 10% são assentamentos.
- 0,5% são áreas urbanas.

Mas, ao todo e na prática, 50% das terras são controladas pelo Estado em suas várias esferas (Federal, Estadual e Municipal) – e o Estado brasileiro nunca foi um exemplo de eficiência na exploração de nossa geografia e nossos recursos naturais para produzir prosperidade. Isso ocorreu no caso do uso das hidrovias e do Petróleo, e segue ocorrendo com relação a riquezas como Chumbo, Diamantes, Estanho, Prata, Urânio, Terras Raras e produção de biotecnologia a partir de nossa biodiversidade.

O patrimônio natural do Brasil continua sendo imensamente maior que a competência dos chefes de Estado que lideraram esta nação até aqui.

4. A ECONOMIA

4.1. Uma breve história do desenvolvimento econômico brasileiro

4.2. O Setor Primário: os ciclos do Açúcar, do Algodão, do Café, da Borracha e da Pecuária

4.3. A Atualidade do Setor Primário no Brasil: agricultura, pecuária, pesca,

4.4. O Setor Secundário: Ferrovias, Rodovias, Portos, Aeroportos, Energia, Indústria Automotiva, Suco de Laranja, Cerveja, Telecomunicações, Tecnologia de ponta,

4.5. A Atualidade do Setor Secundário no Brasil

4.6. O Setor Terciário: professores, advogados, engenheiros, turismo, informática, exportação

O Brasil possui uma história tão esplêndida, uma atmosfera política tão vibrante e uma quantidade tão imensa de recursos naturais que qualquer abordagem de seus aspectos econômicos se transforma em uma tarefa quimérica. Por isso, para fins didáticos, decidimos abordar a economia brasileira a partir dos setores clássicos divididos em Primário (agronegócio), Secundário (indústrias) e Terciário (serviços).

É evidente que esta é uma divisão que tem sua dose de injustiça: os setores econômicos não são estanques, eles não são fechados em si mesmos, mas interagem e muitas vezes se confundem: uma planta cujo produto é vendido após beneficiamento no mesmo local se encaixa em qual setor? Sem o beneficiamento, a planta renderia menos. Mas sem os insumos fornecidos de maneira vertical pela planta, a etapa beneficiamento seria menos lucrativa.

Uma empresa de comércio exterior constituída como uma ramificação direta de uma fábrica para distribuir a produção daquela fábrica se encaixa em qual setor? É justo classificar a etapa de comércio da empresa como mais lucrativa que a etapa industrial, uma vez que sem a segunda a primeira teria menos competitividade?

Estas observações sobre a complexidade das interações entre os setores Primário, Secundário e Terciário da economia são importantes para justificar antecipadamente as inevitáveis falhas de raciocínio que cometemos quando abordamos cada um desses setores como se fossem entidades separadas umas das outras.

O sistema econômico de um país consiste em um labirinto de relações entre sua população e os setores produtivos, entre estes e a política, e entre este emaranhado e os novos internacionais do presente, as expectativas do futuro e, acima de tudo, as heranças do passado. Por isso, para entendermos a economia brasileira de agora, temos que investigar um pouco sobre a economia brasileira de antes.

A História guarda a chave para o entendimento de muitos problemas e oportunidades que enfrentamos.

4.1. UMA BREVE HISTÓRIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

No começo, a colônia brasileira nem era bem uma colônia. Os primeiros exploradores vinham aqui com um pensamento mercantilista: eles queriam aventura e enriquecimento, não fundar um país. No início, a dificuldade em encontrar metais preciosos fez com que o extrativismo se voltasse para a exportação de pau-brasil. Este foi nosso **Primeiro Ciclo Econômico**, que durou de 1500 a mais ou menos 1530.

O **Segundo Ciclo** viria com a cana-de-açúcar, o chamado “ouro branco” turbinou o tráfico de escravos e assentou os primeiros colonos de fato.

O **Terceiro Ciclo** ocorreu no final do século XVII e ao longo do século XVIII, com a descoberta das jazidas de ouro. O ciclo do ouro representou o auge da economia colonial e foi marcado por movimentos exigindo a libertação do Brasil da colônia (como a Inconfidência Mineira, em 1792).

Com o esgotamento das minas de ouro, iniciamos o **Quarto Ciclo**, que pode ser representado pela ascensão sequencial (ou muitas vezes simultânea) de 4 *commodities* principais: algodão, café, borracha e pecuária.

O **Quinto Ciclo** pode ser representado pela decadência de várias regiões especializadas na tríade açúcar / algodão / café, desencadeando uma procura pelo desenvolvimento industrial, pela re-significação do agronegócio e pela migração da força de trabalho para o setor de serviços.

Do descobrimento até 1822, nossa economia era praticamente 100% voltada para a exportação de matérias-primas apoiada na força do trabalho escravo. Com a Independência, o Primeiro Império investiu na melhoria das estradas e portos, favoreceu a iniciativa privada, e começou a se movimentar para realizar a transmutação do sistema econômico colonial escravocrata para uma economia moderna e capitalista.

Em 1826, Dom Pedro I estabeleceu linhas de subvenção para indústrias de estamperia e papel, uma prática de incentivos que seria retomada na década de 1840. Um dos critérios exigidos para a concessão dessas subvenções era o emprego exclusivo de trabalhadores livres. As medidas deram mais ou menos certo, e, em

1850, o valor absoluto das exportações brasileiras era o mais alto da América Latina (o triplo da Argentina, para você ter uma ideia), mas continuávamos sendo um país essencialmente agrícola.

No final da década de 1860, nossa economia seria sacudida por dois eventos: a Guerra Civil nos EUA e a Guerra do Paraguai. Por causa da Guerra Civil, os EUA sofreram uma quebra na produção de algodão. Por causa da Guerra do Paraguai, as tarifas de importação foram aumentadas para ajudar nos custos do conflito. Como resultado, tivemos um estímulo enorme para a produção industrial nacional, que foi muito bem aproveitado pelos setores têxtil, químico, de cigarro, vidro, papel, couro, instrumentos ópticos e náuticos.

Na década de 1870, talvez prevendo a decadência dos ciclos agrícolas em várias regiões, muitos fazendeiros direcionaram seus investimentos para o setor industrial. A ampliação da malha ferroviária por Dom Pedro II estimulou ainda mais o surgimento de novas atividades no setor, especialmente em São Paulo.

Os benefícios dessa mudança foram quase imediatos: após 1874, com a exportação de materiais com maior valor agregado, a balança comercial virou claramente a favor do Brasil – uma posição que manteríamos até o final da monarquia.

Como velhos hábitos são difíceis de serem mudados, a Associação Industrial foi criada em 1880 com o objetivo de tentar modificar a mentalidade dos defensores de um Brasil essencialmente agrícola. E não se tratava apenas de alterar ideias: o destino do capital também passou a ser alterado. Em 1884, 9,6% do capital empregado na economia era direcionado para a indústria. Em 1885, subiu para 11,2%. Nesta época, tínhamos 636 fábricas com uma taxa de crescimento sólida e constante, com 60% do capital sendo alocado no setor têxtil, 15% na

alimentação, 10% no químico, 4% no madeireiro, 3,5% no vestuário e 3% na metalurgia.

Tudo ia bem até o golpe militar que proclamou a República. Com o afastamento de Dom Pedro II, o capital investido na indústria caiu para 5% em 1894, subindo para 6% em 1904. Levaríamos muitos anos até recuperar parcialmente a pujança econômica da época do Segundo Império.

Ao todo, entre 1840 e 1889, nosso PIB cresceu a uma taxa anual de 4,81%, uma marcha extraordinária por seu fôlego e por suas consequências na época. Em 1820, nossa renda per capita equivalia a 50% da norte-americana. Em 2020, equivale a 14%. Se tivéssemos mantido o ritmo de crescimento da época do Império, teríamos hoje uma renda per capita no mínimo em torno de US\$ 31 mil – quase 4 vezes maior que a atual.

A derrubada do Império e a instalação da Primeira República marcou o início de um período cujas características são bastante familiares para nós ainda hoje: a parceria entre uma economia oligárquica e uma política extremamente tolerante com a cleptocracia. Isso não mudaria muito com a Revolução de 1930, quando Getúlio trocou o sistema corrompido por um capitalismo de estado feita por compadres. O Nacional-Desenvolvimentismo da Ditadura Vargas instituiu um modelo político-econômico que se estendeu de 1930 a 1980.

O Getulismo produziu boa infraestrutura (focada principalmente no modelo de transporte rodoviário) e elevou as taxas de crescimento econômico. Sem embargo, mais uma vez, o planejamento centralizado e o corporativismo do Estado não foram suficientes para domesticar as forças do Livre Mercado.

O Getulismo foi uma contradição: sendo uma ditadura, enviou tropas para lutar contra ditaduras na

Europa em nome da liberdade. Em 1945, o Alto Comando do Exército depôs Vargas, reiniciando a experiência “democrática”. Contudo, para manter as contas e os subsídios oferecidos pelo Estado, os governos posteriores a 1945 continuaram se endividando em sequência, multiplicando a dívida externa e represando uma onda hiperinflacionária que desaguaria na década de 1980. Antes que a conta chegasse, tivemos um momento de deslumbre ilusório: o Milagre Econômico (1969–1973).

Depois de romper a estagnação do governo Kubitschek, e visando estimular o crescimento econômico e de promover a integração nacional, o governo militar implementou vários programas nas áreas de transportes e energia. Os militares queriam um mercado desenvolvido e uma maior participação do Brasil na economia mundial, mas acreditavam que isso só seria possível se o punho de ferro do Estado dirigisse a mão invisível do mercado.

O Banco Central foi criado em dezembro de 1964 para financiar o endividamento do governo: entre 1964 e 1966, a base monetária nacional aumentou 54% por ano, e o déficit público passou de 3,2% do PIB para 1,1% do PIB, pois 86% das dívidas do governo passaram a ser financiadas pela venda de títulos públicos. Antes, elas eram pagas pela emissão de moeda.

Para evitar que o aumento da base monetária resultasse em inflação, o governo regulamentou discricionariamente os reajustes de reposição das perdas salariais e a taxa anual de inflação foi reduzida de 91% em 1964 para 38% em 1966.

Com esse mecanismo podre e insustentável rodando a todo vapor, foram construídas usinas hidrelétricas e iniciou-se a construção da Rodovia Transamazônica. Outras obras de infraestrutura pipocavam por todos os lados. O crescimento acelerado

da indústria gerou empregos e aumentou a renda de muitos trabalhadores. Mas é importante lembrar: tudo isso foi feito às custas de um modelo keynesiano destinado ao naufrágio. O Estado criava Estatais, emprestava dinheiro para si mesmo e aumentava sua presença na economia fornecendo empréstimos a juros bem baixos, achando que todas as peças estavam sob seu total domínio. Nunca estiveram.

O fim do Regime Militar assinalou a chegada das notas promissórias assinadas nas décadas anteriores. A inflação disparou. Vários planos foram tentados para reestabilizar a economia e controlar a inflação. Nenhum obteve sucesso.

Em 1986, para tentar controlar a hiperinflação, o Presidente José Sarney decretou o congelamento dos preços por meio do Plano Cruzado. Quase 95% da população apoiou a medida sem saber que o que estava apoiando era, na verdade, a abolição da economia de mercado e a adoção de um modelo essencialmente Socialista.

Empresários e donos de loja começaram a ser presos e humilhados com a acusação de aumentar preços ilegalmente. Saques e depredações se tornaram frequentes. Os “fiscais do Sarney” deduravam quem quer que ousasse desafiar o poder controlador do Estado sobre a economia. Intelectuais e economistas que defendiam o Plano Sarney se tornaram celebridades. Na época, ninguém deu ouvidos ao juiz Ives Gandra, uma das poucas vozes a se erguer denunciando as inconstitucionalidades das medidas. Ao mesmo tempo, a Esquerda sorria: como levantar bandeiras em nome do socialismo se o próprio governo havia instituído o regime?

Como era de se esperar, a interferência do Estado na economia resultou em uma escassez gigantesca de

vários produtos essenciais e filas imensas nas lojas. Mercados paralelos surgiram e o Brasil tomou aquela feição bem conhecida dos países comunistas em períodos de necessidade: ao invés de estimular as forças produtivas, o Estado as constrangia, chegando a usar o poder da Polícia Federal para fiscalizar pastos com helicópteros em busca de carne bovina.

Com o fim do governo Sarney, os preços foram descongelados e a inflação reprimida caiu sobre a economia como uma montanha desmoronando. Para completar, a abertura comercial promovida pelo Governo Collor expôs a baixa eficiência da indústria nacional. Porém, enquanto as falências iam sucedendo, a qualidade dos produtos tecnológicos no país foi subindo.

A tão almejada estabilidade só seria alcançada com a implantação do Plano Real em 1994 – que, fazendo justiça à história, só foi possível devido ao choque econômico produzido pelo governo Collor. Porém, com a recuperação da harmonia, o que o governo fez? Ora, aquilo que os governos positivistas e socialistas sempre fizeram: criou mais estatais, aumentando o tamanho do Estado e sua presença na economia.

Em 1994, FHC atrelou a moeda brasileira ao dólar americano. Porém, com a Crise financeira na Ásia Oriental e a Crise Russa de 1998, o Banco Central modificou a política monetária para um regime de flutuação gerenciada e então para um regime de câmbio flutuante em 1999. Apesar de ser rotulado como um neoliberal – coisa que nunca foi –, o socialista FHC foi o campeão na criação de Estatais nos últimos 60 anos (falaremos sobre isso mais adiante).

Em 1998 o Brasil recebeu US\$ 41,5 bilhões do Fundo Monetário Internacional para turbinar sua economia. Em 2002, recebeu mais US\$ 30 bilhões do FMI. Mesmo com essa vitamina extra, a economia

brasileira cresceu menos de 2% em 2001, e menos de 1% em 2002.

Em 2003, Lula assumiu a Presidência da República e manteve a política econômica de FHC, adicionando ao cenário a unificação de programas de redistribuição de renda que pouco fizeram para estimular a produção nos vários setores.

A Era Lula foi um período “próspero”, mas isso aos custos de um aumento absurdo do endividamento do governo. Para corrigir os déficits públicos, não foram realizados cortes nos custos do Estado: a solução se deu através de um aumento substancial da arrecadação de tributos. Foi assim que “programas redistributivos” como o Bolsa Família foram sustentados.

O keynesianismo lulista fez com que o PIB brasileiro crescesse 7,5% em 2010 (o maior crescimento desde 1986). Entretanto, assim como ocorreu na época do Milagre Econômico, esse foi um crescimento financiado por investimentos estatais às custas de cargas massacrantes de impostos: em 2010, a carga tributária chegou a 35% do PIB (em 2000, era 30%).

O Governo Dilma não apenas manteve os equívocos de FHC e Lula, como dobrou a meta, investindo cada vez mais fundo em políticas macroeconômicas socialistas. O resultado da soma desses desgovernos não poderia ser diferente: em 2014, entramos em uma recessão do tamanho de um tsunami.

Desde o começo da década de 1990, o aumento do preço das *commodities* no mercado internacional – impulsionado principalmente pela crescente demanda da China – tornou o cenário bastante favorável ao Brasil. Porém, a partir de 2013, a China deu uma desacelerada, e isso foi uma bomba para nós. O excesso de oferta de produtos fez os preços despencarem, e a falta de panejamento (associada ao inchaço do Estado e ao seu

endividamento sempre progressivo) nos submergiu em uma recessão.

Mesmo com o risco de esfriamento econômico, o governo Federal exercitou seus delírios de sempre: para a Copa do Mundo de 2014 no Brasil, foram realizadas obras que em nada somaram para a capacidade produtiva do país. Só os estádios Mané Garrincha, Arena Amazônia e Arena Pantanal custaram R\$ 2,76 bilhões aos pagadores de impostos.

A conta final da Copa do Mundo fechou em R\$ 31 bilhões, com boa parte dos investimentos sendo desperdiçada em obras de mobilidade urbana que ficaram inacabadas ou tiveram graves problemas estruturais: em capitais como Cuiabá, Recife e Fortaleza, corredores e trilhos planejados para transporte rápido de passageiros não ficaram prontos a tempo da Copa e permanecem abandonados. Em Belo Horizonte, o viaduto Batalha dos Guararapes, construído dentro do PAC Mobilidade da Copa, desabou matando duas pessoas e ferindo outras 23 em julho de 2014. Até hoje, ninguém foi punido pela tragédia.

Ao consumir grandes quantidades de insumos para construção de suas obras faraônicas, o governo Socialista da Presidente Dilma Rousseff fez com que todo o resto do setor da construção civil do país tivesse que pagar mais caro para conseguir a mesma quantidade dos mesmos insumos.

A crise de 2014 levou a um recuo do PIB por dois anos consecutivos: a economia contraiu 3,8% em 2015 e 3,6% em 2016. Foi a primeira vez desde a década de 1930 que o país apresentou um PIB negativo por 2 anos seguidos. Mesmo assim, em 2016 realizamos uma Olimpíada aos custos de R\$ 38,2 bilhões aos cofres públicos.

Com a contração da economia, veio o desemprego, que atingiu o auge em março de 2017 com uma taxa de 13,7% – o que representava mais de 14 milhões de brasileiros desempregados.

Enquanto isso acontecia, o Estado Socialista corrupto continuava a sangria: a Refinaria de Abreu e Lima, construída no litoral sul de Pernambuco e cujo projeto havia sido lançado por Lula em 2005, seria concluída mais de 10 anos depois pelo preço exorbitante de US\$ 18,5 bilhões (US\$ 4,2 bilhões acima do valor calculado inicialmente).

O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), cujas obras foram iniciadas em março de 2008, não conseguiu atingir a meta do cronograma para início das atividades em 2014. Após consumir US\$ 12,5 bilhões em recursos públicos, os trabalhos no Comperj foram paralisadas pelas investigações da Operação Lava-Jato em 2015. Em 2020, o complexo continuava sem funcionar. Outros exemplos como a Refinaria de Abreu e Lima e o Comperj podem ser encontrados em abundância ao longo dos governos petistas.

A onda de protestos desencadeada pela incompetência na gestão política-econômica resultou no afastamento de Dilma em 31 de agosto de 2016.

Em 2017, graças às medidas implantadas pelo governo de Michel Temer como a reforma trabalhista e novo regime fiscal, tivemos o primeiro PIB positivo em 3 anos: 1,7%. Em 2018, marcamos +1,1%.

É importante observar que Temer foi capaz de fazer o PIB crescer 5,3% em apenas 1 ano (saindo de -3,6% e cravando +1,7%), mesmo tendo assumido uma máquina incrivelmente corrupta e aparelhada de cima a baixo pela ideologia socialista do petismo. Poucas pessoas param para refletir sobre o mérito de algo assim.

Nos últimos 24 anos, o crescimento brasileiro foi uma espécie miragem, pois esteve sempre atrelado a aumentos astronômicos no endividamento do Governo Federal: em 1994, a dívida total do Governo Federal era o equivalente a R\$ 68,4 bilhões. Em 2019, fechou em R\$ 4,24 trilhões. Ou seja: entre 1994 e 2019, o endividamento total do Governo Federal, financiado pelo Banco Central, cresceu 56 vezes! No mesmo período, a base monetária no Brasil aumentou de R\$ 6 bilhões para R\$ 280 bilhões – um crescimento de 46 vezes.

Em todos esses anos, com o governo Brasileiro emitindo toneladas de Títulos do Tesouro, e tendo a garantia de cobertura do “dinheiro fiduciário” criado pelo Banco Central para injetar tanto dinheiro na economia, por que a economia brasileira não está bombando atualmente? Por que o PIB do país vem crescendo apenas 0,7% ao ano nos últimos 10 anos? Simples: porque todo esse dinheiro que circulou na parceria entre o Banco Central e seus investidores nunca teve como objetivo beneficiar a economia e o povo. Ele sempre teve o objetivo de produzir lucros para os bancos e fazer o Estado socialista crescer.

Em 2015, a dívida pública correspondia a 66,2% do PIB. Em 2019, com os reajustes no curso da economia nacional, a dívida estava em 55% do PIB – menos mal, mas ainda bastante ruim para um país em desenvolvimento.

Entre 1965 e 1981, a taxa de investimento subiu de 14,7% para 24,3% do PIB. Na sequência, tivemos a década perdida, que durou mais de dez anos e apresentou a hiperinflação.

Entre 2003 e 2011, a taxa de investimento subiu de 15,3% para 19,3% do PIB. Na sequência, tivemos a maior retração econômica de nossa história recente – que estamos lutando até agora para reverter.

A lição é clara: sempre que o Estado resolve pegar dinheiro de impostos ou criar dinheiro (seja por meio da impressão de papel moeda ou através da venda de títulos da dívida pública) para fazer ele mesmo os investimentos na economia, as coisas dão errado. Toda vez que o Estado realiza investimentos que seguem critérios de planejamento centralizado elaborados por “especialistas” hermeticamente fechados em seus gabinetes, ignorando as demandas genuínas do mercado e dos consumidores, o resultado é sempre igual: destruição de capital e empobrecimento da nação.

O **verdadeiro** crescimento econômico decorre de investimentos privados feitos voluntariamente por empreendedores, que se orientam pelo sistema de lucros e prejuízos e por aquilo que as pessoas querem de fato comprar e vender. O melhor investimento que o Estado pode fazer (e deveria fazer) consiste em reduzir seu tamanho e suas burocracias, e disponibilizar linhas de crédito para que empreendedores individuais tenham fôlego para agir. Quando o Estado acha que sabe mais que o Mercado, quem paga o preço é sempre o povo.

4.2. O SETOR PRIMÁRIO

O Setor Primário da economia é composto por atividades como agricultura, pecuária, extrativismo vegetal, mineração, caça e pesca.

Para entender como o Setor Primário da economia brasileira nasceu e se desenvolveu, nada melhor que analisar 4 ciclos bastante importantes em nossa história: o Ciclo da Cana-de-Açúcar, do Algodão, do Café, da Borracha e da Pecuária.

O Ciclo da Cana-de-Açúcar (meados do século XVI a meados do século XVIII)

Antes de 1500, os Europeus só adoçavam seus alimentos e bebidas com mel. A “descoberta” do açúcar foi uma revolução, e os portugueses se especializaram nisso explorando o potencial de ilhas do Atlântico como Madeira, Açores, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

Segundo o Prof. Jairo Martins, autor do livro "*Cachaça, o mais brasileiro dos prazeres*", a primeira plantação de cana no Brasil foi feita em 1504, pelo fidalgo judeu de Portugal Fernão de Noronha, que recebeu a ilha – que hoje leva o seu nome – para a exploração do pau brasil.

Ainda segundo Martins, há referências de que o primeiro engenho de açúcar foi construído em 1516 na Feitoria de Itamaracá e confiada ao técnico de administração colonial Pero Capico. A prova documental dessa tese está nos registros de pagamento de tributos alfandegários encontrados em Lisboa sobre uma carga de açúcar vinda de Pernambuco em 1526. Pesquisas conduzidas pela Universidade Federal da Bahia também encontraram ruínas de um engenho de açúcar, datadas de 1520, nas redondezas de Porto Seguro.

Independente de quando os primeiros engenhos surgiram por aqui, quando Martim Afonso de Souza trouxe as primeiras mudas de cana para o Brasil em 1532 os portugueses já dominavam a tecnologia para produzir o “Ouro Branco”.

A cana se adaptou muito bem ao clima e ao solo brasileiro, espalhando-se rapidamente para Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Paraíba. Em 1549, Pernambuco já possuía 30 engenhos; a Bahia, 18; e São Vicente, 2. Em 1550, indígenas destruíram alguns engenhos na Bahia, mas isso não foi suficiente para interromper a marcha do Ciclo do Açúcar. No final da década de 1560, foram instalados engenhos em Alagoas. No final do século XIV,

possuíamos 256 engenhos e éramos o maior produtor e fornecedor mundial de açúcar, produzindo 6 mil toneladas por ano e exportando 90% da produção para Portugal, de onde o açúcar era distribuído para o resto da Europa.

Até o começo do século XVII, a produção açucareira no Brasil não parou de crescer, alcançando o apogeu nas três primeiras décadas desse século. A mão de obra era essencialmente escrava: considerava-se indispensável um mínimo de 40 escravos para que um engenho pudesse funcionar 24 horas por dia. Alguns engenhos possuíam centenas de escravos.

Porém, em 1580, Portugal passou para o domínio da Espanha, e a Espanha estava em guerra com a Holanda, e esta controlava o comércio marítimo dos países europeus. Portugal perdeu para a Holanda a melhor parte de sua colônia: as terras já cultivadas e prósperas de Pernambuco. Em 1636, o alemão de nascimento João Maurício de Nassau, aceitou o convite da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais para administrar a colônia holandesa no Brasil. Nassau tinha 32 anos de idade quando desembarcou em Recife, em 1637.

O Brasil já era um destino “comum” para os holandeses: em 14 de fevereiro de 1630, 67 navios com 7 mil holandeses apareceram no litoral de Pernambuco e fundaram lá uma colônia. A maior parte deles era composta por judeus que fugiam da perseguição religiosa da Inquisição instalada em Portugal. Em 1636, eles construíram a primeira sinagoga das Américas, em Recife, na Rua Bom Jesus, número 197. A sinagoga Kahal Zur ainda existe lá, no mesmo endereço.

Durante seu governo, Nassau modernizou os engenhos, investiu na produção de fumo, drenou terrenos, permitiu liberdade de culto religioso, realizou

importantes reformas administrativas, organizou serviços públicos como o de bombeiros e de coleta de lixo, construiu palácios, espaços de lazer, um jardim botânico, um zoológico, um observatório astronômico e um museu natural. A economia e a cultura floresceram. A belíssima residência oficial de Nassau, o Palácio de Friburgo, foi a primeira obra civil de grande porte realizada no Brasil. A edificação seria demolida no fim do século XVIII.

Enquanto isso, a Bahia continuava sob domínio português, e batalhas foram travadas entre a colônia holandesa em Pernambuco e os portugueses baianos. Em 1639, uma armada enviada por Portugal chegou a Pernambuco. Eram 87 navios e 5 mil soldados. Nassau tinha 41 navios e 2.800 homens embarcados ao largo de Olinda. Quatro batalhas navais se seguiram e os holandeses conseguiram impedir que os portugueses invadissem Recife. Mil e duzentos homens da tropa de Portugal desembarcaram na baía de Touros (Rio Grande do Norte) e tiveram que retornar à Bahia a pé, atravessando o território holandês em uma caminhada de quase 2000 km.

Em 1640, um complô aristocrático liquidou os 60 anos de domínio espanhol, alçando o Duque de Bragança ao trono como Rei João IV de Portugal. Nassau soube da notícia por meio da Inglaterra. Em 1642, o governo holandês no Brasil começou a desandar.

Os preços da cana-de-açúcar já vinham despencando desde 1638, assim como as receitas da Companhia Holandesa com o empreendimento no Brasil. Em Amsterdã, houve uma epidemia de falências. Em 1643, Nassau foi dispensado de suas funções e a Companhia exigiu que retornasse para a Holanda. Em 1644, uma esquadra de 13 navios o transportou de volta para a Europa. Apenas os pertences que Nassau levou daqui (incluindo toras de jacarandá, 30 cavalos

pernambucanos e 100 caixas de frutas) foram suficientes para ocupar 2 navios inteiros.

Quando a experiência holandesa em Pernambuco chegou ao fim, o Brasil já não era importante no mercado mundial de açúcar. A descoberta de jazidas de ouro e pedras preciosas no interior do país colocaria um ponto final no período da economia açucareira, mas nosso Ciclo do Açúcar e a experiência holandesa no Brasil mudariam o curso da história do mundo:

Com a saída de Nassau, muitos judeus holandeses se mudaram de Recife para os Estados Unidos. Em 1654, os judeus deixaram Recife e, após uma série de entreveros, 23 judeus chegaram a Nova Amsterdã. Em 1664, a cidade mudaria de nome para Nova York.

Benjamim Mendes Seixas, Ephraim Hart e Alexander Zuntz, descendentes dos judeus que saíram de Recife, fundaram a Bolsa de Nova York.

Foi graças a uma das descendentes dos judeus de Recife, Emma Lazarus, que Nova York obteve dinheiro suficiente para finalizar as obras da Estátua da Liberdade. Parte deste dinheiro veio do leilão de uma obra de Emma, um soneto chamado *The New Colossus*, escrito em 1883 e inspirado na história de seus antepassados. Em 1903, o soneto foi colocado em uma placa de bronze no pedestal da estátua:

*“Não como o gigante de bronze da antiga fama,
Cujos membros subjagam os campos de baixo de si;
Aqui cintilando aos portões do crepúsculo, vê-se
Uma dama robusta com um farol cuja flama
É o relâmpago aprisionado, e ela se chama
Mãe dos Exilados. Da mão que, meiga, se estende
Brilham boas-vindas; o seu olhar compreende
O porto que as nobres cidades gêmeas defendem.
"Segurai, antigas terras, vossa pompa!" diz ela*

*Com lábios quietos. "Dai-me vossos pobres fatigados,
As multidões que por só respirarem livres zelam,
Resíduos miseráveis dos caminhos fervilhados.
Mandai-os a mim, desabrigados, que a minha vela
Os guiará, calmos, através dos portões dourados!"*

O Ciclo do Algodão (meados do século XVII ao começo do século XIX)

O ciclo do algodão aconteceu entre o declínio da Corrida do Ouro e o começo da expansão do Ciclo do Café.

Na época, a principal região produtora de algodão do mundo era o sul dos Estados Unidos, cuja quase totalidade da produção destinava-se à indústria têxtil inglesa – que estava voando baixo e rápido devido à Revolução Industrial. A máquina de tear havia sido inventada em 1763. O motor a vapor, aperfeiçoado por Thomas Newcomen em 1712 e por James Watt em 1777, possibilitou que Richard Trevithick inventasse a locomotiva em 1801.

Em 1776, quando os EUA declararam sua independência, rompendo suas relações com a Inglaterra, a demanda pelo algodão – que era imensa – começou a procurar um novo fornecedor. O preço disparou e os empreendedores brasileiros não desperdiçaram a chance.

A Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e do Maranhão, criada em 1756, era a principal “empresa” responsável pela produção, obtenção de mão de obra escrava africana e comercialização de algodão na Europa, e soube aproveitar bem o momento favorável.

A produção de algodão explodiu no Maranhão, no Ceará, na Bahia, no Pará, e em Pernambuco. O algodão passou a representar 25% da produção agrícola nacional, sendo praticamente todo exportado para a Inglaterra. O

produto de qualidade inferior e que não era exportado servia para vestir os escravos. Após a Independência, incentivos e benefícios fiscais ajudaram a construir fábricas têxteis pelo território nacional. Foram feitas estradas de ferro, pontes e melhoria das cidades.

A partir do começo do século XIX, com o avanço da cultura do café, o algodão deixou de ser um dos principais produtos exportados pelo Brasil. Porém, vale ressaltar que o cultivo e beneficiamento do algodão não deixaram de ser atividades econômicas importantes, especialmente nos estados de Mato Grosso do Sul, Bahia, Paraná, Goiás, São Paulo, Minas Gerais e Piauí.

O Ciclo do Café (1850–1930)

O café foi introduzido no Brasil no início do século XVIII, quando Francisco de Melo Palheta contrabandeou as primeiras sementes da Guiana Francesa.

As fazendas cafeeiras eram praticamente autossustentáveis, pois não só o café era produzido ali, mas também a alimentação de todos e o vestuário para os escravos. Apesar de vantajosa do ponto de vista do empreendimento, esta autonomia dificultava o surgimento de outros setores econômicos. Sem ligar para isto, o café avançou.

Durante a década de 1820, o açúcar equivalia a cerca de 30%, o algodão 21%, o café 18% e couros e peles 14% do total das exportações brasileiras. Em 1840, o café alcançaria 42%, enquanto o açúcar 27%, os couros e peles 9% e o algodão 8% do total das exportações. Isso ocorreu não devido ao encolhimento das outras atividades, mas devido ao crescimento exponencial do setor de café.

A extinção do tráfico negreiro (e a conseqüente subida no preço dos escravos) obrigou aos produtores a mudarem o estilo de produção. A autossustentabilidade

se tornou menos importante que a especialização. Como era de se esperar, a contratação de imigrantes (que chegavam aos milhares), além da contratação trabalhista de ex-escravos, se mostrou **mais barata** que o custo de compra e manutenção do regime escravagista. Além disso, o governo imperial reduziu impostos e abriu linhas de crédito para que os cafeicultores investissem em tecnologia, industrializando o processamento do café. Estas usinas acabaram ocupando o lugar das antigas fábricas de açúcar.

Em 1860, Dom Pedro II construiu a estrada de ferro que liga São Paulo ao porto de Santos, dando um novo impulso ao Ciclo do Café.

A mudança do sistema escravocrata para o sistema capitalista foi muito bem aproveitada pela província de São Paulo. O Rio de Janeiro insistiu no modelo antigo, o que provocou o colapso da economia local. Em 1894, a produção de café que passava pelo porto de Santos superou a do Rio de Janeiro, tornando Santos o maior centro exportador de café do mundo.

O problema é que boa parte do dinheiro produzido pela cafeicultura era reinvestido nas plantações, e a produção de café começou a superar a demanda dos países consumidores, cuja população não aumentava no mesmo ritmo que nossas colheitas do grão. Pressionado pelos barões do agronegócio, o governo da recém-criada República passou a comprar os estoques excedentes utilizando dinheiro emprestado de financiadores externos – que eram então pagos com impostos cobrados sobre a própria exportação de café.

Como sempre ocorre quando o Estado tenta planificar a economia de maneira centralizada, isso funcionou no começo, mas os lucros no setor foram sendo artificialmente inflados, intensificando o interesse em produzir mais café.

A crise internacional de 1920 derrubou esse “esquema de pirâmide”. Com a recessão, a demanda despencou, levando consigo o preço do café e impossibilitando o governo de pegar novos empréstimos para comprar os excedentes. Getúlio Vargas, que havia tomado o poder dando um golpe de Estado e assumido o governo a despeito da vitória de Júlio Prestes nas eleições, fez novamente o que todo socialista fascista gosta de fazer: para resolver o problema causado pela interferência do Estado na economia, aumentou ainda mais a presença do Estado na economia – e o café minguou.

Mesmo assim, o café possibilitou o acúmulo de capital no Sudeste, o que favoreceu grandes investimentos privados na atividade industrial. Quando a crise cafeeira de 1920 pousou por aqui, o processo de industrialização se tornou uma urgência, atingindo um auge nos anos 1950.

O Ciclo da Borracha (1866–1913)

No início do século XVIII, o naturalista Charles Marie de La Condamine estudou as propriedades da *Hevea brasiliensis*, uma árvore nativa da Amazônia e conhecida como seringueira. Em 1839, Charles Goodyear descobriu como utilizar o material extraído da árvore para fabricar pneus para a indústria automobilística – até então, os carros utilizavam rodas de madeira. Em 1870, a borracha se tornou uma febre na Europa e nos Estados Unidos. Com o aumento da demanda, o preço internacional do produto subiu estratosféricamente.

Na época, as seringueiras só existiam na Amazônia. Agroempresários pequenos e grandes foram atraídos para lá e muitos se tornaram verdadeiros barões da borracha.

Até 1850, a produção de borracha fora insignificante, mas, entre 1881 e 1890, alcançou o 3º lugar nas exportações brasileiras, chegando a representar 40% de nossas exportações. Com o Ciclo da Borracha, Belém e Manaus passaram por uma explosão de ostentação com mansões, teatros, boulevards e avenidas arborizadas.

Em busca dos mesmos lucros, a biopirataria levou milhares de mudas de seringueira para o Oriente, aumentando a oferta de borracha no mercado internacional. Assim como ocorreu com o Ciclo do Café, os barões da borracha não diversificaram seus investimentos, achando que aqueles lucros seriam garantidos e eternos. Obviamente, eles não eram.

Entre 1910 e 1920, a queda do preço da borracha fez com que a renda per capita caísse 5 vezes apenas em Belém. Saques, suicídios, emigração em massa e abandono dos casarões se tornaram comuns, e o Ciclo da Borracha chegou ao fim.

Curiosamente, o acúmulo de capital produzido pelo ciclo da borracha no Norte não resultou em um processo de industrialização por lá. Quando o ciclo da borracha se exauriu, a economia da região Norte murchou.

O Ciclo da Pecuária (século XVII até o momento)

As primeiras cabeças de gado chegaram no Brasil em 1534 vindas de Cabo Verde, juntamente com outros animais domésticos destinados à capitania de São Vicente. Em 1550, Tomé de Sousa trouxe outro carregamento, desta vez para Salvador. De lá, muitos rebanhos foram levados para Pernambuco, Maranhão e Piauí durante a Corrida do Ouro e a busca por pedras preciosas.

No começo do século XVII, já possuíamos mais de 600 mil cabeças de gado, que serviam principalmente como meio de tração e transporte para as atividades de mineração – além de fornecer comida e couro.

Com o declínio das atividades de garimpo e a acensão do Ciclo da Cana-de-Açúcar, o gado foi transferido para os engenhos, mas começaram a causar problemas com as plantações por ocupar espaços que deveriam ser utilizados na produção de cana. Para não interferir com as fazendas no litoral, o gado foi transferido para o interior por meio do Rio São Francisco, ganhando a região Nordeste, chegando até Minas Gerais e daí para Goiás, Mato Grosso e mais além. No século XVIII, esse êxodo foi potencializado por um decreto da Coroa Portuguesa que proibia a criação de gado em uma faixa de terras de oitenta quilômetros, da costa até o interior.

O gado foi bem aproveitado durante o Ciclo do Algodão e do Café, e, assim como ocorreu no Ciclo do Ouro, a pecuária terminou substituindo o vazio econômico deixado pelos declínios dessas atividades, ganhando o status de uma economia independente. A pecuária também serviu como uma curiosa ferramenta para mobilidade social: os vaqueiros – em sua maioria – recebiam como pagamento parte das reses que transportavam, tornando-se donos do seu próprio rebanho.

Em 1878, os primeiros zebus da raça Nelore chegaram ao Brasil pelas mãos de Manoel Ubelhart Lemgruber. Até então, o animal originário da Índia era conhecido no Brasil como uma atração de zoológico. Os trabalhos de Lemgruber mudariam a história da pecuária nacional. Absurdamente forte e resistente, o Zebu se mostrou extremamente à vontade no clima brasileiro e prosperou.

Em 1903, Teófilo de Godoy se tornou o primeiro brasileiro a atravessar o planeta para buscar gado na Índia. Em 1906, mais zebus desembarcaram no Rio de Janeiro, indo para as fazendas dos barões de café, avançando para o Triângulo Mineiro. No mesmo ano, foi realizada a primeira exposição da raça em uma fazenda próxima a Uberaba.

Em 1921, o governo brasileiro proibiu oficialmente a entrada de gado indiano no país devido à ocorrência de peste bovina em alguns animais importados. A restrição às importações durou cerca de nove anos, um intervalo de tempo suficiente para que as raças brasileiras fossem aperfeiçoadas, mas os zebus originais deixaram sua marca: atualmente, estima-se que 80% do rebanho nacional tem sangue zebuíno.

A Segunda Guerra Mundial aumentou a demanda por carne, intensificando ainda mais a pecuária brasileira e trazendo para cá frigoríficos estrangeiros. Desde então, o Brasil se tornou uma potência no setor.

Com relação ao desenvolvimento do Setor Primário no Brasil, é interessante observar que, entre o século XIX e o início do século XX tivemos ainda o ciclo da Erva Mate que possibilitou que o estado do Paraná se emancipasse do estado de São Paulo em 1853.

4.3. A ATUALIDADE DO SETOR PRIMÁRIO NO BRASIL

Uma vez que a questão do extrativismo mineral e vegetal foi abordada no capítulo anterior, vamos colocar o foco das atualidades do Setor Primário no Brasil em 3 segmentos principais: agricultura, pecuária e pesca.

Agricultura

No espaço de 70 anos (de 1950 a 2020), a população brasileira passou de 52 milhões para 209 milhões de indivíduos. Para atender o aumento de mais de 400% na demanda, passamos por verdadeira revolução no agronegócio.

O “término” dos antigos ciclos não significou que aquelas culturas tiveram um fim, e menos ainda que o Brasil abandonou seu papel estratégico como um grande player internacional no agronegócio. Por exemplo:

Ainda somos o maior produtor de açúcar do planeta: produzimos mais de 720 milhões de toneladas e somos responsáveis por 40% das plantações em todo o mundo. Em 2019, vendemos 1,473 milhão de toneladas de açúcar para o exterior, gerando uma receita de US\$ 5,3 bilhões.

Somos o maior produtor e exportador mundial de café: a cada ano, vendemos US\$ 4,6 bilhões do grão e respondemos por 15% do café comercializado no mundo.

Somos o 4º maior produtor e o 3º maior exportador mundial de algodão. Em 2019, vendemos mais de US\$ 2,6 bilhões em algodão para outros países. Nossos 5 principais compradores incluem China (30% de nossas exportações no setor), Vietnã (13%), Indonésia (12%), Bangladesh (11%) e Turquia (9%).

O Brasil produz anualmente cerca de 180 mil toneladas de borracha natural, o que nos garante o título de maior produtor da América Latina. O estado de São Paulo concentra 58% da produção nacional. Infelizmente, mesmo com um volume tão grande, não aparecemos sequer entre os 15 maiores produtores e exportadores mundiais de borracha na atualidade.

Somos o 3º maior produtor e o 1º maior exportador de milho do mundo. Em 2019, nossas exportações de milho renderam US\$ 7,3 bilhões.

Vários outros produtos agrícolas merecem destaque:

- Somos o maior produtor de soja do planeta, sendo responsáveis por 56% de toda a soja comercializada no mundo.
- Somos o maior produtor mundial de laranja.
- Somos o 2º maior produtor de mandioca e tabaco.
- Somos o maior produtor de cacau da América do Sul e o 7º maior do mundo (a Bahia responde por 60% da produção de cacau do Brasil). Contudo, desde 1998, consumimos mais cacau do que o que produzimos e, em 2019, não figurávamos entre o 15 maiores países produtores de chocolate do mundo.
- Para completar, o Brasil tem maior coleção de frutas exóticas do mundo, muitas das quais os gringos jamais ouviram falar, como cupuaçu, carambola, caju e jabuticaba, entre outras.

Em 2019, o clima tropical do Brasil produziu 245,8 milhões de toneladas de grãos, colhidos em 70 milhões de hectares de plantações, sendo 54 mil km² de terras irrigadas. Segundo o Ministério da Agricultura, as vendas do agronegócio alcançaram US\$ 96,8 bilhões em 2019, representando 20% do PIB e nos posicionando como o 7º maior exportador do mundo no setor de produtos agrícolas.

Pecuária

Dos 33% de nossas terras que estão disponíveis para agropecuária, 24% é utilizada como pastagem e 9% está dedicada para agricultura. Ao todo, a pecuária ocupa aproximadamente 220 milhões de hectares – uma área maior que o México. Isso resulta em que o Brasil possui o maior rebanho bovino do mundo: de acordo com o IBGE, em 2018 o Brasil contava com 213,5 milhões cabeças de gado. Desse total, 73,8 milhões localizavam-se no Centro-Oeste, sendo mais de 30 milhões só no Mato Grosso.

Existem mais bois no Mato Grosso que australianos na Austrália. Na verdade, existem mais bois no Mato Grosso que matogrossenses.

Incluídos ovinos, suínos e aves, faturamos US\$ 16,5 bilhões em exportações com carnes em 2019. A carne bovina representou 45% deste valor.

Pesca

Cerca de 22% da população brasileira se concentra na faixa considerada como beira mar e a pesca é uma atividade importante do ponto de vista econômico, social e cultural. Calcula-se que a atividade de pesca extrativa marítima e estuarina gere aproximadamente 800 mil empregos diretos. Cerca de 3 milhões de pessoas dependem direta ou indiretamente do setor.

Apesar dessa dimensão, a pesca não parece influenciar significativamente nossa economia. A pergunta a ser feita é: a costa brasileira possui baixa produtividade pesqueira devido fenômenos naturais incontrolláveis OU a ausência de dados confiáveis oculta uma realidade que estamos levando tempo demais para conhecer?

Sabemos que a pesca industrial ocorre nos estados de Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa

Catarina, mas mesmo nestes estados os dados são descontínuos e pouco confiáveis.

Em Pernambuco, a pesca industrial parece responder por 60% do peso total de pescados. Os 40% restantes cabem à pesca artesanal. Mas, no Nordeste como um todo, a pesca artesanal responde por 70% dos pescados capturados. No Brasil, 30% do volume total de pescados tem origem artesanal.

Todavia, simplesmente não existem dados econômicos referentes aos lucros e custos da produção pesqueira, esta é a verdade. Desde 2011 o setor pesqueiro nacional não conta com estatísticas de produção de pesca. A ausência de dados sobre a atividade pesqueira no Brasil prejudica a elaboração e adoção de políticas públicas adequadas.

Considere, por exemplo, o caso da Aquicultura (o cultivo de peixes em viveiro): a aquicultura é capaz de produzir 30 mil a 100 mil kg de peixe por hectare por ano. A pecuária brasileira consegue produzir 67 kg de carne por hectare por ano – uma média boa ante a média mundial de 20 kg de carne por hectare por ano, mas certamente bem distante do potencial da aquicultura.

Atualmente, dos 160 milhões de toneladas de produtos do mar consumidos no mundo todo a cada ano, 50% vem da aquicultura. Se utilizássemos apenas as áreas em represas hidrelétricas, o estado de São Paulo seria capaz de produzir 600 mil toneladas de peixe por ano. Atualmente, o estado produz apenas 45 mil toneladas. Imagine o que ocorre no restante do Brasil...

Os 7 países com a maior produção pesqueira incluem China, Indonésia, Peru, Índia, Rússia, EUA e Vietnã. Esses países representaram quase 50% da produção total de pescados.

4.4. O SETOR SECUNDÁRIO

O Setor Secundário da economia corresponde às indústrias.

Somente em 1808 – mais de 300 anos depois do “descobrimento” – o Brasil obteve uma autorização do governo português para estabelecer as primeiras fábricas. Entre 1808 e 1849, foram registrados 77 estabelecimentos com a classificação de “fábricas” ou “manufaturas”, mas a maior parte (56 estabelecimentos) não passava de oficinas artesanais de pequeno porte que produziam sabão, rapé, chapéus, pentes, velas, tapetes, couros, vinagre, vidros, cerveja, calçados, e tecidos, além de trabalhos em madeira e serralheria.

Durante o Ciclo do Algodão, o setor têxtil foi o que mais cresceu, até entrar em declínio por volta de 1890.

Classicamente, o Setor Secundário pode ser dividido em 5 setores: Indústrias de Base, de Bens de Capital, Intermediária, Bens de Consumo e Indústrias de ponta.

Indústrias de Base: aqui podemos incluir construção civil (que fazem ferrovias, rodovias, portos, por exemplo), indústrias envolvidas com produção de petróleo e outras fontes de energia, e beneficiadoras de minerais e madeira. Produzem boa parte da nossa infraestrutura.

Indústria de Bens de Capital: envolve as indústrias que produzem equipamentos e máquinas pesadas (p.ex.: metalurgias e siderurgias) que podem ser utilizados nos demais setores da economia.

Indústria Intermediária: envolve as indústrias que produzem equipamentos e máquinas mais leves que serão utilizadas principalmente pela indústria de bens de capital e pela indústria de bens de consumo, como peças para computador, televisão, tratores, etc.

Indústria de Bens de Consumo: produzem bens *duráveis* (p.ex.: eletrodomésticos e automóveis) e bens *não-duráveis* (p.ex.: roupas, calçados, alimentos, remédios, bebidas, etc).

Indústria de Ponta: mais envolvida com atividades de pesquisa e desenvolvimento de tecnologia (p.ex.: aviões, satélites de comunicação, computadores, telefones celulares, tablets, equipamentos para diagnóstico médico, etc).

O Brasil sofreu um processo acelerado de industrialização. Nossa matriz industrial não passou por cada uma das 5 etapas de maneira ordenada: praticamente, saltamos da Indústria de Base para as Indústrias de Bens de Consumo e daí para o Setor Terciário (serviços). Os países desenvolvidos, de um modo geral, passaram por um período suficiente para maturar cada uma das 5 etapas do Setor Secundário **antes** de migrar para o Setor Terciário.

Ferrovias

A implantação da malha ferroviária brasileira começou no final do século XIX, porém de maneira desordenada. Apenas na década de 1960 foi criada uma agência federal para tentar arrumar a bagunça, conectando a malha de maneira estratégica. Em 1994, para estimular a eficiência, boa parte da malha foi privatizada, mas sem o resultado esperado.

O Brasil possui 30.129 km de trilhos (quase o mesmo que o Japão, cujo território é do tamanho do estado de São Paulo), mas 10 mil km foram construídos pelo Imperador Dom Pedro II. Esta malha antiquada e insuficiente responde por 21% do transporte de carga no Brasil (nos EUA, as ferrovias transportam 50% da carga

deslocada), e por menos de 1% do transporte de passageiros – mesmo o transporte ferroviário sendo 20% mais barato que estradas, especialmente em distâncias maiores que 600 km.

Para atingirmos um nível competitivo em termos de ferrovias, seriam necessários R\$ 55 bilhões de investimentos para reforma e construção de novas linhas (menos de 0,8% do PIB). Anote-se que entre 2003 e 2012 foram concluídos apenas 753 km de linhas férreas.

Em 2009, o BNDES emprestou R\$ 136 bilhões. Em 2010, foram R\$ 168 bilhões. Em 2011, R\$ 138 bilhões. Em 2012, R\$ 155 bilhões. Em 2013, R\$ 190 bilhões. Em 2014, R\$ 187 bilhões. Em 2015, R\$ 135 bilhões. Em 2016, R\$ 88 bilhões. Em 2017, R\$ 70 bilhões. A soma destes totais seria suficiente para modernizar as linhas de trens no Brasil 23 vezes.

Em 2018, foram desembolsados pelo BNDES R\$ 69,3 bilhões, mais que o suficiente para revolucionar mais uma vez o gargalo do transporte ferroviário no Brasil, porém apenas 43% foram investidos em infraestrutura. Nenhum aumento significativo na malha ferroviária foi visto.

Rodovias

O Brasil começou seu programa sistemático de interligação rodoviária entre as capitais estaduais na década de 1950. Na década de 1970, estes projetos foram intensificados. Atualmente, as estradas transportam 70% das cargas movimentadas pelo território nacional.

Somos o 4º país do mundo com relação à extensão da malha rodoviária: conforme o levantamento do Dnit, o País conta com 1,7 milhão de quilômetros de estradas, porém apenas 13% de nossas rodovias são pavimentadas.

Para efeito de comparação, saiba que a Índia tem mais de 3 milhões de km de estradas, 47,4% pavimentadas. Os EUA têm 6,4 milhões de km de rodovias, 64,5% são pavimentadas. A China tem mais de 1,8 milhões de km de estradas, 81% pavimentadas. Alemanha e França têm 100% das suas rodovias pavimentadas.

Evidentemente, o impacto das péssimas estradas brasileiras é imenso, indo do custo agregado para vários receber insumos até os custos para distribuir e vender a produção dos setores agroindustriais – isso para não mencionar os custos secundários associados a acidentes e mortes devido às péssimas condições da malha viária.

Portos

Anualmente, os portos brasileiros movimentam mais de 1 bilhão de toneladas de cargas. Apesar de todo este volume, ainda estamos distantes da competitividade: **nenhum** porto brasileiro aparece entre os 20 maiores do mundo em termos de movimentação por tonelada de carga ou de movimentação de containers.

Em movimentação por tonelada de carga, nosso porto melhor colocado é o de Tubarão, no Espírito Santo, com um fluxo 5 vezes menor que o 10 colocado da lista, o porto de Shanghai, na China.

Em movimentação de containers, nosso porto melhor colocado é o de Santos, com um fluxo 10 vezes menor que o 1º colocado da lista – novamente, o porto de Shanghai, na China.

Aeroportos

Somos o 2º país no mundo em número de aeroportos, com 4.093 instalações. O 1º colocado, EUA, tem 13.513. O 3º, o México, tem 1.714.

Dos 20 maiores aeroportos da América Latina, 9 estão no Brasil. E, segundo a consultoria Skytrax, entre os mais de 365 aeroportos da América do Sul, 4 aeroportos brasileiros estão entre os 10 melhores: Guarulhos, São Paulo (4ª posição); Galeão, Rio de Janeiro (5ª); Guararapes, Recife (7ª); Congonhas, São Paulo (10ª).

Ainda assim, segundo a FIRJAN, a liberação de carga em um aeroporto como o Galeão leva, em média, 217 horas para ser finalizada. Na China, a mesma operação não dura mais do que 4 horas.

Energia

O Brasil é um dos principais produtores mundiais de energia hidrelétrica – temos 7.500 usinas em todo país, sendo que 3 delas estão entre as 5 maiores do planeta.

De acordo com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), 67,6% de nossa energia vem de usinas hidrelétricas, 12,5% das térmicas, 8,9% das eólicas, 8,3% das de biomassa, 1,2% das nucleares, 1,1% das solares e 0,5% de outras fontes.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 99,5% dos 71 milhões de domicílios no Brasil possuem acesso à energia elétrica proveniente da rede geral de distribuição, que chega a eles através de 140 mil km de linhas de transmissão – o suficiente para dar 11 voltas em torno do planeta.

De acordo com o Global Petrol Prices, por cada kWh de energia, pagamos cerca de 15 centavos de dólar nos domicílios e 13 centavos de dólar nas indústrias.

Para efeito de comparação, os preços do kWh em centavos de dólares em outros países são:

- Alemanha: 33 para domicílios, 23 para indústrias.
- Portugal: 26 para domicílios, 17 para indústrias.
- Inglaterra: 26 para domicílios, 22 para indústrias.
- Austrália: 24 para domicílios, 19 para indústrias.
- Uruguai: 19 para domicílios, 9 para indústrias.
- Chile: 19 para domicílios, 14 para indústrias.
- Singapura: 18 para domicílios, 15 para indústrias.
- EUA: 13 para domicílios, 11 para indústrias.
- Canadá: 11 para domicílios, 9 para indústrias.
- África do Sul: 9 para domicílios, 6 para indústrias.
- China: 8 para domicílios, 10 para indústrias.
- Índia: 8 para domicílios, 11 para indústrias.
- Argentina: 8 para domicílios, 5 para indústrias.
- México: 7 para domicílios, 15 para indústrias.
- Rússia: 6 para domicílios, 8 para indústrias.

Segundo a *International Energy Agency*, em termos práticos e considerando a ponta do consumidor final (seja ele domiciliar ou industrial), a energia no Brasil é mais cara que em países como Arábia Saudita, Rússia, México, Índia, Indonésia, China, Argentina, Turquia, África do Sul, Canadá, EUA e Singapura.

Indústria Automotiva

O Brasil tem uma longa tradição com o automobilismo. Somos o 8º país do mundo em número de automóveis produzidos por ano – em 2019, foram 2,94 milhões de unidades.

Os dados mais recentes indicam que o Brasil possui 97,5 milhões de veículos automotores em circulação, o que nos coloca na 4ª posição dos países com maior frota de automóveis. Porém, dado o tamanho de

nossa população e sua renda insuficiente ante ao Custo Brasil, ocupamos apenas a 51ª posição do mundo em número de automóveis per capita.

Mesmo assim, nosso incrível número de automóveis tem consequências: o Rio de Janeiro tem o 3º pior trânsito do mundo. São Paulo, o 7º.

Suco de Laranja

Virar suco e sair do país é o destino de 70% das laranjas do Brasil, e nosso suco é conhecido por sua elevada qualidade. O Brasil é o maior produtor e exportador do planeta, detendo 53% da produção mundial e exportando aproximadamente 98% dessa produção. Produzimos 3 vezes mais suco de laranja que os EUA, o 2º colocado mundial.

Cerveja

É quase impossível falar do Setor Industrial sem mencionar a cerveja: o Brasil é um dos mercados mais competitivos do mundo nesta bebida. Começamos a produzir cerveja no século XIX e a primeira cervejaria foi estabelecida aqui em 1853. Atualmente, produzimos 14 bilhões de litros de cerveja por ano, o que nos coloca na 3ª posição entre os maiores produtores mundiais da bebida.

Curiosamente, não aparecemos entre os 15 maiores exportadores mundiais, talvez porque boa parte da produção seja destinada ao consumo interno: o brasileiro bebe, em média, mais de 5 litros de cerveja a cada mês.

O mercado mundial para exportação de cerveja movimentou US\$ 15,5 bilhões em 2019. Os maiores comerciantes são:

- México: US\$ 4,2 bilhões (26,9% do total de cerveja exportada no mundo)
- Holanda: US\$ 2,1 bilhões (13,3%)
- Bélgica: US\$ 2,0 bilhões (12,7%)
- Alemanha: US\$ 1,3 bilhão (8,6%)
- EUA: US\$ 0,80 bilhão (5,2%)
- Reino Unido: US\$ 0,63 bilhão(4,1%)
- França: US\$ 0,35 bilhão(2,3%)
- Irlanda: US\$ 0,34 bilhão (2,2%)
- República Tcheca: US\$ 0,33 bilhão(2,1%)
- Dinamarca: US\$ 0,22 bilhão (1,8%)
- China: US\$ 0,25 bilhão (1,6%)
- Espanha: US\$ 0,25 bilhão (1,6%)
- Itália: US\$ 0,25 bilhão (1,6%)
- Polônia: US\$ 0,20 bilhão (1,3%)
- Rússia: US\$ 0,14 bilhão (1%)

Os 15 países listados acima foram responsáveis por 86,3% pelo valor total de cerveja exportada no mundo em 2019.

Telecomunicações

O mercado brasileiro de telecomunicações é um dos maiores do mundo: somos o maior mercado radiofônico da América do Sul, com mais de 2.700 estações de rádio e 100 milhões de aparelhos. Também somos o maior mercado televisivo da América do Sul: das 69 milhões de residências no Brasil, apenas 2,8% não possuem um aparelho de TV.

O Brasil possui 174 milhões de computadores em uso (5 computadores para cada 6 habitantes) e 11 mil provedores homologados na Anatel. Para efeito de comparação, saiba que o México tem 300 provedores; alguns países da Europa têm 1000; e, na Argentina,

existem no máximo 3000 provedores de acesso à Internet.

Somos o 7º país com o maior número de aparelhos celulares habilitados: são 207 milhões de aparelhos.

Em 31 de dezembro de 2007, havia cerca de 21,3 milhões de linhas de banda larga no Brasil. Em 2020, eram 32,7 milhões de linhas. Todo este universo de informática e conectividade movimentava um comércio eletrônico estimado em US\$ 19 bilhões / ano – o 10º maior do mundo. Mesmo assim, uma fatia considerável da Região Amazônica e do Nordeste continuam sem acesso à Internet. Como resultado, em termos gerais, 1 de cada 4 brasileiros não possui acesso à Internet – um isolamento que atinge quase 46 milhões de brasileiros ou o equivalente a 4 Suécias.

Tecnologia de Ponta

O Setor Industrial brasileiro desenvolve projetos que vão desde submarinos e aeronaves a foguetes, satélites e pesquisas especiais.

A Embraer, fundada em 1969 como uma sociedade de economia mista vinculada ao Ministério da Aeronáutica, é atualmente a 3ª maior empresa fabricante de aviões do mundo e vem desenvolvendo tecnologias de drones para transporte de cargas. Ela também é a 28ª empresa aeroespacial mais lucrativa do mundo, tendo alcançado uma receita líquida de R\$ 21,8 bilhões e um lucro de R\$ 3,1 bilhões em 2019.

O Brasil foi o único país do Hemisfério Sul a integrar a equipe responsável pela construção da Estação Espacial Internacional. Também foi o 1º país do mundo a introduzir um biocombustível em sua matriz energética – o etanol produzido a partir da cana-de-açúcar.

Nossa primeira indústria produtora de álcool combustível foi inaugurada em 1927, na Usina Serra Grande, em Alagoas. Em 1933, Getúlio Vargas criou o Instituto do Açúcar e do Álcool, tornando obrigatória a mistura de etanol na gasolina (o Instituto seria extinto em 1990 durante o governo Collor). Em 1975, como resposta à crise internacional do petróleo, o governo militar criou o Pró-Álcool. O primeiro carro a álcool foi lançado em 1978.

A chegada dos veículos flex em 2003 deu um novo impulso no uso do etanol combustível. Atualmente, somos o 2º maior produtor mundial de etanol combustível e 1 de cada 10 automóveis no Brasil aceitam etanol como combustível.

Somos pioneiros na tecnologia para exploração de petróleo de águas profundas, de onde extraímos 73% de nossas reservas.

Em termos de produção de tecnologia de ponta, os Satélites merecem uma menção especial:

Após problemas na transmissão da Copa do Mundo de 1982, a pressão econômica jogou na porta do Brasil o problema das transmissões via satélite. Para que nenhum jogo da seleção fosse perdido novamente, lançamos em 1985 o Brasilsat 1 – um satélite fabricado pela canadense Spar Aerospace. O Brasilsat 1 resolveu vários problemas de telefonia, televisão, radiodifusão e transmissão de dados.

Em 1986, lançamos o Brasilsat 2 e não paramos mais: na década de 1990, o INPE de São José dos Campos (SP) participou da fabricação da série BrasilSat B em conjunto com a *Hughes Space and Communications* (EUA). A série B foi lançada da Guiana Francesa utilizando foguetes Ariane. Apenas o último satélite da série Brasilsat, o B4, encontra-se ativo. Os demais, com

vidas úteis venidas, foram sendo retirados de órbita entre 2002 e 2018.

Em 1993, utilizando um foguete americano da série Pegasus, lançamos nosso primeiro satélite projetado pelo INPE, o SCD-1. Este satélite continua em uso, completando uma órbita no planeta a cada 1h 40 min.

Em 1998, lançamos o SCD-2, e ambos satélites passaram a compor a operação do Sistema Nacional de Dados Ambientais – responsáveis, por exemplo, pelo monitoramento de bacias de rios por meio da Agência Nacional de Águas e do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM).

No final dos anos 1990, o governo socialista brasileiro firmou uma parceria com a China Comunista para produção da Série de Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres (China-Brazil Earth Resource Satellites, ou CBERS).

O CBERS-1 foi lançado em 1999 por um foguete chinês a partir de Taiwan. Mais tarde, foram lançados o CBERS-2 (2003) e o CBERS-2B (2007). Os CBERS realizam estudos de desflorestamento, controle de incêndios, e monitoramento de recursos hídricos, de cidades e de agricultura.

Atualmente, o maior centro de lançamentos de foguetes do Brasil está localizado a 241 km da Linha do Equador, mais precisamente no município de Alcântara, a 32 km de São Luiz (Maranhão).

Os foguetes que desenvolvemos são similares aos Ariane. Contudo, os primeiros testes com os Veículos Lançadores de Satélites (VLS) falharam. Em 22/08/2003, o VLS-1 VO3 explodiu 3 dias antes do lançamento, destruindo 2 satélites e matando 21 pessoas na base de Alcântara.

Desde então, a base vem sendo recuperada e vários foguetes suborbitais da família Sonda (VSB-30) já foram

lançados com sucesso. Para 2020, está previsto o Amazônia-1, o primeiro satélite de monitoramento inteiramente desenvolvido pelo Brasil (talvez seja lançado da Índia).

Em outubro de 2019, Brasil e EUA assinaram um acordo para utilizar Alcântara para lançamento de foguetes, espaçonaves e satélites utilizando tecnologias norte-americanas. Talvez agora os VLS parem de explodir.

4.5. A ATUALIDADE DO SETOR SECUNDÁRIO NO BRASIL

O setor industrial tem força no Brasil especialmente na produção de bens de capital.

No cômputo geral, a Indústria responde por 70% das exportações de bens e serviços, por 72% do investimento empresarial em pesquisa e desenvolvimento, por 33% dos tributos federais e 20,9% do PIB brasileiro.

Nossas principais indústrias estão na área de aço (9º maior produtor mundial), automóveis (fomos o 1º país a reunir as 10 maiores empresas montadoras de automóveis em seu território nacional), celulose de madeira (pioneiro e 1º lugar mundial na fabricação), medicamentos, aeronaves, navios, máquinas, têxteis, sapatos e produtos alimentícios.

Temos o 2º maior parque industrial na América do Sul e somos o 16º país em termos de valor da produção industrial mundial. Os 10 países com maior participação no valor de tudo que é produzido industrialmente são:

1º - China: 28,4%.

2º - EUA: 16,6%.

3º - Japão: 7,2%.

- 4º - Alemanha: 5,8%.
- 5º - Coreia do Sul: 3,3%.
- 6º - Índia: 3,0%.
- 7º - Itália: 2,3%.
- 8º - França: 1,9%.
- 9º - Reino Unido: 1,8%.
- 10º - México: 1,5%.

Dia 25 de maio é o dia da Indústria

4.6. O SETOR TERCIÁRIO

O Setor Terciário é aquele envolvido na prestação de serviços e inclui professores, advogados, engenheiros, programadores, turismo e comércio (especialmente exportação). O serviço público faz parte do Setor Terciário, mas uma análise mais detalhada desta fatia está além do escopo do presente trabalho.

Um exame de algumas dessas carreiras e atividades no Brasil é capaz de oferecer um diagnóstico excelente de como se configura nosso potencial econômico, uma vez que o Setor Terciário é responsável por mais de 75% dos empregos no país. Ele influencia diretamente na competitividade interna e externa, sendo essencial para a produção da riqueza nacional.

Professores

Segundo dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica de 2019, o Brasil tem no ensino fundamental 27.1 milhões de alunos e 1,4 milhão de professores – ou 1 professor para cada 19 alunos.

Para efeito de comparação, anote-se que a proporção de professores no ensino fundamental por aluno é:

- No Mundo = 1:23
- Na América Latina = 1:21
- Na Europa = 1:18
- Na Ásia Oriental = 1:17
- Na OCDE = 1:15
- Na América do Norte = 1:14

Mas ensino não adianta muito sem orçamento, certo? É preciso dinheiro para pagar os professores e ensinar as crianças. Afinal, entre 2000 e 2019, a população brasileira cresceu 18% (de 173 para 209 milhões de pessoas).

Porém, no mesmo período (2000 a 2019), o investimento público brasileiro em educação em relação ao PIB aumentou também 18% (de 4,7% em 2000 para 5,7% em 2019).

Quando fazemos as contas em termos absolutos, vemos que orçamento destinado ao Ministério da Educação recebeu um incremento de “aparentes” 600%, saindo de R\$ 18 bilhões em 2000 para R\$ 122,9 bilhões em 2020. Contudo, em 2000, 1 dólar valia 1,79 reais. Os 18 bilhões de reais em 2000, portanto, equivaliam a 10 bilhões de dólares. Em 2020, 1 dólar vale 5,21 reais. Os 122,9 bilhões de reais de 2020, portanto, equivalem a 23,5 bilhões de dólares.

Ou seja: o incremento “real” do dinheiro investido pelo Ministério da Educação não foi de 600%, mas de 235%. Um aumento significativo, mesmo quando corrigimos os valores. E qual foi o retorno dessas dezenas e dezenas de bilhões de reais para a nação?

Em 2000, no exame PISA, tiramos 337 pontos em matemática, 375 em Ciência e 396 em Leitura. Em 2018, tiramos 384 pontos em matemática, 404 em Ciência e 413 em Leitura. O teste PISA de 2018 significa que 50% dos estudantes brasileiros sabem menos que o básico em

leitura e ciências, e 60% sabem menos que o básico em matemática. Na média, os estudantes do Brasil tiveram pontuações similares às de países como Brunei, Catar e Albânia.

Após aumentarmos 235% o orçamento do Ministério da Saúde nos últimos 20 anos, colhemos uma melhora de apenas 13% em matemática, 7% em ciência e 4% em leitura.

Após aumentarmos 235% o orçamento do Ministério da Saúde nos últimos 20 anos, caímos da 37ª posição no mundo termos de educação (em 2000) para a 57ª posição em 2020.

Em 20 anos, a população brasileira aumentou 18% e os gastos totais com educação aumentaram 235% (13 vezes mais que a taxa de crescimento populacional), e conseguimos melhorar em quase nada em algumas coisas e piorar bastante em tudo.

Advogados

Em 2010, o Brasil possuía 1 advogado para cada 321 habitantes. Em 2020, possuímos 1 advogado para cada 190 habitantes. Para efeito de comparação, estas proporções são 1:248 nos EUA; 1:260 na Itália; 1:486 na Inglaterra; 1:516 na Alemanha; 1:951 na Índia; 1:1221 na França, e 1:2100 na Rússia.

Por isso, não surpreende que tenhamos conquistado o título de Campeão Mundial em ações trabalhistas. Segundo levantamento realizado pelo sociólogo José Pastore, foram 2 milhões de ações em 2007. Em 2016, foram 3 milhões de novas ações trabalhistas. Em média, nos EUA, o número de processos trabalhistas por ano é de aproximadamente 100 mil. Na França, 70 mil. No Japão, 2,5 mil.

Engenheiros

O Brasil apresenta um déficit em torno de 100 mil profissionais de engenharia, que é adicionado por uma necessidade de mais 20 mil engenheiros a cada ano.

Em 2020, deverão ser formados 148 mil engenheiros (uma proporção de 1 engenheiro graduado para cada 1.412 habitantes). Para efeito de comparação, a proporção anual de graduados em Engenharia por habitantes são:

- México = 1:1119
- Rússia = 1:320
- Ucrânia = 1:337
- Coreia do Sul = 1:346
- Irã = 1:354
- EUA = 1:1383
- França = 1:621
- Japão = 1:754
- Indonésia = 1:1930
- Vietnã = 1:960

Apesar dos vários campos da Engenharia serem fundamentais para o desenvolvimento econômico do Brasil, e apesar de – segundo o MEC – a Engenharia estar entre os 10 cursos universitários mais procurados no país, 58% dos Engenheiros brasileiros não trabalham na sua área de formação.

Esta disparidade – a necessidade de mais engenheiros e o fato de que a maior parte dos engenheiros existentes no mercado brasileiro não está trabalhando com engenharia – é um sintoma da distância que há entre nossas Universidades e nossos Setores Econômicos, especialmente as Indústrias.

Em países como Singapura e China, é comum encontrar centros de pesquisas empresariais próximos às

universidades. Porém, na carreira acadêmica brasileira, o que conta mais são quantos artigos se publica ao invés da utilidade do que se produz na prática. E isto vale tanto para a engenharia como para inúmeras outras áreas profissionais importantes para o desenvolvimento.

Com uma legislação educacional engessada e caduca, formamos milhares de escritores de artigos e revisores de teses e dissertações a cada ano. Quase não formamos construtores que sujam suas mãos – até porque, a esmagadora maioria dos construtores que sujam as mãos não está ensinando esta tarefa nas universidades.

Quando esta mentalidade academicista chega nas indústrias, esbarramos em profissionais de recrutamento e chefia que não valorizam o conhecimento prático que produz novas tecnologias. Eles simplesmente preferem comprar a tecnologia pronta e ganhar com a oferta de serviços.

Turismo

O Setor Terciário deixa muito a desejar nos serviços prestados internamente em termos de educação e o desempenho não é muito diferente na subdivisão do Turismo – um dos principais produtos deste setor da economia.

Em 2019, o turismo movimentou US\$ 8,8 trilhões no mundo. Destes, apenas US\$ 238,6 bilhões ficaram no Brasil (o equivalente ao produzido pela indústria nacional de vestuário), ainda que o Turismo brasileiro empregue 2,9 milhões de trabalhadores, 67% deles nas atividades de hospedagem e alimentação.

Em 2018, a despeito do turismo na América Latina ter crescido 6,3% em 2016 e 8,4% em 2017, o Brasil recebeu 6,62 milhões turistas internacionais, quase o

mesmo que a República Dominicana. Por ano, o Brasil recebe menos turistas que o total de pessoas que visitam o museu do Louvre (7,6 milhões de turistas / ano) ou o total de turistas que viajam para Paris (35 milhões de turistas / ano).

Para efeito de comparação, a quantidade de turistas internacionais em outros países (em milhões de turistas / ano) é:

- França: 89,4
- EUA: 79,6
- China: 62,9
- Itália: 58,2
- Turquia: 37,6
- México: 39,3
- Alemanha: 37,5
- Tailândia: 38,3
- Reino Unido: 36,3
- Índia: 15,5
- Vietnã: 12,9
- Marrocos: 11,3
- Austrália: 8,8
- Bélgica: 8,3
- Argentina: 7,5

Somos um país colossal, com uma natureza magnificente e cidades vibrantes, mas, em um ranking com 188 países elaborado pela *Indexmundi*, somos o 49^a colocado em número de visitantes internacionais.

Quando avaliamos a contribuição do setor para o PIB, o Brasil aparece na 117^a posição mundial.

O fato é que o Turismo necessita de uma economia pujante e um bom turismo interno, que faça com que empresas aéreas abram novas rotas e os serviços do setor estejam presentes antes de atrair viajantes internacionais.

Informática

Em 2019, o mercado global de tecnologia movimentou US\$ 3,6 trilhões, incluindo desenvolvimento de softwares, aplicativos e jogos; serviços de telecomunicação, de integração e de automação de processos; e manutenção de equipamentos. Apenas a computação em nuvem movimentou US\$ 227,8 bilhões e a computação de borda (*edge computing*), US\$ 1,47 bilhão.

O Brasil é uma referência no mercado de informática e tecnologia da informação (TI) na América Latina, um mercado que cresceu 118% nos últimos 10 anos e emprega atualmente cerca de 1,3 milhão de profissionais na área, apenas no Brasil. Apesar disso, não figuramos entre os países na vanguarda de TI.

Ao todo, existem 26,4 milhões de programadores no mundo – 4,2 milhões apenas nos EUA. Não existem dados precisos sobre quantos programadores existem no Brasil. Sabemos que, neste momento, temos um déficit de mais de 200 mil especialistas qualificados na área de TI. Segundo a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, o Brasil precisa de 40 mil programadores por ano, mas forma apenas 17 mil.

Os 10 países líderes em TI com relação à *habilidade tecnológica* são, em ordem decrescente: Eslováquia, República Tcheca, Hungria, Polônia, Sérvia, Irlanda, Espanha, Ucrânia, Suíça e Alemanha.

Os 10 países líderes em TI na área de *programação* são, em ordem decrescente: China, Rússia, Polônia, Suíça, Hungria, Japão, Taiwan, França, República Tcheca e Itália. O Brasil ocupa a 38ª posição.

Exportação

Se o Setor Terciário é uma eterna promessa nas áreas de educação e turismo, e uma chance imensa na área de TI, ele é mais que uma realidade quando falamos do Comércio Exterior: em 2019, o Brasil exportou US\$ 225,3 bilhões e importou US\$ 177,3 bilhões, gerando um suprávit de US\$ 48 bilhões em nossa balança comercial.

Somos o 26º país que mais exporta no mundo.

De acordo com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, os 10 principais produtos exportados pelo Brasil em 2019 foram:

1) Soja: 11,5% de nossas exportações (aproximadamente US\$ 26 bilhões). A China compra 79% da soja que exportamos.

2) Petróleo: 10,6% de nossas exportações (US\$ 24 bilhões). A China compra 64% do petróleo que exportamos; os EUA, 13%.

3) Minério de Ferro: 9,8% (US\$ 22,1 bilhões). A China compra 60% minério de ferro que exportamos.

4) Celulose: 3,3% (US\$ 7,5 bilhões). A China compra 44% da celulose que exportamos; os EUA, 15%.

5) Milho: 3,3% (US\$ 7,34 bilhões). Em conjunto, Japão, Irã, Vietnã, Coreia do Sul, Egito e Espanha compram 60% do milho exportado pelo Brasil.

6) Carne Bovina: 2,9% (US\$ 6,49 bilhões). A China compra 41% e Hong Kong compra 11% da carne bovina exportada pelo Brasil.

7) Carne de frango: 2,8% (US\$ 6,33 bilhões). Em conjunto, China, Arábia Saudita, Japão, Estados Árabes

Unidos e Hong Kong compram 60% da carne de frango que exportamos.

8) Demais produtos manufaturados: US\$ 5,92 bilhões. Nesta categoria estão incluídos automóveis, máquinas agrícolas, partes e peças de veículos, aviões, açúcar refinado, polímeros, calçados, suco de laranja, papel, etc.

9) Farelo de Soja: 2,6% (US\$ 5,83 bilhões). Em conjunto, Holanda, Tailândia, França, Indonésia e Coreia do Sul compram mais de 60% do farelo de soja do Brasil.

10) Café: 2% (US\$ 4,6 bilhões). Em conjunto, EUA, Alemanha, Itália, Japão e Bélgica compram mais de 60% do café do Brasil.

Em 2019, nossos 10 principais compradores foram:

1 - China: US\$ 63,4 bilhões (28% de nossas exportações)

2 - EUA: US\$ 29,7 bilhões (13%)

3 - Holanda: US\$ 10,1 bilhões (4,5%)

4 - Argentina: US\$ 9,8 bilhões (4,3%)

5 - Japão: US\$ 5,4 bilhões (2,3%)

6 - Chile: US\$ 5,3 bilhões (2,3%)

7 - México: US\$ 4,9 bilhões (2,1%)

8 - Alemanha: US\$ 4,7 bilhões (2,0%)

9 - Espanha: US\$ 4,0 bilhões (1,7%)

10 - Coreia do Sul: US\$ 3,4 bilhões (1,5%)

Ainda que estes dados pareçam bons – e eles de certa forma são, pois demonstram o potencial que nosso país tem –, eles são igualmente dignos de reflexão. Ganhamos menos dinheiro com exportações que países como Vietnã, Malásia, Tailândia, Polônia, Índia,

Alemanha, Japão, Itália e Espanha – mesmo tendo um território maior que os territórios de todos esses países somados.

Somos o maior exportador da América do Sul, mas ganhamos menos dinheiro com exportações que a Bélgica (um país com uma área menor que o estado do Espírito Santo), a Holanda (menos da metade do tamanho do estado de Pernambuco), e até mesmo Singapura (um país cuja extensão territorial caberia com folga dentro do município de São Paulo).

Caso tenhamos a coragem e a disciplina suficiente para corrigir nossos equívocos recorrentes, quem sabe, em um tempo futuro estaremos na lista dos 10 países que mais exportam no mundo. No momento, ainda não estamos.

A título de curiosidade, os 10 maiores exportadores do mundo em 2020 são: China, Estados Unidos, Alemanha, Japão, Coreia do Sul, Holanda, Hong Kong, França, Itália e Reino Unido.

5. O POVO

5.1. A Formação do Povo Brasileiro

5.2. Demografia: Gêneros, Raças e Religiosidade; Filhos e Idades.

5.3. Casamento

5.4. Escolarização

5.5. As Dissonâncias Cognitivas: Um povo que trabalha?; O Fardo da Violência; O Discurso do Feminicídio; O Discurso da Dívida Histórica; O Discurso do Patriarcado Opressor Machista

5.6. Vantagens

Em 1770, éramos 2,5 milhões de brasileiros. Em 1830, dobramos para 5 milhões. E dobramos novamente para 10 milhões em 1872. Pouco mais de 100 anos depois, tínhamos aumentado esse número mais de 10 vezes, alcançando a marca de 119 milhões de habitantes em 1980. Entre 1950 e 2020, enquanto a população mundial aumentou 3 vezes, a população brasileira aumentou 4 vezes.

Em 2020, calcula-se que o Brasil seja habitado por 209 milhões de pessoas – ainda somos o 6º país mais populoso do planeta, mas nosso ritmo de crescimento populacional está diminuindo.

Para entender como essa massa de gente alcançou este tamanho, e como sua cultura, suas personalidades e seus engajamentos foram construídos ao que vemos hoje, é preciso entender de onde eles vieram.

5.1. A FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO

Os primeiros humanos surgiram há cerca de 300 mil anos em algum lugar no nordeste da África. Há

aproximadamente 100 mil anos, começaram a migrar para outras regiões do planeta. Há 65 mil anos, chegaram na Austrália. Há 25 mil, atravessaram a Beríngia, uma ponte que comunicava a região mais ao leste da Rússia com o que hoje chamamos de Alasca. Calcula-se que essa população inicial cresceu até poucas dezenas de milhares de pessoas, quando então começaram sua migração em direção ao continente americano.

Há 18 mil anos, os humanos alcançaram o extremo Sul da América do Sul. Segundo os registros arqueológicos, os primeiros habitantes humanos chegaram ao Brasil por volta de 14 mil anos atrás. O esqueleto de Luzia, encontrado em Lagoa Santa, em Minas Gerais, data deste período.

Por volta de 10 mil anos atrás, já encontramos populações no Brasil que possuíam rituais mortuários, com evidenciado pelos sepultamentos encontrados no sítio arqueológico de Lapa do Santo, também em Minas Gerais.

Apesar dessa ancestralidade – e ao contrário do que ocorreu com Incas e Maias –, os primeiros humanos que vieram para o Brasil jamais evoluíram para uma civilização centralizada. Mesmo tendo proliferado para cerca de 2-6 milhões de indivíduos quando da chegada dos portugueses, as várias tribos eram seminômades e espalhadas pelo território brasileiro.

Considerando os primeiros assentamentos humanos em nossa área atual, podemos dizer que a formação do povo brasileiro se deu em 3 períodos que correspondem respectivamente ao **auge** (1500-1850), ao **declínio** (1850-1888) e à **extinção da escravidão** (de 1888 em diante).

O **Primeiro Ciclo** tem início com a chegada dos portugueses, em 1500. A imigração portuguesa sempre ocorreu como um fluxo constante de pessoas, algumas

vezes como um conta-gotas, outras vezes como uma enxurrada (como durante o Ciclo do Ouro nos séculos XVII e XVIII, e durante a ditadura do Estado Novo instalada por Oliveira Salazar a partir de 1933), mas sempre com uma peculiaridade: alguns portugueses vinham, se enriqueciam e voltavam para Portugal. A maioria dos demais europeus que chegaram em ondas imigratórias, apenas vinham.

Com os primeiros portugueses, vieram os primeiros escravos trazidos durante o período do tráfico negreiro. É impossível calcular com exatidão quantos chegaram aqui, mas admite-se que foram ao todo algo em torno de 4 milhões ao longo de 350 anos (mais de 2,5 milhões apenas até 1850). Mais ou menos meio milhão deles morreram no caminho para cá. Em meados do século XVIII, com a explosão do Ciclo do Ouro em Minas Gerais, a cada cinco pessoas no mundo que foram escravizadas, uma colocou os pés no Rio de Janeiro.

A imigração de portugueses para o Brasil ganhou força a partir de 1534, quando o território foi dividido em capitanias hereditárias e se formaram núcleos importantes em São Vicente e Pernambuco. A criação do Governo Geral em 1549 atraiu ainda mais portugueses para a Bahia.

Durante boa parte do período colonial, a legislação portuguesa proibia a entrada de estrangeiros no Brasil. Mesmo assim, entre 1580 e 1640, quando as coroas de Portugal e Espanha estiveram unidas, tivemos um grande fluxo migratório de ingleses, franceses e judeus holandeses. No Século XVIII, a descoberta de minas de ouro e de diamantes em Minas Gerais disparou a onda migratória: apenas de 1700 a 1750, só em Minas entraram mais de 900 mil pessoas. Destas, cerca de 700 mil eram escravos, vindos principalmente do Congo e de Angola. Depois de 1780, com o declínio da atividade

mineradora, os escravos passaram a ser levados principalmente para o Vale do Paraíba (SP), onde trabalharam nas lavouras de café e algodão.

A vinda da Corte em 1808 acentuou a onda imigratória de europeus, estimulada – entre outras coisas – pela vontade da Imperatriz do Brasil, Dona Leopoldina. Leopoldina era austríaca e incentivou a vinda de imigrantes germânicos para o país. Curiosamente, a primeira “grande” leva de homens livres não-portugueses trazidos pela Corte eram chineses: quando se mudou para o Brasil, Dom João VI trouxe cerca de 300 chineses de Macau para introduzir o cultivo de chá.

Em 1818, por meio de contratos, começaram a chegar os suíços. Entre 1819 e 1820, desembarcaram aqui 261 famílias de colonos suíços, totalizando 1.686 imigrantes. No mesmo ano, fundaram Nova Friburgo, no Rio de Janeiro. Apesar das condições adversas, a imigração suíça continuou ao longo do século XIX, e os colonos foram se estabelecendo pela região serrana do Rio de Janeiro e nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo e Bahia. Em Santa Catarina, várias famílias suíças povoaram a Colônia Francisca, atual Joinville, junto com imigrantes alemães. Devido às más condições de vida e o tratamento de semi-escavidão que recebiam, a imigração em grande quantidade de suíços foi proibida após a década de 1860.

O segundo movimento organizado foi de imigrantes alemães, em 1824. Com a unificação aduaneira promovida no Império Alemão e o processo de Unificação Alemã, muitos camponeses perderam suas terras. Embora já existissem cidadãos de origem alemã no Brasil, o dia 25 de julho de 1824 é considerado o marco da imigração, quando 39 imigrantes alemães chegaram à cidade de São Leopoldo/RS. Incentivados pelo governo brasileiro, eles se dirigiram principalmente

para Santa Catarina Rio Grande do Sul e a região serrana do Rio de Janeiro.

A Independência do Brasil em 1822 havia resultado na expulsão das tropas portuguesas do país. Dom Pedro I precisava formar um novo exército, mas tinha dificuldade em encontrar no país quem quisesse integrar as tropas. Assim, foram trazidos mercenários alemães que haviam lutado nas guerras napoleônicas e estavam sem emprego na Alemanha devastada. Muitos alemães que chegaram aqui a partir de 1824 eram forçados a se alistar no Exército assim que desembarcavam.

A tentativa de assentar europeus no Nordeste falharam: mesmo com a concessão de terras aos estrangeiros, os latifúndios e a escravidão disseminada criaram dificuldades imensas para seu estabelecimento.

Enquanto o ciclo da cana-de-açúcar e do ouro definhavam, e o ciclo do algodão e café começavam seu vôo, as pressões para extinção da escravatura no Brasil cresciam. Em 7 de novembro de 1831, a aprovação da Lei Feijó deu uma freada no tráfico negreiro no país: em 1830, 31 mil escravos chegaram no porto do Rio de Janeiro. Em 1831, “apenas” 900. Infelizmente, no ano seguinte, a pressão britânica pelo fim da exploração humana levou à criação da expressão “lei para inglês ver”: a partir de 1832, o tráfico retornou em um ritmo acelerado. Entre 1835 e 1850, aproximadamente 564 mil escravos chegaram ao Rio ilegalmente.

Uma curiosidade: apesar de ser creditada ao padre Diogo Antônio Feijó, regente do Império do Brasil entre 1835 e 1837, a Lei Feijó foi escrita por 3 deputados do Império: Bernardo Pereira de Vasconcelos (MG, o Benjamin Franklin brasileiro), Manuel Paranhos da Silva Veloso (RS) e José Florindo de Figueiredo Rocha (BA).

Perto do fim da escravidão, as crianças passaram a representar a maioria dos negros trazidos: até por volta da década de 1820, elas respondiam por 7% dos escravos. Por volta de 1840, elas eram 60%. Devido à ilegalidade do tráfico, era mais fácil para os sequestradores deslocar crianças que adultos.

Com o declínio da economia escravocrata, iniciamos o **Segundo Ciclo** de imigrações, que pode ser identificado entre 1850 e 1888. A partir de 1850, várias medidas foram sendo adotadas para extinguir a escravatura no Brasil: Lei Eusébio de Queirós (4 de setembro de 1850), Lei do Ventre Livre (28 de setembro de 1871), Lei dos Sexagenários (28 de setembro de 1885) e, finalmente, a Lei Áurea (13 de maio de 1888).

Na primeira etapa deste novo ciclo, os imigrantes eram contratados pelos fazendeiros brasileiros, que pagavam os custos de deslocamento e hospedagem dos migrantes. Eles vinham motivados pela onda de desemprego provocada pela Revolução Industrial na Europa, mas chegavam aqui endividados e sem condições de obter a propriedade da terra. Esse sistema era tão ruim que resultou em uma revolta de imigrantes alemães na fazenda Ibicapa, em São Paulo. Para resolver o problema, os governos estaduais passaram a assumir os custos para vinda dos imigrantes. No fundo, havia uma questão eugênica envolvida: ao estimular a entrada de europeus, o governo queria promover o "branqueamento" da população.

Devido à política inicial de endividamento dos imigrantes, a Alemanha criou vários mecanismos para proibir a migração para o Brasil em 1859. A solução foi apelar para os italianos.

Os italianos já possuíam o Brasil como destino desde a unificação da península itálica em 1861, quando as políticas do Rei Vítor Manuel II passaram a afetar o

direito a propriedade da terra. Este movimento se intensificou a partir da década de 1870.

Em 1875, foram criadas colônias italianas no Rio Grande do Sul: Conde D'Eu (atual Bento Gonçalves), Dona Isabel (Garibaldi) e Caxias (Caxias do Sul). Em 1877, foi criada a colônia de Silveira Martins. A partir destes quatro assentamentos, os italianos se espalharam pela região das serras gaúchas.

Com o avanço com o avanço do movimento abolicionista na década de 1880, os cafeicultores perceberam que o fim da escravatura estava a caminho, e abundavam debates sobre como substituir a mão de obra escrava. Italianos e germânicos souberam aproveitar este momento e vieram aos montes, mudando a configuração de nossa sociedade: em 1854, 78% da população brasileira era livre. Em 1887, 94%.

É válido lembrar que a Igreja condenou a escravidão em várias ocasiões. Mas, na prática, suas ordens não eram cumpridas. Segundo estudo publicado pelo professor Ricardo da Costa, há inúmeras bulas papais a respeito: Sicut Dudum (1435) – Eugênio IV (1383-1447) manda libertar os escravos das ilhas Canárias; em 1462, Pio II (1405-1464) instrui os bispos a pregarem contra o tratamento de escravos negros etíopes, e condena a escravidão como um “crime tremendo”; Paulo III (1468-1549), na bula Sublimus Dei (1537) recorda aos cristãos que os índios são livres por natureza (isto é, ao contrário dos negros, eles não praticavam a escravidão); em 1571 o dominicano Tomás de Mercado (1525-1575) declarou desumana e ilícita a escravidão; Gregório XIV (1535-1591) – Cum Sicuti, de 1591 – e Urbano VIII (1568-1644) – Commissum nobis, de 1639 – condenaram a escravidão.

A extinção oficial da escravidão em 1888 iniciou o **Terceiro Ciclo** migratório.

No início da década de 1890, a Argentina e os EUA, países que recebiam muitos imigrantes italianos, entraram em recessão, e o fluxo de italianos para o Brasil teve um novo incremento, uma tendência que só seria reduzida com a ascensão de Mussolini, em 1922. Ainda assim, entre 1870 e 1970 mais de 1,5 milhão de italianos imigrariam para o Brasil.

Entre 1890 e 1900, entraram no Brasil mais de 1,4 milhão de imigrantes – o dobro do número nos oitenta anos anteriores (1808-1888), sendo 70% deles italianos. Além dos italianos, os navios chegavam trazendo também portugueses, alemães e suíços, mas também húngaros, gregos, ingleses, americanos, poloneses, búlgaros, tchecos, ucranianos e russos.

Em 1908, Os primeiros japoneses chegam em São Paulo para trabalhar nas lavouras de café. Mais exatamente em 18 de julho de 1908, o navio Kasato Maru chegou a porto de Santos com 165 famílias (780 pessoas) vindas do Japão, marcando oficialmente o início da imigração japonesa para o Brasil. Em 1914, quando o Estado de São Paulo encerrou os contratos oficiais de imigração com o Japão, o número de imigrantes japoneses somava 10 mil. No recenseamento de 1950, os japoneses constituíam a quarta colônia no Brasil em número de imigrantes, com 10,6% dos estrangeiros recenseados. Em 2020, o Brasil conta com a maior população de japoneses fora do Japão.

Com as guerras, as perseguições religiosas e a extinção do Império Otomano, muitos imigrantes vieram da Síria, do Líbano, da Armênia e da Turquia na década de 1920.

Entre o início do **Terceiro Ciclo** e a abolição do subsídio à imigração internacional em 1927, mais de 3,5 milhões de estrangeiros ingressaram no Brasil. Ao todo,

entre 1884 e 1933, o Brasil recebeu quase 4 milhões de imigrantes.

Mesmo com fim do subsídio, muitos europeus continuaram vindo para cá. De 1879 a 1953, entraram no Brasil:

- 1,5 milhões de italianos
- 1,4 milhões de portugueses
- 644 mil espanhóis
- 210 mil alemães
- 190 mil japoneses e
- 118 mil russos.

Na década de 1970, tivemos um fluxo de imigrantes principalmente da Coreia do Sul, China, Bolívia, Peru, Paraguai e de países africanos.

Eventos como a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016) trouxeram mais imigrantes, especialmente haitianos, bolivianos, senegaleses, nigerianos, venezuelanos e chineses.

Somados todos os fluxos imigratórios de nossa história, os principais grupos são portugueses, italianos, espanhóis, alemães e japoneses – eles representam mais de 80% do total de imigrantes que desembarcaram aqui.

Em 1872, 3,8% da população brasileira era estrangeira. Em 1900, 6,1% (em 1901, 90% dos operários em São Paulo eram estrangeiros). Em 1940, havia caído para 3,42%. Atualmente, os estrangeiros compõem apenas 0,3% da população brasileira (a média mundial é de 3%, chegando a 5% em países vizinhos como Argentina e Venezuela). Um dos motivos, além do ambiente econômico menos favorável, está na lei: a legislação imigratória brasileira é considerada a segunda mais rígida e burocrática do mundo, depois da China.

E depois destes ciclos imigratórios, como ficaram os índios?

De acordo com o IBGE, temos 225 povos indígenas vivendo em mais de 7 mil reservas, totalizando mais de 800 mil pessoas – ou cerca de 0,4% da população brasileira segundo o censo de 2010. Segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai), cerca de 70 tribos ainda vivem em locais tão isolados que ainda não foram contatadas.

Índios civilizados e imigrantes amalgamaram técnicas, atividades, costumes, culturas e conceitos de sociedade e de religião que se espalharam pelo Brasil. Eles também fundaram cidades, produziram, acumularam e aplicaram capital em vários setores produtivos. E estes fluxos migratórios não pararam:

De 2010 a 2015, a população de imigrantes vivendo no Brasil cresceu 20%, chegando a 1,8 milhões de estrangeiros residentes. Ao todo, entre 2010 e 2018, mais de 700 mil pessoas imigraram legalmente para o Brasil. Em 2018, as principais nacionalidades que imigraram para o Brasil incluíram:

- Venezuelanos: 39%
- Haitianos: 14,7%
- Colombianos: 6,8%
- Uruguaios: 6,7%

Gostamos de nos dizer brasileiros, mas o que significa ser brasileiro é um bolo que continua assando. Em 1930, o intenso processo de industrialização e urbanização no Sudeste tornou esta região a mais populosa do país. Apesar do Sudeste ser a 2ª menor região do país (é maior apenas que a região Sul), ela concentra 42% da população do Brasil. Praticamente 80% da população BRASILEIRA vive em zonas urbanas.

Apesar de sermos a 6ª maior população do planeta, temos em torno de 22,4 hab./km², o que qualifica o país como pouco povoado.

5.2. PECULIARIDADES DEMOGRÁFICAS

Dos estimados 209 milhões de brasileiros no país atualmente, 49% são homens e 51% mulheres. As mulheres também são maioria entre os eleitores: dos 147,9 milhões de eleitores aptos a votar, 52% são do sexo feminino. O voto feminino foi garantido apenas em 1932, sendo exercido pela primeira vez em 1935. Em função da ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945), porém, as mulheres só voltaram a votar em 1946.

Em termos de “raça”, pretos e pardos representam 56,2% da população brasileira. Brancos são 42,7%.

Durante mais de 300 anos, o catolicismo foi a religião oficial do Estado – o Estado brasileiro se tornaria “laico” apenas na Constituição de 1891. Como consequência, 87% da população brasileira se diz cristã (sendo 64% destes católicos).

Segundo levantamento realizado pela Pew Research Center em 2019, 67% dos brasileiros consideram os valores religiosos importantes para suas tomadas de decisão. E 50% dos brasileiros entre 18-29 anos, 59% entre 30-49 anos e 65% daqueles com mais de 50 anos são favoráveis a um aumento da importância dos valores religiosos em nossa sociedade.

Filhos e Idades

Na década de 1960, o advento da pílula anticoncepcional e o incremento da vida urbana expandiram o Setor Terciário e aumentaram a participação feminina no mercado de trabalho. Com isso, a taxa de natalidade começou a cair: na década de 1960, cada mulher em idade fértil tinha 6 filhos. Em 2020, esta média é de 2 filhos.

Por causa das mudanças econômicas e culturais, as mulheres passaram a esperar mais tempo para terem filhos: em 2018, cerca de 40% dos nascimentos foram gerados por mães com idades até 24 anos. Em 2008, eram cerca de 41%. Em 1998, cerca de 52%. Em 2018, 36% das crianças nasceram de mulheres com 30 anos ou mais (em 1998, esta taxa era de 24%).

Aliado estes fenômenos, estamos vivendo mais: em 1960, a expectativa média era de 54 anos. Em 2020, a expectativa de vida média é de 75 anos (72 anos para os homens e 79 anos para as mulheres). Como resultado, a população brasileira vem envelhecendo rapidamente.

Em 1970, 3,1% dos brasileiros tinham 65 anos de idade ou mais. Em 2003, eram 5,7%. Em 2020, são 10,5% (na proporção de 4 homens para cada 6 mulheres). Nossa distribuição detalhada por faixas etárias é a seguinte:

- Menos de 15 anos de idade: 22,3%
- Entre 15-29 anos: 24,4%
- Entre 30-44 anos: 23,4%
- Entre 45-59 anos: 17,5%
- Entre 60-74 anos: 9,4%
- Entre 75-84 anos: 2,4%
- Acima de 85 anos: 0,6%

Mantendo-se a taxa atual de natalidade por mil habitantes de 20,4, e a taxa de mortalidade de 6,31, projeta-se que em 2050 os brasileiros com mais de 65 anos de idade representarão 19% da população, saltando para 25,5% em 2060. Ou seja: daqui 40 anos, 1 de cada 4 brasileiros será idoso.

O envelhecimento da população brasileira está trazendo grandes desafios, especialmente com relação à produção de riqueza e às aposentadorias – um problema enfrentado por muitos países desenvolvidos.

Casamentos

A maior longevidade e o progressivo envelhecimento da população também estão associados a algumas mudanças que vemos na forma como os brasileiros se relacionam romanticamente.

Apesar de todas as mudanças culturais, os brasileiros parecem continuar confiando na instituição do casamento: para cada 1.000 habitantes do país em idade de casar, 6 pessoas se uniram por meio do casamento legal em 2018.

De acordo com o IBGE, em 2011, cerca de 40% dos brasileiros em idade para casar estavam casados e 48% estavam solteiros. No Estado de São Paulo, 57% das pessoas estão casadas. No Rio de Janeiro, 65%. Mas algumas 3 mudanças ocorreram com o tempo:

Primeiro: os brasileiros estão se casando mais tarde. Em 1974, os homens se casavam por volta dos 26 anos e as mulheres, por volta dos 23 anos. Em 2018, os homens se casavam por volta dos 30 anos e as mulheres, por volta dos 28 anos. Nos EUA, as idades médias atuais no momento do casamento são parecidas com as nossas: 29 anos para os homens e 27 anos para as mulheres. Nas uniões homoafetivas registradas no Brasil, as idades médias são 34 anos para os homens e 32 anos para as mulheres.

Segundo: além da idade em que o compromisso é assumido, a duração dele também mudou. Em 2018, os casamentos tendem a durar 14 anos em média (3 anos a menos que a média de 2008).

Terceiro: Apesar de sermos “casamenteiros”, em 2018 tivemos 1 divórcio para cada 3 casamentos – mais especificamente, 2,6 divórcios para cada 1000 habitantes. Em 1984, tínhamos 0,4 divórcios para cada 1000

habitantes. Os Estados com as maiores taxas de divórcio por mil habitantes são:

- 1º - Rondônia: 3,9
- 2º - Mato Grosso do Sul: 3,5
- 3º - São Paulo e Tocantins: 3,4
- 4º - Alagoas e Espírito Santo: 3,2
- 5º - Distrito Federal: 3,1.

Os homens se divorciam com 43 anos em média; as mulheres, com 40 anos.

Em 46% das vezes, a separação é consensual; em 30%, litigiosa. Em 50% dos casos, a separação é solicitada pela mulher; em 34% por ambos, e em 16% dos casos pelo homem.

Em 80% dos processos de separação, não existe uma causa única óbvia para a separação, mas um conjunto de causas, incluindo relação com os filhos, tempo de casamento, dinheiro e infidelidade. Como a infidelidade é um assunto que mexe com as pessoas, ele vale um parêntese:

Na década de 1950, os estudos Kinsey realizados nos EUA mostravam que 50% dos homens e 26% das mulheres haviam cometido adultério em algum momento. Em 2011, 21% dos norte-americanos (23% dos homens e 19% das mulheres) relataram que haviam sido infiéis em algum momento do relacionamento em curso.

Segundo um levantamento informal realizado pelo The Mirror, os países com os maiores índices de infidelidade são:

- 1º - Tailândia = 56%
- 2º - Dinamarca = 46%
- 3º - Itália e Alemanha = 45%
- 4º - França = 43%
- 5º - Noruega = 41%
- 6º - Bélgica = 40%

7º - Espanha = 39%

8º - Reino Unido e Finlândia = 36%

No Brasil, 53% das pessoas comprometidas já cometeram adultério em algum momento (60% dos homens e 47% das mulheres), o que nos colocaria na 2ª posição entre os países onde a infidelidade conjugal é mais comum.

5.3. ESCOLARIZAÇÃO

Segundo o Fórum Econômico Mundial, entre 122 países, estamos na 88ª colocação em termos de educação escolar. Segundo o teste PISA de 2018, entre 79 países, ocupamos a vergonhosa 57ª posição. Como nosso povo chegou a esse desastre?

Os primeiros registros sobre a educação brasileira datam de 1554, a época dos jesuítas e do período colonial. A primeira escola para professores foi fundada em 1684. Em 1759, quando os padres foram expulsos do país, suas escolas tinham matriculado menos de 0,1% da população. Em 1876, tivemos as primeiras tentativas de organizar a educação do país, com introdução dos primeiros métodos de ensino de leitura. De lá para cá, várias tentativas foram feitas para melhorar o nível de letramento dos brasileiros.

Em janeiro de 1963, o presidente João Goulart chamou Paulo Freire para organizar o Plano Nacional de Alfabetização (PNA).

Com o início do Regime Militar em 1964, o PNA foi abortado, mas em 1968 o presidente Artur da Costa de Silva criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização, o MOBRAL, com o objetivo de erradicar o analfabetismo do Brasil em dez anos.

O MOBRAL era fortemente influenciado pelo “método Paulo Freire de Alfabetização”. Paulo Freire,

marxista e autor de *Pedagogia do Oprimido* (1970), defendia a pedagogia como um ato político, e que tudo que os alunos eram ensinados devia servir a uma agenda igualmente política. O importante não era ensinar português ou matemática, mas transferir uma doutrinação socialista de luta contra o “sistema de dominação de raças dominantes”. O papel dos professores não era mais educar, mas transferir uma postura revolucionário aos seus alunos. Evidentemente, o MOBREAL recheado pelas ideias Paulo Freire não alcançou suas metas. Em 1985, o programa foi extinto e substituído pelo Projeto Educar.

A Constituição de 1988 garantiu a universalização do acesso à educação, mas as abordagens construtivistas e de “pedagogia crítica”, profundamente influenciadas pelo pensamento de Antonio Gramsci, já haviam feito seu estrago e se impregnado no sistema educacional brasileiro.

Em 2003, o MEC iniciou o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. Em 2004, instituiu a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores com a proposta de capacitar os educadores. Em 2006, tornou obrigatória a matrícula no Ensino Fundamental a partir dos 6 anos de idade, aumentando o ciclo da Educação Básica de 8 para 9 anos. Em 2012, lançou o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic). Em 2014, por meio do Plano Nacional de Educação (PNE), lei 13.005/2014, o MEC determinou que as crianças deveriam ser alfabetizadas no máximo, até o final do 3º ano do ensino fundamental – ou seja: até os 8 anos de idade.

Finalmente, em fevereiro de 2020, o MEC lançou o programa Tempo de Aprender, voltado para o aperfeiçoamento, o apoio e a valorização a professores e

gestores escolares do último ano da pré-escola e do 1º e 2º ano do ensino fundamental. Entretanto, mantidas as influências socialistas revolucionárias de Paulo Freire, que pouca ou nenhuma ênfase coloca no ensino das matérias básicas, absolutamente nenhuma dessas reformas adiantou muita coisa.

Em 2020, 23% dos alunos do 3º ano são insuficientes em leitura; 35% são insuficientes em escrita e 58% são insuficientes em matemática.

Um Analfabeto Funcional é conceituado como um indivíduo que, embora saiba reconhecer letras e números, é incapaz de compreender textos simples, bem como realizar operações matemáticas mais elaboradas. Segundo o indicador Inaf de 2018, 29% dos brasileiros com mais de 15 anos podem ser considerados analfabetos funcionais – o que equivale a mais de 46 milhões de pessoas. Em outros termos: o Brasil tem uma quantidade de analfabetos funcionais equivalente à soma dos habitantes da Austrália, Suécia, Finlândia e Dinamarca.

Em termos de analfabetismo **pleno**, temos 13 milhões de pessoas (8% da população acima dos 15 anos idade, chegando a 15% no Nordeste). Em números totais, carregamos nas costas uma Tunísia inteira de pessoas que não sabem reconhecer letras e nem mesmo desenhar o próprio nome.

Apenas 12% da população brasileira acima dos 15 anos de idade pode ser considerada Proficiente na utilização do próprio idioma. Ou, em outras palavras: apenas cerca de 19 milhões de brasileiros (mais ou menos a soma da população dos estados do Paraná e de Santa Catarina) consegue compreender e transmitir informações em nossa língua. É como se, dos nossos 27 estados, as pessoas não conseguissem se entender utilizando nosso alfabeto escrito em 25 deles.

Como resultado do fato de que a escola é um antro de doutrinação socialista e não de aprendizado de matérias escolares, o Brasil amarga o 3º lugar mundial entre os países com as maiores taxas de evasão escolar: nada menos que 25% dos alunos abandonam a escola antes de terminar o ensino fundamental. Daqueles que permanecem até finalizar o 9º ano, 66% terminam sem aprender o mínimo necessário em português e 85% terminam sem aprender o mínimo esperado em matemática.

Na última década, o número de brasileiros de 25 a 34 anos com título superior subiu de 11% para 21%. A média nos países da OCDE é de mais que o dobro: 44%. Só 0,8% dos brasileiros entre 25 e 34 anos têm mestrado e 0,2% têm doutorado, contra 13% e 1,1% (respectivamente) dos países da OCDE

Mesmo a escola brasileira sendo absurdamente ineficiente, o brasileiro parece se esforçar para adquirir algum conhecimento fora dela: segundo o World Atlas, lemos em média 5:12h por semana, o que nos garante a 27ª posição entre os países que mais dedicam tempo à leitura. Ganhamos de nações desenvolvidas como Taiwan (5:00h) e Japão (4:06h). Contudo, lemos bem menos que os campeões de leitura do mundo: os indianos, que lêem 10:42h por semana.

Para comparação, o tempo de leitura semanal em outros países é:

- Tailândia: 9:24h
- China: 8:00h
- Filipinas: 7:36h
- Egito: 7:30h
- República Tcheca: 7:24h
- Suécia: 7:06h
- França: 6:54
- Hungria: 6:48h

- Arábia Saudita: 6:48h
- Polônia: 6:30h
- Argentina: 5:54h
- EUA: 5:42h

Apesar de lermos uma boa quantidade de horas, isso não significa que lemos uma boa quantidade de livros: segundo a pesquisa Retratos da Leitura, feita em 2016, o brasileiro lê do começo ao fim apenas 2 livros por ano, sendo que 44% da população brasileira não lê, e 30% nunca compraram um livro. Entre professores de escolas públicas, 34% nunca leem em seu tempo livre. Talvez por isso, das 50 maiores editoras do mundo, apenas 2 são brasileiras: a Somos Educação (anteriormente Abril Educação), 39ª posição; e a Editora FTD, 50ª posição.

Como consequência de nosso péssimo sistema de ensino, em termos de QI, sequer aparecemos na lista dos 25 países considerados mais inteligentes no mundo.

Segundo tabela do World Population Review publicada em 2020, os países com a média de QI mais alta do planeta são Hong Kong e Singapura, ambos com 108 pontos, seguidos por Coreia do Sul (106); Japão e China (105); Taiwan (104); Itália (102); Islândia, Mongólia e Suíça (com 101); e Luxemburgo, Noruega, Áustria, Holanda e Reino Unido (todos com média de 100 pontos). Os EUA tem uma média de 98 pontos. Portugal, 95. Argentina, 93. O Brasil cravou 87.

Anos de doutrinação escolar marxista produziram no Brasil uma população que tem um QI médio abaixo da média para a espécie humana, um nível compatível com embotamento mental – uma anomalia caracterizada pela ausência de respostas a estímulos e pelo torpor intelectual. Essa foi a herança da Pedagogia do Oprimido e da disseminação do paulofreirismo em nosso sistema de ensino.

5.5. AS DISSONÂNCIAS COGNITIVAS

Uma das consequências nefastas mais óbvias do baixo nível cognitivo produzido por décadas de “desensino” nas escolas é a degeneração do regime democrático em políticas demagógicas e corrupção. Segundo a Economist intelligence Unit (EIU), entre 165 países avaliados quanto à saúde de sua democracia, o Brasil ficou na 44ª posição. Somos o que a EIU chama de “uma democracias com falhas”.

De acordo com a Transparência Internacional, entre 177 países classificados do menos para o mais corrupto, ficamos na 72ª posição. Curiosamente, em uma avaliação da OCDE envolvendo 40 países, somos o 13º que mais confia no governo (46% dos cidadãos dizem confiar nas intenções dos políticos). Na Suíça, o campeão de confiança, são 77%. Nossa democracia populista, míope e repleta de corrupção, tem entre seus vários resultados o fato de que 1 em cada 10 domicílios no país ainda despeja os resíduos diretamente na rua ou na natureza, seja em fossas escavadas no terreno, valas, rios ou no mar.

Sem embargo, mais de 80% dos brasileiros se consideram Otimistas e mais de 72% se identificam como “Muito Felizes”. Segundo relatório da ONU envolvendo 156 países com relação à percepção de felicidade, o Brasil ficou na 24ª posição. De acordo com uma pesquisa realizada em 2013 pela Worldwide Independent Network/Gallup International Association, 53% dos brasileiros se dizem satisfeito com país e não mudariam daqui nem se pudessem.

Não obstante, segundo a OMS, ocupamos o 4º lugar entre os países com maior incidência global de transtornos psicológicos, o 4º lugar em depressão e

ansiedade, e o 5º lugar em alcoolismo e uso de drogas). Felicidade ou auto-ilusão?

Em 2014 ultrapassamos os EUA como o país que mais realiza cirurgias plásticas cosméticas no mundo. Somos responsáveis por 13% das cirurgias plásticas do planeta. Vaidade ou dismorfofobia?

Um povo que trabalha?

Essas faltas de congruência entre os ideais que dizemos defender e a condescendência que temos com a falta de disciplina na condução de nossas vidas fez com que, de toda nossa força de pessoas disponíveis para o trabalho, 4,2% simplesmente tenham desistido de procurar trabalho – um total de 4,7 milhões de indivíduos capazes, quase uma Irlanda inteira, que não quer saber de produzir coisa alguma.

O Brasil tem a 50ª maior população disponível para força de trabalho (mais de 104 milhões de pessoas). Destes, apenas 12% estão no setor público – 12,4 milhões de pessoas, o que equivale a 6% da população brasileira total, uma média bem abaixo da média de pessoas empregadas no serviço público da OCDE (21%) e da média mundial (28%). Entretanto, os gastos do serviço público resultam em um consumo equivalente a 38% do PIB.

No Brasil, cada 1% das pessoas da Força de Trabalho Total (FTT) empregadas no setor público corresponde a um gasto governamental de 3,1% em relação ao PIB – mais ou menos a mesma proporção que observamos em nações super-desenvolvidas como Áustria e Finlândia, e mais do que o observado em países como Japão, Austrália, Nova Zelândia, Suécia, Noruega e Dinamarca.

Sim, o “Estado” brasileiro emprega **poucas pessoas**, mas ele e elas **custam muito caro**. Para efeito de comparação, cada 1% da FTT empregada no setor público gera o seguinte gasto governamental em relação ao PIB nos países a seguir (em ordem decrescente dos mais gastões aos mais econômicos):

1º - Índia: 6,8% (funcionários públicos são 3,8% da FTT, a máquina governamental gasta por ano 26% do PIB).

2º - Coreia do Sul: 4,2% (funcionários públicos são 10% da FTT, a máquina governamental gasta por ano 42% do PIB).

3º - Áustria: 3,2% (funcionários públicos são 15% da FTT, a máquina governamental gasta por ano 48% do PIB).

4º - Finlândia: 3,1% (funcionários públicos são 17% da FTT, a máquina governamental gasta por ano 53% do PIB).

5º - Japão: 2,8% (funcionários públicos são 13% da FTT, a máquina governamental gasta por ano 37% do PIB).

6º - Nova Zelândia: 2,7% (funcionários públicos são 13% da FTT, a máquina governamental gasta por ano 36% do PIB).

7º - Holanda: 2,5% (funcionários públicos são 17% da FTT, a máquina governamental gasta por ano 43% do PIB).

8º - Portugal: 2,3% (funcionários públicos são 18% da FTT, a máquina governamental gasta por ano 43% do PIB).

9º - EUA: 2,1% (funcionários públicos são 16% da FTT, a máquina governamental gasta por ano 35% do PIB).

10º – Paraguai: 2,1% (funcionários públicos são 9% da FTT, a máquina governamental gasta por ano 19% do PIB).

11º – Israel: 1,9% (funcionários públicos são 20% da FTT, 39% do PIB).

12º – Austrália: 1,8% (funcionários públicos são 20% da FTT, a máquina governamental gasta por ano 36% do PIB).

13º – Suíça: 1,7% (funcionários públicos são 18% da FTT, a máquina governamental gasta por ano 32% do PIB).

14º – México: 1,7% (funcionários públicos são 14% da FTT, a máquina governamental gasta por ano 25% do PIB).

15º – Suécia: 1,6% (funcionários públicos são 29% da FTT, a máquina governamental gasta por ano 48% do PIB).

16º – Dinamarca: 1,5% (funcionários públicos são 32% da FTT, a máquina governamental gasta por ano 51% do PIB).

17º - Noruega: 1,2% (funcionários públicos são 37 % da FTT, a máquina governamental gasta por ano 48% do PIB).

18º – Rússia: 0,8% (funcionários públicos são 40% da FTT, a máquina governamental gasta por ano 32% do PIB).

19º – China: 0,5% (funcionários públicos são 63% da FTT, a máquina governamental gasta por ano 34% do PIB).

Porém, o fardo do serviço público não se compara ao fardo das pessoas que não trabalham: segundo pesquisa do Ipea publicada em 2018, 23% dos brasileiros entre 15 e 29 anos de idade não trabalham nem estudam

– uma montanha de gente que chega a 20 milhões de pessoas (duas Suécias inteiras).

Em 2020, de acordo o IBGE, os brasileiros que estavam trabalhando somavam aproximadamente 94,2 milhões de pessoas (58% homens e 42% mulheres). Atente para o fato que 94,2 milhões de pessoas correspondem a 45% da população brasileira. Isso significa que, dos 207 milhões de brasileiros, 55% dependem daquilo que é produzido por outras pessoas – e como dependem!

Em 2004, o Governo Federal unificou várias plataformas assistencialistas para formar o Programa Bolsa Família (PBF). Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social, o PBF beneficiou 3,6 milhões de famílias em 2003. Em 2016, eram 15 milhões de famílias. De acordo com dados do IBGE, no mesmo período (2003 a 2016) a população brasileira aumentou de 181 milhões para 206 milhões.

Atente para o fato que, segundo o Banco Mundial, o PIB brasileiro era de R\$ 1,26 trilhões em 2003, atingindo R\$ 1,75 trilhões em 2016.

Agora junte estes dados e perceba que, entre 2003 e 2016, enquanto a população aumentou 13% e o PIB aumentou 38%, a quantidade de pessoas necessitadas no Brasil aumentou quase 500%!

De acordo com o IBGE, a família média brasileira é formada por 3,34 pessoas. Ter 15 milhões de famílias sob o PBF significa que 50,1 milhões de pessoas no Brasil – ou 1 em cada 4 brasileiros – precisa de socorro do governo para sobreviver.

Como passamos de 3,6 milhões de famílias carentes para 15 milhões no intervalo de pouco mais de uma década? Como a “incapacidade para o trabalho e o auto-sustento” cresceu 40 vezes acima do crescimento da população brasileira em apenas 13 anos? Será que fomos

vítimas de alguma catástrofe natural, alguma guerra civil ou outro evento apocalíptico capaz de promover um verdadeiro genocídio entre os líderes de nossas famílias, amputando completamente a capacidade de um humano brasileiro adulto ser responsável por si?

As estatísticas do nosso sistema de ensino explicam isso tudo.

O Fardo da Violência

Apesar do Brasil não ser um país conhecido por abrigar movimentos terroristas internacionais, em 2002 a PF prendeu vários indivíduos na Tríplice Fronteira com ligações a grupos extremistas islâmicos. Talvez por causa disso – e de outros fatores culturais – a visão internacional clássica do povo brasileiro é a de um povo jovial, cordial e hospitaleiro. Todavia, nossas taxas de mortes no trânsito, crime, e homicídio, por exemplo, contradizem essa percepção.

Em 2019, mais de 40 mil pessoas morreram em acidentes de trânsito no Brasil. Isso significa que apenas em 1 ano nosso trânsito matou quase 10 vezes mais pessoas que o número de soldados norte-americanos mortos ao longo de 8 anos na Guerra do Iraque (2003-2011). Morrer no trânsito é a 10^a causa mais comum de óbito no Brasil.

A cada ano no Brasil ocorrem 68,8 crimes para cada 100 mil habitantes. Somos o 90 país do mundo em termos de chances de levar um tiro e o 70 país com maior incidência de crimes reportados no mundo. Nos EUA, esta taxa é 46,7.

Em 2019, 41 mil pessoas foram assassinadas no Brasil – uma taxa de 19,8 homicídios para cada 100 mil habitantes. Mesmo este número sendo quase 20% a menos que o número de assassinatos em 2018, ele ainda é

bem grande: significa que, em 1 ano, assassinamos mais pessoas que Japão, Singapura, Hong Kong, Luxemburgo, Indonésia e Noruega somados matam em 10 anos.

Nossa alta taxa de homicídios merece ser examinada ainda sob dois aspectos da Guerra de Narrativas da atualidade: o discurso do feminicídio e o discurso da dívida histórica.

O Discurso do Feminicídio

Há muitos anos, a grande mídia vem bombardeando seu público com evidências da “luta feminina contra o patriarcado opressor”. Ainda que válido em alguns de seus posicionamentos, boa parte deste discurso vem carregado de incongruências e análises que vão da ingenuidade danosa a padronizações maliciosamente tendenciosas.

Por exemplo: o feminismo legitimamente defende uma maior participação das mulheres na política e acusa os representantes desta classe de serem ferramentas a serviço do patriarcado. Porém, existe um desatino nesta afirmação.

De acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de junho de 2020, o Brasil conta com 150.517.416 eleitores, sendo 79.072.251 mulheres (cerca de 52% do total de eleitores) e 71.404.707 Homens: (cerca de 48% do total de eleitores).

Apesar do sufrágio feminino no Brasil datar de 1932, e o direito constitucional ao voto universal após os 16 anos de idade ter quase 30 anos de existência, atualmente apenas 10% das cadeiras legislativas são ocupadas por mulheres. Politicamente falando, o engajamento do feminismo no mundo real é uma coletânea de barulhos sobre direitos, preconceitos dispersos e liberdade usurpada, mas curiosamente há

décadas o movimento resiste em manifestar-se pelo uso do voto democrático como instrumento para quebra de paradigmas.

Boa parte das mudanças legislativas conquistadas pelas mulheres nos últimos 100 anos em nosso país não se deveu ao feminismo, mas ao voto de deputados e senadores do sexo masculino – eleitos pelas mulheres.

O que acontece com os movimentos feministas? Eles não se organizam em partidos, não apresentam suas próprias opções viáveis e suas fomentadoras sequer votam em si mesmas. As mulheres são a maioria do eleitorado, mas elegem insistentemente homens para boa parte dos cargos públicos – e na sequência, em uma demonstração clara de dissonância cognitiva, saem fazendo passeatas reclamando do patriarcado machista opressor maldito. Isso quando não reclamam da violência...

Enquanto o feminismo promove performances artísticas urinando nas calças, os homens continuam sendo maioria absoluta entre os trabalhadores de limpeza pública, construção civil, segurança, transporte de cargas e operação de maquinários pesados, entre outros setores que exigem desgaste físico e riscos. Talvez por isso os representantes do mesmo patriarcado machista opressor maldito respondam por 75% dos óbitos em acidentes de trabalho.

Segundo o Atlas da Violência de 2019, 65.602 pessoas foram vítimas de homicídio no Brasil em 2017. Destas:

- 4.936 eram mulheres (7,5% das vítimas)
- 60.666 eram homens (92,5% das vítimas)

Ainda segundo o Atlas da Violência de 2019, 28,5% do total de homicídios contra as mulheres ocorrem dentro da residência (1.407 vítimas), e isso realimentou o

clássico debate sobre feminicídio. Curiosamente, são assassinados 43 vezes mais homens em toda parte do que mulheres são assassinadas em casa. Nenhum debate “sério” sobre “homemnicídio” foi detectado.

A mídia, o governo, as ONG’s e os movimentos feministas utilizam estatísticas para alardear a violência contra a mulher e omitir que vivemos em um país violento que não escolhe gênero. Enquanto discutimos com manchetes indignadas o assassinato de cerca de 5 mil mulheres como uma epidemia de feminicídio, fechamos covardemente os olhos para mais de 60 mil homens assassinados no mesmo período.

Como sociedade, damos uma atenção enorme à proteção das mulheres contra toda forma de violência, oferecendo repartições especializadas de polícia, legislação específica, abrigos, refúgios, manchetes nos jornais, organizando passeatas e manifestações públicas de repúdio. Mas muito pouco tem sido feito para proteger os homens ou dissuadir qualquer um de que também é errado tornar um homem vítima de violência.

Criamos uma civilização onde “vidas importam”, mas uma vida masculina é considerada mais descartável que uma vida feminina.

Se vamos conversar sobre “Feminicídios”, precisamos fazer isso melhor e com mais lucidez. Nossa atitude com relação ao tema é absurdamente antiquada, com um domínio persistente da argumentação respaldada em estereótipos esquerdistas vitimizantes – que contaminam a qualidade da argumentação com suas Díades Morais, impedindo uma visão ampla e verdadeira do problema.

Quando as manchetes dizem “Homens são responsáveis por 90% dos casos de violência doméstica”, também poderíamos ler: “Mulheres são responsáveis por 90% dos boletins de ocorrência de violência doméstica

que chegam ao conhecimento da polícia”. Entretanto, suas chances de ser atacado e morto em qualquer lugar são 12 vezes maiores se você for um homem.

Não se trata de uma competição por quem leva o prêmio pela pior estatística, mas de uma constatação: em 2017, 166 homens foram assassinados no Brasil diariamente, contra 13 mulheres no mesmo período – e qual lado deste debate você percebe mais próximo da superfície no seu dia a dia?

A mídia, que rotineiramente publica dados estatísticos coletados a partir das agências de segurança do Estado, permanece muda com relação ao genocídio masculino no Brasil. A pergunta é: deliberadamente ou por incompetência?

Em todo o mundo, o índice de suicídio entre os homens é 3 vezes maior que entre as mulheres – e está aumentando. Nos últimos 10 anos, o número de suicídio entre homens de 40 e 50 anos de idade aumentou 40%, e estas estatísticas recebem bem pouca simpatia, especialmente por parte dos movimentos feministas.

Para discutir seriamente sobre a redução das taxas de homicídio e violência doméstica, é preciso assumir que nossa cultura da agressividade, recheada de álcool, drogas, péssima escolarização e uma infinidade de ideologias falidas, torna todos – homens e mulheres – agentes e vítimas da violência. A mensagem publicitária mais adequada deveria dizer: dentro de nossa espécie, qualquer gênero tem capacidade de agir violentamente – e assim procede. Agora construamos uma saída honesta a partir desta verdade inconveniente.

O Discurso da Dívida Histórica

A cada ano, de cada 100 mil brasileiros entre 15 e 29 anos, 34 brancos são vítimas de homicídio e 98 pretos

e pardos são vítimas de homicídio. Mas quem são os responsáveis por esses assassinatos?

Segundo dados do Depen, em junho de 2016 o Brasil possuía uma população prisional de 726.712 pessoas, sendo 91% homens (ou seja: cerca de 665.482 pessoas). Destes homens, 14% estavam lá por causa de homicídio ou latrocínio (ou seja: cerca de 93.167).

Dos 93.167 homens presos por homicídio ou latrocínio, 59% encontravam-se privados de liberdade COM julgamento e sentença (ou seja: cerca de 54.968).

Dos 54.968 HOMENS presos por homicídio ou latrocínio COM julgamento e sentença, 55% possuíam entre 18 e 29 anos de idade (ou seja: cerca de 30.232).

Dos 30.232 homens entre 18 e 29 anos de idade presos por homicídio ou latrocínio COM julgamento e sentença, 64% eram pardos ou negros (ou cerca de 19.348) e 35% eram brancos (ou cerca de 10.581).

Pela matemática simples a partir dos dados fornecidos pelo Depen, podemos calcular que:

- 1) A cada ano, para cada 100 mil habitantes entre 15 e 29 anos, dos 34 brancos que são assassinados, 13 são assassinados por brancos; e dos 98 negros e pardos que são assassinados, 62 são assassinados por negros e pardos.
- 2) Negros e pardos matam negros e pardos quase CINCO VEZES MAIS que brancos matam brancos.
- 3) E é quase DUAS VEZES mais provável um jovem de qualquer raça ser assassinado por um jovem negro que por um jovem branco.

Antes de protestar em nome das “vítimas da sociedade”, deveríamos ser honestos o suficiente para

entender exatamente QUEM está transformando essas vítimas em vítimas – e agir preventivamente nisto e não naquilo.

Como mencionado anteriormente, vale lembrar mais uma vez que, entre o período colonial e o fim do Segundo Império, foram trazidos para o Brasil algo em torno de 4 milhões de escravos africanos.

Entre meados do século XIX e a década de 1930, o Brasil recebeu em torno de 4 milhões de imigrantes europeus – quase a mesma quantidade de escravos do passado.

Nos ciclos imigratórios europeus que se seguiram ao período escravagista, a vinda da imensa maioria para cá era tão nefasta (um sistema de colonato baseado em dívidas prévias que quase equivalia a um sistema escravocrata) que a Alemanha chegou a criar mecanismos para proibir a migração para o Brasil em 1859.

Antes de protestar sobre “dívidas históricas”, deveríamos ser honestos o suficiente para comparar os dados de violência e produção de riquezas entre essas duas imensas populações de imigrantes e dar a cada uma delas a carga de auto-responsabilidade que lhes cabe.

O discurso da “dívida histórica” também é bem representado pelas agendas feministas no Brasil que acusam o mercado de trabalho de “discriminação contra as mulheres”.

O Discurso do Patriarcado Opressor Machista

Há décadas, o povo brasileiro vem sendo massacrado com teses, dissertações, relatórios, manchetes midiáticas e reportagens de grande apelo emocional denunciando uma hipotética discriminação mercado de trabalho contra as mulheres. Este tipo de doutrinação tem um efeito danoso sobre a motivação

para o trabalho, desestimulando tanto homens quanto mulheres. Convenientemente, o que os profetas dessas agendas se esquecem de mencionar é que as mulheres são a maioria nos cursos universitários.

Um levantamento apresentado pelo IBGE em 2013 mostrou que, entre as 20 carreiras universitárias com maior número de recém-formados de 20 a 29 anos, as mulheres só não eram maioria em 5 delas (ciência da computação, engenharia civil, engenharias, economias e cursos gerais de saúde).

Em 2013, os percentuais de mulheres em cursos universitários eram os seguintes:

- Ciências da Educação: 91%
- Psicologia: 87%
- Enfermagem: 86%
- Fisioterapia: 85%
- Letras: 83%
- Biologia e bioquímica: 72%
- Odontologia: 69%
- Pedagogia: 66%
- Jornalismo: 64%
- Marketing e publicidade: 57%
- Administração: 57%
- Contabilidade: 56%
- Direito: 55%
- Medicina: 54%
- Economia: 47%
- Engenharia civil: 28%
- Ciência da computação: 22%

De uma maneira geral, 25% das graduandas brasileiras escolhe estudar educação, enquanto 19% dos

graduandos homens escolhe engenharia, produção e construção – isso quando concluem o curso.

Em 2018, a V Pesquisa Nacional de Perfil dos Graduandos das IFES , envolvendo 63 universidades e 2 centros de educação tecnológica, mostrou que as **mulheres** respondiam por 54% das matrículas. Os homens, por apenas 46%.

Os homens não apenas ocupam menos da metade das matrículas nas universidades como também possuem uma chance 34% menor de terminar o curso, conforme verificado pelo relatório *Education at Glance*, realizado pela OCDE em 2019. Como resultado, na população com menos de 25 anos idade: 47% das mulheres têm o ensino fundamental incompleto (contra 50% dos homens); e 12% das mulheres têm uma graduação de nível superior (contra apenas 9% dos homens).

Entre 25-34 anos, 25% das mulheres têm curso superior (contra 18% dos homens).

Não surpreende que a escolaridade média dos trabalhadores na PEA seja de 7,3 anos para as mulheres e 6,3 anos para os homens (Ipea, 2007). As mulheres representam 59% dos trabalhadores com nível superior. Elas realmente estudam mais. Todavia, em 2016 as remunerações médias para profissionais de nível superior eram de R\$4.803 para as mulheres e de R\$7.537 para os homens.

Se elas estudam mais, por que ganham até 37% a menos que os homens?

PRIMEIRO, porque elas estão menos presentes no mercado de trabalho: as mulheres respondem por 52% da população brasileira. Porém, entre os brasileiros em idade economicamente ativa, apenas 50% das mulheres participam do mercado de trabalho, contra 76% dos homens. No total, nossa População Economicamente ativa é constituída 56% por homens e 44% por mulheres.

Então, uma primeira explicação seria: mulheres ganham menos porque estão menos presentes no mercado.

SEGUNDO: aquelas que participam do mercado de trabalho são seletivas com relação ao tipo de trabalho e ao setor produtivo onde irão se inserir. Os homens são a esmagadora maioria nos setores Primário e Secundário. Eles respondem por mais de 90% da mão de obra trabalhando na agricultura e na indústria. Das mulheres que trabalham, 78% estão no Setor Terciário (contra 53% dos homens).

Qualquer que seja o setor da economia, os homens simplesmente apresentam uma maior tendência para fazer o que quer que seja que renda dinheiro. Eles estão em busca de autonomia, empreendedorismo e liberdade, e não conectam sua vida afetiva à realização profissional. Para a maioria deles, o trabalho serve para ganhar dinheiro, não pra ser feliz. Para um homem, a dedicação ao trabalho está fortemente associada à sua própria identidade masculina. Para elas, a coisa é diferente.

Ao procurar trabalho, as mulheres valorizam mais aspectos como altruísmo, estabilidade e qualidade de vida. Elas não querem tanto ganhos materiais quanto desejam sentir relevância social e segurança na carreira que escolheram. Elas querem carreiras que não exijam tanta dedicação e que garantam um bom espaço para a vida familiar.

Essa seletividade pode ser percebida claramente quando verificamos o índice de empregabilidade segundo o grau de formação escolar: entre as pessoas com ensino superior, 89% dos homens encontram um vaga de trabalho, contra 82% das mulheres. Entre as pessoas com ensino técnico, esta porcentagem é de 76% para os homens e 63% para as mulheres. Entre as pessoas com ensino médio, a porcentagem é de 76% para os homens e 45% para as mulheres.

Assim como ocorre com relação aos cursos universitários, a seletividade feminina também pode ser percebida na escolha pelos setores de trabalho.

Segundo uma pesquisa mundial realizada pelo LinkedIn em 2017, o percentual da força de trabalho que é ocupada por mulheres em alguns setores é o seguinte:

- Saúde e farmacêutico = 61%
- Administração pública = 59%
- Educação = 53%
- Tecnologia = 30%
- Indústria = 28%
- Arquitetura e engenharia = 27%
- Petróleo e energia = 25%
- Transporte = 25%

Ou seja: basicamente, enquanto os homens simplesmente aceitam trabalhar com qualquer coisa, as mulheres procuram por vagas de trabalho que não provoquem um rompimento radical com suas atividades no âmbito doméstico e familiar.

Por causa disso, muitas vezes elas terminam aceitando vagas que pagam menos, mas que permitem mais tempo livre para atividades fora do trabalho remunerado (as mulheres gastam em atividades domésticas e familiares até 2,5 vezes mais tempo que os homens).

É importante lembrar que isto é uma escolha pessoal e voluntária delas. Não se trata de uma exigência inegociável de pressões culturais ou normativas impostas por força da lei, mas de um instinto embutido na natureza genética, biológica, hormonal e psicológica da maioria das mulheres após centenas de milhares de anos de evolução de nossa espécie neste planeta. O que nos leva ao próximo motivo pelo qual elas ganham menos que eles:

TERCEIRO: a descontinuidade do ciclo de vida da mulher no mercado de trabalho. Devido às peculiaridades anatomo-fisiológicas do sistema reprodutivo sexuado do Homo sapiens, o útero está na mulher, não no homem. Isso faz com que os períodos de gestação frequentemente resultem em afastamentos do mercado de trabalho mais prolongados para elas que para eles, reduzindo entre as mulheres a aquisição de conhecimentos técnicos e práticos importantes para melhor colocação e desempenho nos vários setores econômicos.

Faltam estudos específicos no Brasil analisando o diferencial de rendimento por gênero em cada um dos 3 setores econômicos. Mas considerando a descontinuidade das mulheres no mercado de trabalho, é honesto teorizar que sua menor experiência prática e menor carga horária resulte em menor produtividade – e, conseqüentemente, menor renda.

É evidente que nenhum dos 3 aspectos discutidos aqui é abordado sequer tangencialmente pelos profetas das agendas vitimistas e pelos teóricos do patriarcado branco opressor: afinal, o contato com dados brutos e fatos da realidade faz desmorrar cada uma de suas narrativas hiperemocionais.

Os sedutores discursos progressistas nunca se deram bem com Razão, Lógica ou Bom-senso. Mas não os isenta do ato de estarem errados. E menos ainda os isenta da responsabilidade de condenar milhares de homens e mulheres a uma competição separatista que jamais existiu.

Nunca fomos uns separadamente melhores que outros. Somos, e sempre seremos, bem melhores juntos.

5.6. VANTAGENS

Somos únicos nas Américas porque, ao contrário do que ocorreu com as colônias britânicas e espanholas, que se partiram em vários países diferentes, nós mantivemos uma única identidade nacional ao longo de vários séculos e várias formas de governos diferentes.

Mesmo com todas as deficiências de nosso sistema educacional, mesmo com um sistema tributário injusto e confuso, mesmo com os obstáculos das burocracias e da corrupção, e mesmo com o fardo das pessoas capazes que nem trabalham nem estudam, em 2019 o Brasil possuía 259 mil milionários.

Segundo o *Credit Suisse*, em termos absolutos, somos o 20º país com o maior número de milionários no mundo. Porém, em termos proporcionais, ainda temos muito o que crescer: temos apenas 123 milionários para cada 100 mil habitantes.

Os 20 primeiros colocados apresentam as seguintes proporções (em número de milionários por 100 mil habitantes):

- 1) Suíça – 9.400
- 2) Hong Kong – 6.900
- 3) EUA – 5.600
- 4) Holanda – 4.800
- 5) Austrália – 4.600
- 6) Dinamarca – 4.100
- 7) Nova Zelândia – 3.800
- 8) Suécia – 3.700
- 9) Canadá – 3.500
- 10) Singapura – 3.500
- 11) Áustria – 3.400
- 12) Irlanda – 3.200
- 13) França – 3.100
- 14) Noruega – 3.000
- 15) Alemanha – 2.600
- 16) Itália – 2.400

- 17) Bélgica – 2.400
- 18) Japão – 2.300
- 19) Taiwan – 2.200
- 20) Espanha – 2.000

Em termos de **bilionários**, também estamos bem na fita. Segundo a Forbes, dos 2.095 bilionários que existem no mundo em 2020, o Brasil conta com 45 membros desse clube exclusivo, o que nos coloca na 7ª posição das listas dos países com o maior número de bilionários. Os primeiros colocados incluem:

- 1º - EUA: 614 bilionários
- 2º - China: 389
- 3º - Alemanha: 107
- 4º - Índia: 102
- 5º - Rússia: 99
- 6º - Hong Kong: 66

Uma curiosidade: os 10 países com maior riqueza privada do mundo incluem EUA, China, Japão, Reino Unido, Alemanha, Índia, Austrália, Canadá, França e Itália. Somados, estes países somam 74% de toda a riqueza privada que há no planeta.

Mas as vantagens excepcionais do Brasil não se resumem à capacidade de produzir riqueza e prosperidade (ainda que estas sejam muito mal exploradas): em termos gerais, somos um povo **honesto**.

Em uma pesquisa bem informal realizada pela revista Reader's Digest, uma carteira era "perdida" em ruas movimentadas e verificava-se quantas vezes ela era devolvida. Das 16 cidades avaliadas, São Paulo só perdeu para Helsinque, na Finlândia.

Além de honestos, somos também um povo **tolerante**. Cerca de 70% dos brasileiros não vê problema algum em uniões homoafetivas – algo certamente

importante para os 10% de brasileiros seguem uma sexualidade não-heteronormativa. No mundo todo, cerca de 4% da população masculina e 2% da população feminina seguem uma sexualidade exclusivamente homossexual.

Nossas padarias e churrascarias são famosas no mundo todo. Segundo a CNN Travel, elas estão entre as 10 características mais deliciosas do Brasil. E também somos um **bom país para envelhecer**: em uma pesquisa feita pela Global AgeWatch, somos o 31º melhor país para envelhecer entre 91 países avaliados.

Talvez por isso, e muito curiosamente, sejamos **um dos 12 países mais cobiçados para se viver**. Em uma pesquisa realizada em 2013 pela Worldwide Independent Network/Gallup International Association e envolvendo mais de 66 mil pessoas em várias nações, se pudessem escolher qualquer lugar do mundo para viver, boa parte dos moradores de 28 países escolheriam o Brasil.

Em percentuais de pessoas que gostariam de emigrar para cá, os países campeões em “potenciais imigrantes” são:

Peru = 7%

Argentina = 6%

Portugal = 6%

Austrália = 4%

Itália = 4%

França = 3%

Estados Unidos = 2%

Canadá = 2%

Espanha = 2%

6. UM SUMÁRIO DIDÁTICO DOS PROBLEMAS

Estamos entre as 15 maiores economias do planeta certamente deveria ser algo digno de respeito. Mas esse respeito suscita ponderação quando percebemos que, em termos de PIB per capita, estamos na posição 82 de 186 (pelo FMI) ou 77 de 189 (pelo Banco Mundial).

Somos o 6º país do mundo em população e o 5º do mundo em extensão territorial, mas em 2011 fomos classificados como a 7ª maior economia do mundo. Em 2017, caímos para a 8ª posição. Em 2020, com a desvalorização da moeda brasileira, provavelmente cairemos da 9ª para a 12ª posição, sendo ultrapassados pelo Canadá, pela Coreia do Sul e pela Rússia.

Isso tem vários motivos. Por razões didáticas, podemos dividir as razões da demora na plena decolagem do Brasil em 4 motivos (que estão interrelacionados, mas podem ser abordados separadamente para melhor entendimento): a falta de Maturação da Matriz Industrial, os custos do Protecionismo, os custos do Estatismo, e os da Burocracia.

6.1. A falta de maturação da matriz industrial

No Brasil do Segundo Império, nossa População Economicamente Ativa (PEA) estava distribuída da seguinte maneira:

- Setor Primário: 80%
- Setor Secundário: 7%
- Setor Terciário: 13%

Segundo os dados mais recentes disponibilizados pelo IBGE (2017), nossa configuração é:

- Setor Primário: 20% da PEA, respondendo por 5,3% do PIB (era 5,5% em 2000).

- Setor Secundário: 21% da PEA, respondendo por 21,1% do PIB (era 26,7% em 2000).
- Setor Terciário: 59% da PEA, respondendo por 73,2% do PIB (era 67,7% em 2000).

A migração da PEA para o Setor Terciário é um fenômeno da modernização pós-Revolução Industrial e típico da Terceira Onda de Toffler. Contudo, esta migração funcionou melhor e produziu mais prosperidade nos que fizeram isso apenas após um processo de maturação clássica da Matriz Industrial

Na maioria dos casos, esses países começaram acumulando capital a partir do Setor Primário e então para o desenvolvimento sequencial da indústria de base, então de bens de capital, então intermediária, e então e finalmente da indústria de bens de consumo e de tecnologias de ponta.

É evidente que diferentes países possuem diferentes trajetórias na história e na composição de seus setores econômicos, muitas vezes devido diferenças culturais, demográficas ou geoclimáticas, mas no caso do Brasil podemos tecer um diagnóstico a partir da maneira como a PEA se distribuiu na pizza dos setores produtivos e de que maneira isso influenciou nossa prosperidade:

O Brasil meio que pulou da Indústria de Base para a Indústria de Bens de Consumo, “comendo” as etapas de desenvolvimento da indústria de bens de capital e da indústria intermediária.

Esta “maturação acelerada” resultou em (1) uma indústria de bens de capital e de bens intermediários com pouca musculatura, dependente de equipamentos, máquinas, peças e tecnologias produzidas por países onde estes setores foram maturados com calma; e (2) uma indústria de bens de consumo pouco competitiva.

Também por causa das etapas puladas, nossa indústria de produtos de ponta ficou relegada à sombra de variáveis que não dominamos e de parcerias costuradas de modo absolutamente assimétrico e, quase sempre, desvantajosos para o desenvolvimento nacional.

Esta matriz industrial pouco madura nos tornou dependentes da exportação de commodities com baixo valor agregado: temos uma multidão trabalhando no Setor Primário (20% da PEA, contra 9,8% na Rússia, 3,9% no Japão, 3,6% na Austrália, 2,4% na Alemanha, 2% no Canadá, 1,4% no Reino Unido e 0,7% nos EUA), que por sua vez ocupa uma multidão ainda maior no Setor Terciário que sua a camisa para vender itens que não possuem grande valor agregado.

No Brasil, cada trabalhador no Setor Terciário produz aproximadamente US\$ 39 mil / ano. Em outros países, estes valores são (ao ano):

Indonésia: US\$ 25 mil

China: US\$ 31 mil

Índia: US\$ 37 mil

Rússia: US\$ 53 mil

Canadá: US\$ 71 mil

Japão: US\$ 86 mil

Reino Unido: US\$ 86 mil

Austrália: US\$ 98 mil

Alemanha: US\$ 99 mil

EUA: US\$ 140 mil

Perdemos de países como Rússia, Canadá, Japão, Reino Unido, Austrália, Alemanha e EUA justamente porque a PEA no Setor Terciário não vende produtos, serviços ou tecnologias caros de ponta, mas principalmente produtos baratos do Setor Primário ou da Indústria de Base.

Finalmente, a ausência de uma maturação clássica da matriz industrial também pode ter sido o motivo pelo qual o sistema educacional floresceu tão desconectado das necessidades dos setores produtivos. Por exemplo: temos um excesso de advogados e uma crônica falta de professores competentes e engenheiros bem treinados.

6.2. O Custo do Estatismo

Desde a constituição de 1891 e especialmente a partir da constituição de 1934, que relativizou o conceito de propriedade privada, o Estado brasileiro avançou sobre a economia, centralizando-a ao nível de um modelo de planificação socialista.

Na verdade, desde o Getulismo, vivemos um modelo bastante parecido ao comunismo chinês: um Frankenstein chamado Capitalismo de Estado. E isso pode ser medido pela quantidade de estatais:

Os Militares criaram 47 estatais, uma média de 2,23 estatais por ano – mas eles não foram os campeões nisso.

FHC criou 27, uma média anual de 3,37, sendo o campeão na criação de estatais nos últimos 60 anos.

Dilma criou 15 (média anual = 2,50).

Lula criou 26 (média anual = 3,25)

Se somarmos a turma do Teatro das Tesouras e tirarmos a média, o dueto PSDB / PT criou 3,09 estatais por ano – 28% a mais que a média dos Militares.

Atualmente, de acordo com a Secretaria Especial de Desestatização, ligada ao Ministério da Economia, apenas o Governo Federal possui 138 empresas. No cômputo geral, a União tem participação em 637 empresas que, somadas, respondem por 1/3 do PIB nacional.

Para efeito de comparação, os números de estatais em outros países são:

Índia: 270

Alemanha: 71

Argentina: 59

França: 51

Colômbia: 39

EUA e Reino Unido: 16

Áustria: 10

Japão e Austrália: 8

A Hungria – que viveu sob um regime Comunista de 1949 a 1989 – tem 378 estatais.

Como consequência desse “capitalismo de estado”, segundo dados da Heritage de 2018 classificando 180 países em termos de liberdade econômica, ocupamos uma lanterninha na posição 153, e somos considerados um dos 5 países mais fechados do mundo para o comércio internacional.

6.3. O Custo do Protecionismo

A partir da década de 1990, a sustentabilidade fiscal e a abertura de alguns mercados foram importantes para estabilizar a economia e melhorar nossa competitividade. Porém, a abertura para as importações chinesas resultou em um processo de desindustrialização no Brasil. Isso, aliado aos altos custos de energia elétrica, à carga tributária excessiva, aos impostos em cascata, à burocracia, e, acima de tudo, às políticas do governo em conceder benefícios esporádicos, quase sempre focados na indústria de bens de consumo (como automóveis e eletrodomésticos), vem quebrando a indústria brasileira de um modo geral.

O “protecionismo” não deveria blindar as empresas brasileiras da concorrência estrangeira, mas medidas deveriam ser tomadas para facilitar a tomada de crédito por nossas empresas para que elas modernizassem seus procedimentos e tivessem maior gerência nas orientações de formação da mão-de-obra oriunda do sistema de ensino. Mas nada disso foi feito, e as empresas brasileiras existiram durante décadas sob uma redoma.

O mesmo tipo de estatismo que impede o voo econômico também representa um obstáculo para um sistema educacional mais prático e eficiente. O circuito vicioso da educação ruim rouba fatias adicionais de nossa capacidade de competir.

No final, de acordo como Foro Econômico Mundial, em uma lista classificando 141 países segundo seu grau de competitividade econômica em 2019, ficamos na 71ª posição. Os 9 países mais competitivos do mundo são: 1º Singapura, 2º EUA, 3º Hong Kong, 4º Holanda, 5º Suíça, 6º Japão, 7º Alemanha, 8º Suécia e 9º Grã-Bretanha.

6.4. O Custo da Burocracia

Segundo estudos da FIESP, um bem manufaturado nacional é, em média, 34% mais caro que o seu similar importado dos principais parceiros comerciais do Brasil. Boa parte desta desvantagem atende pelo nome de Custo Brasil.

Exemplos do Custo Brasil incluem: corrupção, taxas de juro, déficits públicos, cargas tributárias e custos trabalhistas elevados; economia cartelizada; legislação ineficiente; insegurança jurídica (especialmente na garantia do direito à propriedade privada); infraestrutura precária e baixíssima qualidade educacional.

7. CONCLUSÃO

Dentro de tudo que foi exposto, é inevitável não se perguntar: e quais seriam então os caminhos para o nosso derradeiro Desenvolvimento? Com as informações disponíveis neste livro, algumas deduções são fáceis, outras nem tanto.

A falta de maturação da matriz industrial e a soma dos custos do Estatismo, do Protecionismo e da Burocracia podem ser aferidos por um dado bem simples: em termos de crescimento do PIB, o Brasil foi 45º do mundo em 2019. Não deveria ser assim.

Economicamente, o Brasil possui uma posição privilegiada. Nossas características regionais, a vastidão do território, a geografia diversificada, a riqueza do solo (tanto em fertilidade quanto em recursos minerais), a facilidade de acesso à água, a variedade de recursos hidrelétricos e a potencialidade do mercado interno estão ao nosso favor.

Um dos melhores exemplos de como tudo isso pode ser utilizado de maneira inteligente tem um nome: Zona Franca de Manaus.

A Zona Franca de Manaus teve início a partir do decreto lei 3.173 de 6 de junho de 1957, assinado por Juscelino Kubitschek, que instituiu o Porto Livre de Manaus. Em 1967, Castello Branco criou oficialmente a Zona Franca de Manaus (ou Polo Industrial de Manaus).

A Zona Franca tem a indústria como principal fonte econômica, gerando 500 mil empregos diretos e indiretos. Em 2018, apresentou um faturamento total de aproximadamente US\$ 21,2 bilhões.

No Brasil, o Setor Industrial emprega 21% da PEA e produz 18,5% do PIB – o equivalente a um faturamento

de US\$ 15 mil / ano por cada trabalhador do setor. O faturamento da Zona Franca equivale a US\$42 mil / ano por cada trabalhador.

Os principais ingredientes do sucesso do Polo de Manaus incluem: isenção do imposto de importação e exportação, isenção do imposto sobre produtos industrializados, isenção do IPTU por uma década, e descontos parciais sobre o ICMS, entre outros. Mesmo com esses incentivos, o Polo é uma fonte importante e crescente de arrecadação pública, mostrando o quanto a curva de Laffer está correta. A Zona Franca foi um dos fatores centrais que tornou o Amazonas um dos 13 estados que devolvem impostos à União ao invés de pedir depósitos para completar a mesada: segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, em 2018, entre receitas e despesas, o Amazonas terminou com um saldo positivo de R\$ 607 milhões em seus cofres (o segundo melhor saldo em termos percentuais).

Este é um excelente exemplo do potencial que o Brasil tem para gerar prosperidade quando seus recursos são geridos de maneira justa e inteligente. Mas, para que isso ocorra, mais e mais brasileiros precisam realmente conhecer o país que o Brasil é, um Brasil para além das narrativas ficcionais e delirantes dos livros de história, das teses autovitimistas de sociologia e dos discursos de dissonância cognitiva que inundam nossa mídia.

Descobrir este país é uma tarefa que exigirá grande coragem e estômago de cada um de nós, mas os frutos desta proeza certamente beneficiarão a todos e por um longo tempo.